

A produção e a percepção
do turismo em

PARINTINS, Amazonas



João D'Anuzio de Azevedo Filho

A PRODUÇÃO E A PERCEPÇÃO DO TURISMO EM PARINTINS, AMAZONAS

Governo do Estado do Amazonas

Wilson Miranda Lima
Governador

Universidade do Estado do Amazonas

Cleinaldo de Almeida Costa
Reitor

Cleto Cavalcante de Souza Leal
Vice-Reitor

*editora***UEA**

Maristela Barbosa Silveira e Silva
Diretora

Maria do Perpetuo Socorro Monteiro de Freitas
Secretária Executiva

Sindia Siqueira
Editora Executiva

Samara Nina
Produtora Editorial

Maristela Barbosa Silveira e Silva (Presidente)

Allison Marcos Leão da Silva

Almir Cunha da Graça Neto

Erivaldo Cavalcanti e Silva Filho

Jair Max Fortunato Maia

Jucimar Maia da Silva Júnior

Manoel Luiz Neto

Mário Marques Trilha Neto

Silvia Regina Sampaio Freitas

Conselho Editorial

JOÃO D'ANUZIO MENEZES DE AZEVEDO FILHO

**A PRODUÇÃO E A PERCEPÇÃO DO TURISMO EM
PARINTINS, AMAZONAS**

Giuliana Loureiro
Projeto Gráfico

Samara Nina
Finalização

Thaís Falcão
Diagramação

André Teixeira
Wanessa Ramos
Wesley Sá
Revisão

Todos os direitos reservados © Universidade do Estado do Amazonas
Permitida a reprodução parcial desde que citada a fonte

Esta edição foi revisada conforme as regras do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade do Estado do Amazonas

A994p
2021

Azevedo Filho, João D'anuzio Menezes de
A produção e a percepção do turismo em Parintins, Amazonas /
João D'anuzio Menezes de Azevedo Filho – Manaus (AM): Editora UEA, 2021.

193 p.: il., color; 30 cm.

ISBN 978-65-87214-91-7

Inclui bibliografia

1. Turismo. 2. Cultura - Parintins. 3. Turismo na Amazônia.
4. Boi bumbá. I.Título


CDU:1997 – 379.85

Editora afiliada

Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

*editora*UEA

Av. Djalma Batista, 3578 – Flores | Manaus – AM – Brasil
CEP 69050-010 | +55 92 38784463
editora.uea.edu.br | editora@uea.edu.br



PREFÁCIO	06
APRESENTAÇÃO	10
INTRODUÇÃO	13
O TURISMO NA AMAZÔNIA PARA ENTENDER O TURISMO LOCAL	22
A CONSTRUÇÃO DA AMAZÔNIA A FORMAÇÃO DE UMA REGIÃO EM VIAGENS E TURISMO	61
PARINTINS BOI-BUMBÁ E OUTRAS PRÁTICAS TURÍSTICAS LOCAIS	78
A CARTOGRAFIA DO MEIO AMBIENTE E DO TURISMO EM PARINTINS	112
O TURISMO NA REGIÃO DA VALÉRIA CAMINHOS PARA UM TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA	156
CONCLUSÃO	171
REFERÊNCIAS	176
GLOSSÁRIO DE TERMOS DO FESTIVAL DE PARINTINS	187
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	190
SOBRE O AUTOR	192

Prefácio

Costuma-se argumentar que na atualidade o mundo ficou pequeno em virtude do avanço dos meios de comunicação, que nos liga virtualmente de modo instantâneo a milhares de pontos distantes, e dos meios de transporte que nos levam rapidamente a outros tantos pontos distantes. Parece que a vida se tornou mais veloz!

É justamente através dessa velocidade proporcionada por ambos os meios de circulação – comunicação e transporte – que recebemos mensagens e imagens de todos os lugares, assim como nos permite chegar aos lugares que vemos nas imagens. Os ensinamentos de Geografia, que em seu início procurava descrever, a partir dos livros, como eram os lugares com todas as suas características, hoje nos faz compreender a dinâmica da modernidade e a ampla circulação de objetos, ideias, pessoas em torno do mundo. De qualquer lugar do mundo para qualquer lugar do mundo.

O livro de João D’Anuzio trata exatamente disso. Ao eleger um lugar do mundo para sua pesquisa procurou demonstrar como esse lugar se projeta para o mundo. Esse lugar é o município de Parintins, no meio da floresta amazônica, onde a natureza, a história e a cultura construíram um vínculo de intimidade que a fez surgir como particularidade.

O livro, cujo tema central é o turismo em Parintins, apresenta inicialmente as referências próprias ao estudo da atividade do turismo apontando os dilemas teóricos e as perspectivas metodológicas de como abordar este fenômeno que se expande pelo mundo. Além de demonstrar as dimensões envolvidas nesta atividade, como o planejamento, as políticas, as infraestruturas, D’Anuzio procura ressaltar a perspectiva do visitado e não apenas do visitante, o ser óbvio dos estudos do turismo, para quem todas as ações são direcionadas.

O autor trabalha o conceito de imagem e imaginário, fundamental para a atividade turística uma vez que é ela que desperta o desejo, a vontade de estar presente e sentir a emoção do cenário difundido, seja ele natural, histórico ou cultural. Imagens como as pirâmides do Egito, a gastronomia do Mediterrâneo, a floresta tropical quente e úmida, as danças e festas seculares de vários povos, são difundidas com o objetivo de atrair os olhares curiosos pelas diferenças

culturais que impactam e mexem com o sentimento humano. Neste sentido, D’Anuzio vai resgatar que desde o século XVI, com os registros deixados pelos viajantes que percorreram a Amazônia, denominando, a seus olhos, a região de exótica, o imaginário povoa o pensamento ocidental, seja pela dimensão natural, seja pela dimensão cultural.

Dedica um capítulo à cidade de Parintins enfatizando a festa do Boi-Bumbá, realizada pelas agremiações de Garantido e Caprichoso há mais de meio século, porém a existência deles chega a 100 anos. Foi exatamente em virtude dessa festa popular que a cidade de Parintins ganhou uma expressão nos circuitos turísticos para além do entorno regional, que, na verdade, ainda é de onde vem a maior parte dos visitantes para a festa. Mesmo assim, a difusão e a repercussão do “espetáculo” transformaram a cidade de Parintins em destino turístico para os amantes da cultura popular. O Festival folclórico e a Amazônia constituem dois apelos significativos para viajar até Parintins, de barco ou de avião.

João D’Anuzio encerra seu livro apresentando todo um trabalho cartográfico, mostrando a região, a cidade e sua evolução urbana, os lugares turísticos, a importante dinâmica fluvial que altera anualmente a paisagem, revelando o que ela é na enchente dos rios e na vazante, representa, ainda, um mapa turístico ambiental, que permite aos visitantes eleger roteiros para suprir a curiosidade da vida ribeirinha amazônica.

O que é lamentável para o leitor é que um prefácio e um livro só permitem ser lidos e imaginados, o que limita nossa percepção, afinal outras sensações emotivas apenas ocorrem estando no lugar. O calor, o mormaço, o cheiro do rio, a viagem de barco, a frescura do banho de rio e o som da batucada da festa do boi que arrepiam a pele não são sentidos num ato de leitura. Só imaginados. Mesmo assim, escrevemos neste prefácio trechos de músicas dos bumbás Garantido e Caprichoso, que podem ser ouvidos nas plataformas digitais disponíveis na rede mundial de computadores. E o objetivo disso é mostrar que este livro pode ser compreendido juntamente com dezenas de músicas.

Quando João D’Anuzio expõe, por exemplo, no capítulo dois, a formação de uma região no período colonial e as expedições dos primeiros conquistadores e suas crônicas sobre o que viram no “El Dorado”, isto nos remete a uma canção do Boi Caprichoso intitulada “Pesadelo dos navegantes”¹, que descreve o processo da conquista na Amazônia: “Alçar as velas, desaportar as caravelas, esquadras do novo mundo, Fé, Império a dilatar (...) Terra à vista, atracar, Ilha dos Tupinambaranas, Terra dos Tupinambás (...) Aportar nos braços do

1 Autor Ronaldo Barbosa. Pesadelo dos Navegantes - YouTube.

outeiro, de joelhos e bravos guerreiros, celebri a grande missão, com salva de tiros de morteiro”. Aliás, o próprio “Eldorado”, lugar imaginado pelos conquistadores, também é exaltado nessa música do Boi Garantido: “Montanhas cobertas de ouro, Estradas do Eldorado, Sol do Inca, do Reino encantado, Atahualpa, imperador imortal, valeu rios de ouro no tempo colonial, Pico da Neblina, Ye’pa Oa’keê, Parima, Pacaraima, Maturacá, Jauaretê (...) O nosso ouro é o Garantido, nosso tesouro é o Garantido, o Eldorado é o Garantido”².

No capítulo seguinte, em que o autor se dedica integralmente à cidade de Parintins e aos ritos que compõem o festival folclórico dos Bois Caprichoso e Garantido, acreditamos que se um prefácio pudesse ser ouvido, ele poderia ter o som da canção “Chegada do Meu Boi”: “Oi meu povo, trouxe o meu boi pra brincar, sou caboclo, sou versador do lugar, o coração vai parar pra ouvir e se apaixonar, toda a floresta se levanta, que o trovador vai cantar (...) Esse amor, meu amor, é o Caprichoso (...) até o coração já se rendeu, bateu mais forte quando ouvir meu boi chegar, rufa tambor marujada, que a festa vai começar”³. Mas como o boi Garantido não fica para trás na disputa secular, possui essa música de entrada na arena: “Boi, boi, boi, te chamamos para este lugar, com seu brio queremos vibrar, e no gingado ligeiro, faça o povo balançar (...) No seu balanço sempre agita sua orelha, na sua dança, meia volta é volta e meia, rés ao chão o seu tripa balanceia, faz bonito na arena, que a emoção vai delirar bela morena”⁴.

Com a repercussão nacional e mesmo internacional, principalmente através da música “Tic, Tic, Tac”⁵ e “Vermelho”, João D’Anuzio enfatiza a dimensão turística que Parintins passa a ter e as mudanças na paisagem efêmera da cidade no mês de junho, quando ocorre o Festival. É intensa a movimentação de barcos regionais vindos de diversos municípios do Amazonas e do Pará, além dos inúmeros voos diários trazendo turistas de outros lugares. Este entusiasmo também proporcionou aos compositores inspiração para outras músicas mostrando a mundialização do fenômeno cultural que é o Festival Folclórico, como a música “Parintins para o mundo ver”⁶: “Nosso boi nossa dança xipuara, caiu no mundo está mostrando sua

2 Autor Tadeu Garcia/David Assayag. Eldorado – YouTube.

3 Autor Adriano Aguiar Música “Chegada do meu boi”. Chegada do Meu Boi – YouTube.

4 Autor David Assayag e Tadeu Garcia. Música Evolução. Evolução – YouTube.

5 Autor Brulino Lima. Música Tic, Tic, Tac, GRUPO CARRAPICHO - CLIP BATE FORTE O TAMBOR - YouTube. Música Vermelho, autor Chico da Silva. Garantido - Vermelho - O Melhor de 94-95-96 – YouTube.

6 Autores Ana Paula Perrone e Jorge Aragão. Parintins Para O Mundo – YouTube.

cara, atravessou pro outro lado do oceano, ficou famoso meu valente boi de pano, que era só na velha Tupinambarana, que se apoiou na fé do seu Waldir Viana , mostra pro mundo seu folclore como é, na Baixa do São José, Macio feito pelo de coelho, meu boizinho é todo branco só na testa tem vermelho, é perigoso porque rouba coração, por isso é o boi do povão, Sou garantido sou vermelho ê, de Parintins pra todo mundo ver, vem me ver, vem me ver”. O contrário, ou seja, o Boi Caprichoso, através da música “Festa multicultural” exalta a mistura de ritmos para fazer a galera vibrar no bumbódromo: “É boi-bumbá, meu boi, é boi-bumbá meu amor, no maior show da terra, o meu boi Caprichoso te espera pra brincar, vou te chamar pra essa festa cabocla, é um som diferente daqui, Vem meu povo, vem toda floresta, pra Ilha dos Parintintin, olha já!, nesse batuque dança o negro, dança o índio e todo mundo vai dançar, é daqui, dessa terra de fé, brasilidade que encanta, tá na cara dessa gente, no modo de ser, Ancestralidade de um povo feliz, é encontro dos povos, festa multicultural, (...) é aqui onde tudo se mistura, onde tudo vira festa, e assim sabedoria popular se tornou revolução, vem pra cá, vem brincar de ser feliz, no boi da estrela na testa.”

O livro é, na verdade, um convite caprichoso para os leitores um dia visitarem Parintins e experienciarem os laços que unem natureza e cultura, imaginário, arte e geografia. É garantido, também, que o turista levará emoções deste pequeno lugar no meio da floresta que, a partir da alegria de seu povo, conseguiu transmitir este sentimento ao mundo.

Dr. Ricardo José Batista Nogueira
Universidade Federal do Amazonas

Apresentação

O turismo é uma atividade extremamente complexa na sua interpretação e forma prática de se realizar. O que dizer então dessa atividade em uma região que, devido a sua grandeza e diversidade em todos os sentidos, apresenta um conjunto de fatores muito específicos a serem analisados e discutidos, de forma a possibilitar sua interpretação e obtenção de conclusões realistas e que considerem tais diversidades e maneira de ser no mundo atual?

Este trabalho tem por objetivo compreender a realidade do turismo na Amazônia, levando em consideração suas características e tem como campo de estudo o município de Parintins, que não é um lugar qualquer na Amazônia, pois não passou despercebido pelos viajantes que adentraram a região desde tempos coloniais. Sua localização e sua beleza foram notadas e serviram para que aqui e ali se instalasse um pequeno núcleo para atender aos interesses da metrópole portuguesa e da igreja. Constituiu-se como cidade e como município e se transformou num importante polo econômico na região do Baixo Amazonas.

A força de seu povo, formado sempre por “gente da terra” e por aqueles que de alguma forma a adotaram como materna, forjou um novo ritual de tradições e miscigenação de culturas dando origem aos Bois-bumbás Garantido e Caprichoso, que pela sua beleza e identidade deram origem ao Festival Folclórico de Parintins, o maior do interior do estado do Amazonas e que transformou a cidade no principal centro de turismo no período das festas juninas.

Apesar disso, o turismo em Parintins ainda carece de reflexão e de um planejamento que realmente introduza novas formas de se fazer turismo, inclusive ultrapassando o período do festival, pois o turismo não pode se restringir aos dias que antecedem e se realiza o evento, último fim de semana do mês de junho: sexta, sábado e domingo.

É preciso refletir sobre as práticas de turismo existentes em outros eventos importantes como a Festa religiosa de Nossa Senhora do Carmo, o Carnailha – carnaval de rua, o festival de Pastorinhas, e principalmente considerar também o fluxo de turistas que desembarcam em Parintins vindos de todas as partes do mundo em

transatlânticos. Esses turistas frequentam a região, entre a foz do rio Amazonas e Manaus, todos os anos, no período de outubro a maio, trazendo consigo desejos e imagens que se bem estimulados os farão voltar outras vezes. Isso gera divisas para o país e para a região.

Por conta dessa complexidade, busquei entender o turismo na região a partir da minha experiência em Parintins. O turismo aqui é compreendido como uma atividade econômica e um fenômeno espacial. Na lógica capitalista, o turismo se apropria dos lugares como uma mercadoria, que vendida gera lucro. Todavia, é uma mercadoria especial, pois para se apropriar dessa mercadoria o turista tem que se deslocar e usufruir dela apenas por um período.

Assim, as categorias espaço, tempo, lugar e mercadoria devem ser compreendidas e correlacionadas para entendermos o fenômeno turístico na região.

A pesquisa aqui desenvolvida, fruto da minha tese de doutoramento, defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, agora publicada em livro, com adaptações, é um trabalho que revela sobre a Amazônia a visão de quem com ela tem a ver. Não se quer dizer que seja um olhar de dentro pra fora, sem a visão crítica do que normalmente se acostudou a pensar.

Então, entre a descrição do lugar e as formas de turismo existentes, o modo como as comunidades se organizam e planejam o turismo na região, este autor usa as ferramentas da geografia para produzir uma geografia mais sofisticada. Usando metodologias conhecidas da Cartografia e do geoprocessamento, cria-se mapas para a reflexão desse espaço do turismo. Constrói-se uma geografia a partir da síntese dos conhecimentos sobre a região e faz sua própria geografia da Amazônia, uma geografia dos que conhecem a região.

A proposta aqui desenvolvida apresenta cinco capítulos, nos quais se busca entender esse processo de produção do espaço na Amazônia, e no Amazonas, o que se faz a partir da experiência no município de Parintins.

Nesse sentido, no primeiro capítulo será discutido o turismo na região, a partir dos projetos implementados no Brasil e para a Amazônia, com reflexo nas políticas de turismo no estado do Amazonas e em Parintins. Mas é necessário primeiramente discutir os conceitos que envolvem a pesquisa e seus fundamentos teóricos e metodológicos, de modo que se possa dar solidez às discussões que se seguirão.

No segundo capítulo, defendemos ser necessário lançar uma luz sobre o lugar objeto de estudo, por acreditar que só poderemos entender o turismo na região se entendermos o processo histórico

que dá origem à Amazônia e a torna um “mito”, vislumbrado e desejado desde sua colonização no século XVI, perdurando até os dias atuais com o turismo. Parintins tem uma história que caminha de sua apropriação para os domínios coloniais até a sua definição com cidade do folclore amazonense.

No terceiro capítulo, busca-se descrever o Festival de Parintins e a manifestação folclórica e cultural, que é a arte de dançar o boi-bumbá dos bois Garantido e Caprichoso, a qual transformou Parintins em cidade turística, principalmente a partir dos anos 1990. Mas busca-se também perceber que o turismo em Parintins se faz por meio de outros eventos, como o Carnailha, a Festa de Nossa Senhora do Carmo e a visitação dos turistas de cruzeiros.

No quarto capítulo, abre-se para possibilidade de definir áreas de turismo no município. Para isso utiliza-se a técnica da Cartografia Temática. A partir da discussão do desenvolvimento dessa ciência junto com a Geografia, conclui-se que é possível, com o uso de técnicas de análise e síntese cartográfica, chegar a um produto cartográfico que represente um conjunto de atributos bem definidos e diferenciados que possam traduzir a diversidade de oportunidades de atuação turística no município.

No quinto capítulo, optou-se por analisar uma das áreas definidas no capítulo anterior, tendo sido escolhida a região da Valéria e paraná de Parintins que, não por acaso, é a área onde os navios de cruzeiros fazem parada para visitação. O objetivo é compreender como se instalou essa iniciativa e como os comunitários se envolvem com a atividade turística e a dividem com seus afazeres de agricultores e pescadores. Nesse sentido, parte-se do pressuposto de que é possível construir na região da Valéria um projeto de turismo de base comunitária que favoreça a organização dos comunitários e o melhor aproveitamento do potencial turístico do lugar em benefício de todos.

Agradeço à Fundação de Apoio à Pesquisa no Estado do Amazonas (FAPEAM), pela bolsa de doutorado do Programa RH-Interiorização e à Universidade do Estado do Amazonas (UEA) pelo estímulo à qualificação dos docentes e o convênio com a USP para o doutorado em geografia.

Uma boa leitura!

O autor

Introdução

O turismo tem chamado a atenção de governos e sociedade pela sua capacidade de atrair recursos para os lugares onde ele acontece. É uma atividade que envolve ao mesmo tempo uma prática econômica e uma relação entre pessoas e lugares. Como atividade econômica, sem dúvida, é possível pensar em melhorias das condições de renda e trabalho, ainda que os resultados positivos dessa atividade sejam apropriados por uma minoria de empresários, enquanto os resultados negativos são distribuídos entre toda a população. Essa é uma forma de avaliar os danos causados pelo turismo nos centros urbanos e nas áreas rurais, mesmo sabendo que há sempre um esforço do Estado e da sociedade civil organizada para tornar essa atividade mais sustentável.

Nesse sentido, caminhamos para uma interpretação do turismo como um instante da vida de pessoas que aproveitam seu momento de não trabalho para conhecer outros lugares, outras pessoas, outras culturas. Um curto período em busca de lazer e de convivências. O turista não é um explorador ou um consumidor compulsivo. Não se trata de discutir apenas qual a capacidade de consumo de cada turista, como faz a maioria dos estudos de demanda turística. Trata-se de perceber o turismo não apenas na sua complexidade e nas várias perspectivas motivacionais do turista, mas também nos laços afetivos deste com o meio (espaço) e suas atitudes em relação aos lugares.

Portanto, o turismo não pode ser interpretado de uma única maneira, por uma única perspectiva epistemológica de ciência e seu método, uma vez que se trata de uma atividade extremamente dinâmica e que envolve pessoas diferentes, com desejos e motivações diferentes. Nunca é o mesmo turista que visita um lugar, e, mesmo que fosse, não são os mesmos desejos e gostos de antes. É preciso pensar nisso. Urry (1996) diz exatamente que não existe apenas um olhar de uma pessoa enquanto turista. O olhar varia no tempo e no espaço, em cada momento da nossa história. Esses múltiplos olhares, em todas as épocas, significam que não existe apenas uma experiência universal verdadeira para todos os que se dizem turistas. O autor quer dizer que esse olhar do turista tem a ver com suas experiências enquanto não turista, na sua vivência diária de experiências e consciência social.

Por outro lado, há a população do local de recepção. O que se tem de estudo sobre as populações visitadas e seus anseios quanto ao turista visitante? Knafou (2001) é quem afirma que, na perspectiva do visitado, o turista incomoda, pois é um estranho, móvel e escorregadio. Mesmo num tempo de muita mobilidade, as pessoas nem sempre aceitam bem o que se move, o que é difícil de controlar e, também, fugidio. O autor coloca esse momento como uma “forma moderna de conflito de territorialidade”, considerando que, de um lado, têm-se os turistas (nômades), e do outro, os moradores (sedentários). Mas lembra que, nessa relação, em outro momento, um deles será nômade (turista) e o outro sedentário (morador visitado).

O turismo proporciona essa liberdade que muitas vezes incomoda, como diz Knafou. E é nesse ir e vir que se confrontam interesses divergentes. Um, na sua condição sedentária de morador, com seus hábitos, costumes e modo de viver, e o outro na condição de visitante, diferente, distante, mas também com desejos de conhecer e se apropriar, mesmo que momentaneamente, dos lugares e espaços que frequenta. Isso pode resultar em diversos conflitos, mas é essa mobilidade de pessoas e grupos entre diferentes lugares que possibilita a construção de novos espaços, bem como mudanças em outros já consolidados. E isso a Geografia, como ciência, tem a obrigação de entender e de intermediar.

Buscar, pois, entender o turismo, isolando-o de sua inter-relação com o espaço e sua complexidade, pode levar ao fracasso, afirma Cruz (2007). O turismo tem de ser estudado dentro do amplo contexto que envolve a compreensão de sua interação com vários agentes que se encontram em todas as partes do planeta. Em um mundo globalizado, o turismo parece viabilizar a integração entre os diversos espaços e afirmar a ideologia de um mundo sem fronteiras, tão defendida pelos neoliberais. É nesse sentido que devemos entender o turismo em suas múltiplas relações. É nesse sentido, também, que se faz necessário um planejamento consistente da atividade turística, politicamente correto e socialmente justo, que leve em consideração não só os interesses dos agentes de mercado do turismo, mas também os do visitante e os do visitado.

Atualmente, o estudo do fenômeno turístico tem aumentado bastante, principalmente entre os economistas, antropólogos, sociólogos, turismólogos e geógrafos. A Geografia dirige seu foco para diversos momentos desse processo, seja no lugar de origem, no deslocamento e, principalmente, no lugar de destino. Pode-se afirmar que existe uma relação estreita entre geografia e turismo, pois este só pode ser explicado a partir do estudo do espaço geográfico, considerando que o turista

“viaja” para conhecer “lugares”. Os estudos em Geografia do Turismo dizem respeito à análise dos espaços geográficos transformados em espaços para o turismo, tentando compreendê-lo no tempo e no espaço. É bom lembrar Cruz (2007), quando afirma que o principal objeto de consumo do turismo é o espaço, que é transformado em mercadoria e inserido no circuito de troca.

Se o turismo se faz pelo consumo do espaço pelo turista e é uma atividade produtiva que transforma os espaços para a sua realização, devemos lembrar Milton Santos (2008), para quem a interpretação do espaço deve levar em consideração que este é formado por um sistema de objetos e ações que não podem ser considerados isoladamente, senão dentro do contexto histórico em que acontecem, sendo indissociáveis e também contraditórios.

A construção da Amazônia como porção do espaço brasileiro e de patrimônio da humanidade reflete bem as contradições existentes na sua longa história de ocupação e domínio. Os interesses capitalistas se fizeram sentir desde o início da colonização e se intensificam ainda hoje. Os conflitos criados no sentido de preservar a região, tida como um dos últimos recantos da natureza primitiva, entretanto, não inviabilizaram a exploração de suas riquezas, seja de modo legal ou ilegal, e de sua gente. O modelo de ocupação da Amazônia, em tempo recente, foi centrado na perspectiva da urbanização da região, seja em polos de desenvolvimento industrial ou agrícola, fato bem analisado por Bertha Becker (1998). É desse período, também, a proposta, do governo militar, de um malsucedido programa de turistificação da Amazônia que, ao invés de espelhar as belezas naturais, acabou por expor a degradação ambiental provocada pelo avanço capitalista na região. O turismo seria uma forma de exploração racional dos recursos naturais e culturais sem destruir a Amazônia? Essa é uma questão que carece de mais estudos. Os casos existentes apontam para uma preocupação dirigida às capitais da região. Os *resorts* são um exemplo de inserção da atividade turística totalmente descolada da realidade amazônica. O emprego do termo “selva” ou *jungle* não transforma os hotéis e seus atrativos em atividade ecologicamente corretas.

Parintins é, por sua vez, uma referência de turismo no centro da Amazônia. O Festival Folclórico tornou-se um ícone da cultura amazonense dentro do imaginário popular de cultura amazônica e brasileira.

Quem chega a Parintins depara-se com a força que tem o Festival Folclórico, força de mobilizar as pessoas, de atrair a atenção, ocupando espaço em qualquer conversa. A opção por um dos bois

lhe é imposta rapidamente, tendo então que admitir sua preferência pela cor vermelha do Boi Garantido, que tem seu curral na parte oeste da cidade, ou a cor azul, do Boi Caprichoso, na parte leste. Mas, mais do que isso, impressiona a movimentação da cidade antes, durante e um pouco depois do evento. São muitos turistas se movimentando na cidade, que chega a incomodar, dada a vida pacata que se está habituado a encontrar em cidades do interior da Amazônia.

Outro fato curioso e que chama a atenção são os turistas de cruzeiros que fazem parada em Parintins. É incrível ver aqueles enormes transatlânticos ancorados no pequeno porto, em frente à cidade. Parece desproporcional a imagem do transatlântico ao lado de uma cidade pequena e dos barcos regionais, pequenos enfeites sobre as águas. Os turistas espalham-se pelas ruas e lugares de encontro para ver uma breve apresentação do Boi Garantido ou do Boi Caprichoso. Só isso já valeria a dedicação para um estudo.

Mas as surpresas continuam, bastando pensar na imensidão da região, suas riquezas, seu povo e todo a sua cultura e no quanto se pode conhecer nesse vasto espaço de homens e coisas. O contato com um lugar na região chamada Valéria, localizada na fronteira com o vizinho estado do Pará, causa surpresa, especialmente pela exuberante beleza das suas formações em pequenos morros, longos, acidentados, suaves, cobertos pela floresta, vales encaixados entre estes, pequenos rios, lagos, vida silvestre, pássaros de todas as cores e cantos, lagartos, infinitos aspectos da beleza da paisagem disposta num pequeno lugar da Amazônia. Sem falar na acolhedora população formada por agricultores, pescadores, artesãos, gente da terra. Todavia, durante os meses compreendidos entre outubro e abril, essa beleza e simplicidade é visitada pelos transatlânticos que ancoram no rio Amazonas, em frente à serra de Parintins, antes de seguir viagem para Parintins e Manaus. Turistas estadunidenses e europeus, em sua maioria, se deparam com a vida pacata das comunidades locais, adentrando-as pela boca do rio da Valéria. Não por outro motivo, o lugar de parada constante nos anúncios das agências de turismo é chamado “Boca da Valéria”.

Então, por que não pensar esse turismo na Amazônia e em Parintins? Um turismo praticado por pessoas que já conhecem a Amazônia e Parintins e que por isso querem voltar sempre; turismo dirigido àqueles que desejam conhecer e experimentar a aventura que é viajar pela região e conhecer um pouco da cultura local, traduzida na arte de “dançar o boi”, e um turismo voltado àqueles que buscam o exótico, o diferente, novas fronteiras, novas paisagens para fotografar e guardar na memória, como os turistas de cruzeiros.

Perceber que o turismo, como uma atividade econômica, desperta naqueles que recebem os turistas o desejo de explorar, também, seu potencial de consumo. Assim se faz o turismo durante o Festival Folclórico e durante a estadia dos cruzeiros, na busca de aproveitar o momento para viabilizar uma atividade comercial, de troca. Que turismo é esse? Diversificado e complexo, além de pouco estudado na possibilidade de suas várias interpretações e na visão dos que o vivenciam.

Um estudo do turismo requer múltiplos olhares, e é nesse sentido que caminhará a pesquisa aqui proposta. A Geografia, como ciência que tem se dedicado principalmente ao estudo da relação da sociedade com o meio onde vive, tem condições de abordar o turismo de forma ampla, compreendendo os processos de produção e transformação de novos espaços. Métodos de análise empregados pela Geografia possibilitam essa abordagem, seja através da observação criteriosa e crítica, seja pela análise da relação material e simbólica que a sociedade mantém com o lugar, sem esquecer a análise de como essa produção do espaço se dá, dentro de um contexto capitalista globalizado.

O caso do turismo em Parintins caracteriza bem essa dimensão da totalidade, pois os eventos turísticos são permeados por interesses que extrapolam a escala local e até mesmo a nacional. Significa dizer que as ações aqui impressas não têm nada a ver com as pessoas daqui. A mídia transforma tudo em espetáculo, um espetáculo a ser visto pelos de fora. Consomem-se produtos que são experimentados em qualquer lugar do mundo durante os eventos. Mas é importante lembrar que, as manifestações culturais, caracterizadas principalmente pela ação de “dançar o boi”, se mantêm como um bem do povo local e ocorrem não somente nos três dias do grande evento, mas também em todos os outros dias do ano, por meio daqueles que aqui vivem e admiram o seu boi. É tanta a força que vem da cultura do boi-bumbá que, em Parintins, todas as marcas de produtos têm que ter uma versão azul para o Caprichoso e uma vermelha para o Garantido. A Coca-Cola, empresa multinacional, por exemplo, divulga seu produto em uma garrafa azul e outra vermelha.

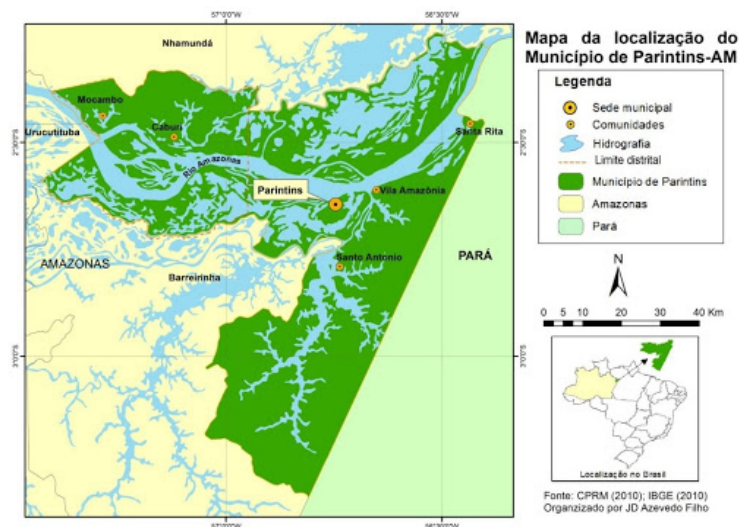
O turismo tem sua realização pelo consumo de espaços. No entanto, não se pode dizer que o mesmo acontece com o lugar. Lugar não é espaço, lugar é o espaço transformado em ambiência, lócus da criação, da realização individual, das relações pessoais com o espaço. Tuan (1983) fala desse espaço como “topofilia”, que é passível de transformação em lugar pelo trabalho, no sentido de sua ocupação, uso e significado social, ou seja, ganha um caráter simbólico, de intimidade

e afetividade, vira cultura. Milton Santos (2004b) vai dizer que o lugar é onde as coisas acontecem, onde o mundo se realiza, e nessa relação o mundo se refaz e ganha nova interpretação. Assim, entendemos a produção de espaços turísticos nos lugares aqui estudados, fruto da articulação do lugar com o mundo, porém cheios de possibilidades de reflexão, de contradições e de reação, para, enfim, construir um novo, um diferencial, uma nova forma de se relacionar com o todo.

Parintins é um dos 62 municípios do estado do Amazonas, sendo o segundo em população, conforme o Censo 2010 (IBGE, 2011). Faz parte da 9ª sub-região do Amazonas, Região do Baixo Amazonas, que inclui ainda os municípios de Nhamundá, Barreirinha, Boa Vista do Ramos, Urucará e São Sebastião do Uatumã. É composto basicamente por dois distritos: Mocambo (oeste) e o distrito sede, Parintins (leste).

A cidade de Parintins, sede do município, dista 360 km em linha reta e 400 km por via fluvial da capital do estado (mapa 1), e a data de sua fundação está definida em 1796 (IBGE, 2010).

Mapa 1 – Localização do município de Parintins, Amazonas



Fonte: CPRM (2010); IBGE (2010). Organizado pelo autor

Formando uma pequena ilha à margem direita do rio Amazonas, a sede municipal está assentada em um bloco de terras altas, provavelmente desprendido do conjunto maior de terra firme, que se prolongam para o sul e o leste, em decorrência de movimentos neotectônicos ocorridos no Pleistoceno, originando uma falha que se estende do rio Madeira às proximidades da serra de Parintins, no sentido NE-SW (COSTA et al., 1996). Essas terras altas correspondem à formação Alter do Chão. A ilha se associa a um conjunto de deposições sedimentares holocênicas (Quaternário) que se inicia nas proximidades

da cidade de Itacoatiara, na foz do rio Madeira, e se estende até a cidade de Parintins, denominada ilha de Tupinambarana, a maior ilha fluvial do Brasil. Nessa faixa forma-se uma rede de lagos, furos e paranás, cobertos por uma densa floresta, parecendo mais um arquipélago. A separação das terras altas das terras de várzea é feita, em boa parte, pelo paraná do Ramos.

A pesquisa teve como objetivo compreender o processo de produção do turismo em Parintins, no estado do Amazonas, a partir da percepção que os atores envolvidos têm sobre o turismo. Para alcançar esse objetivo foi necessário conhecer o processo de produção e ocupação do lugar enquanto território e lugar de morada e de criação cultural, para então entender a produção do festival e da midiaticização do evento, bem como os problemas impostos pela turistificação do lugar.

Foi necessário também conhecer e compreender as atividades turísticas além do festival para perceber que nem só de festival folclórico vive o município de Parintins. Nesse sentido, a partir das experiências do autor na região, o uso de técnica cartográfica de síntese possibilitou a definição de áreas ambientais e turísticas, além da produção de um mapa temático contendo essa diversidade de espaços e potencialidades.

Para aprofundar as experiências turísticas fora do contexto do Festival Folclórico e da cidade de Parintins, definiu-se um estudo de caso na área definida no mapa-síntese ambiental e turístico correspondente à região da Valéria e paraná de Parintins, principalmente para compreender a lógica de apropriação do espaço para o turismo na perspectiva dos agentes da turistificação que atuam com turismo de cruzeiros na área definida e como a população local tem se organizado para atuar como receptora desse tipo de turismo.

O primeiro dos pressupostos que nortearam a pesquisa é o de que em Parintins, como em outros lugares da região, o turismo vem sendo apropriado pelos interesses capitalistas, que, além de desconfigurar a cultura e o uso tradicional das riquezas naturais, trazem poucos benefícios para as populações envolvidas. Todavia, percebeu-se que a grandiosidade midiática do apogeu do evento, que envolve os três últimos dias de apresentação, no Bumbódromo, realmente transforma o Festival de Parintins em um evento nacional e global, como acontece com outros eventos, como o Carnaval do Rio de Janeiro, por exemplo. No entanto, a festa de boi-bumbá, parte da cultura local, não se esgota nesses três dias. As atividades pré-festival, nos currais e nas ruas, são presenciadas e participadas por grande parte dos moradores locais, que reconstituem a festa como

arte e cultura popular, ficando os dias de apresentação final para os turistas, que, em sua maioria, pagam e têm acesso ao Bumbódromo. Dessa forma, o lado tradicional, que envolve a cultura local, não foi desconfigurado, mas foi e continua sendo apropriado pelo capitalismo para maximização do lucro e circulação do capital.

O segundo é o de que a “Boca da Valéria” só existe enquanto criação dos agentes que atuam no turismo de transatlânticos. A criação de um ideário/simulacro como este se deve à necessidade de mostrar o exótico, o natural, a vida do homem amazônico, forjada no aparente, sem mostrar suas contradições, a realidade vivida por homens e mulheres que enfrentam no seu dia a dia as dificuldades de morar na floresta sem o apoio do Estado para produzir e escoar sua produção, ou mesmo participar do planejamento da atividade turística no lugar.

Por fim, compartilhamos o pensamento de que, apesar das benesses do turismo, a visita a uma localidade só deve ser considerada boa para os turistas se, primeiramente, a localidade for considerada boa para seus moradores.



O TURISMO NA AMAZÔNIA

PARA ENTENDER O TURISMO LOCAL

É sabido que a atividade turística afeta diretamente a população onde ocorre. Em qualquer parte do mundo essa atividade traz inegável admiração pela possibilidade que coloca de imediato: de crescimento econômico e melhoria da renda da população local. A Amazônia, geralmente caracterizada pela presença de uma grande biodiversidade e de recursos naturais (vegetais e minerais), apresenta, por outro lado, municípios com baixo desempenho econômico, que se reflete nas precárias condições de sua população. Frente a isso, o turismo aparece como uma salvação. No entanto, muitos dos projetos desenvolvidos na região são totalmente desconectados da realidade local, demonstrando sua imposição para os municípios e as comunidades atingidas e não permitindo uma maior participação da população nos benefícios do turismo. Nesse sentido, faz-se necessário entender o processo de turistificação da região e compreendê-lo dentro de um contexto maior que é o das políticas nacionais e dos interesses comerciais que estão por trás.

Turismo, espaço e totalidade

Com certeza, o turismo é uma atividade econômica que tem despontado como um dos grandes impulsores do crescimento em países em desenvolvimento e principalmente nos já desenvolvidos, ditos centrais. Sua capacidade de articular o espaço local a um circuito mais amplo, nacional ou até mesmo internacional, nos dá a real dimensão do seu poder enquanto organizador e produtor de espaço geográfico.

Por outro lado, há uma discussão acadêmica sobre sua condição enquanto disciplina acadêmica: O turismo é uma ciência? Eis aí a grande questão que o coloca no centro da discussão de pesquisadores do turismo e de ciências afins, como a História, a Geografia, a Sociologia, a Economia.

Lohmann e Panosso Neto (2012) já alertaram sobre a dificuldade dos pesquisadores em turismo de preocupar-se com questões

epistemológicas. Para eles, esses investigadores estariam mais preocupados em questões práticas, deixando de lado questões mais filosóficas. Daí a escassez de trabalhos sobre esse tema.

Os citados autores reconhecem que um estudo epistemológico é importante para todas as ciências, justamente porque “estabelece uma revisão do conhecimento de determinado assunto e oferece critérios para a aceitação desse conhecimento” (LOHMANN; PANOSSO NETO, 2012, p. 20).

A interdisciplinaridade tem sido defendida como uma das bases de sustentação do conhecimento em turismo. O apoio de ciências já consolidadas como a Geografia, a Sociologia, a Ciência Política, a Economia, o Direito, entre outras, é apresentado em vários modelos como base para a compreensão do “mundo do turismo”. Tibe (2004) é um dos autores que apontam dois modos de desenvolvimento do conhecimento em turismo. O primeiro é dado pelas agências de viagens, companhias aéreas, meios de hospedagem, ou seja, empresas e agentes envolvidos com o turismo; de outro lado, há os conhecimentos produzidos no meio acadêmico, universidade e centros de pesquisas (LOHMANN; PANOSSO NETO, 2012, p. 22-23). Essa afirmação implica reconhecer a complexidade do conceito de turismo, ao mesmo tempo que essa dualidade caminha junta e faz do turismo uma realidade que interfere na vida política, econômica e social de vastas áreas do mundo afora.

Ainda sobre a condição de ciência do turismo, Lohmann e Panosso Neto (2012) indicam três correntes: a primeira afirma que o turismo não é uma ciência, mas caminha para tornar-se uma, pois está passando por etapas trilhadas por outras que hoje são consideradas ciências; a segunda, afirma que o turismo não é e nunca será uma ciência, visto ser apenas uma atividade humana, não havendo um objeto definido, muito menos um método de estudo particular, e sua apreensão se dá com auxílio das ciências já existentes; e a última, refere-se ao grupo de pesquisadores que dizem que o turismo é uma ciência por apresentar um corpo teórico maduro e significativo, apesar de não terem conseguido comprovar tal afirmativa (LOHMANN; PANOSSO NETO, 2012, p. 23).

Boullón (2003) é categórico ao afirmar que “o turismo não é uma ciência” (p. 19). Para ele, para ser ciência, o turismo teria de nascer de uma teoria. No entanto, esta surgiu espontaneamente de uma realidade e foi se consolidando a partir do conhecimento e das descobertas de outros campos, citando-se o progresso da navegação, a invenção da ferrovia, do automóvel e do avião.

O professor Eduardo Yázigi, em artigo de 2012, aponta como um equívoco considerar o turismo como ciência, compartilhando com o pensamento de Boullón, quando afirma que como ciência precisaria que surgisse uma teoria, uma explicação bem-sucedida da complexidade do objeto tratado, mas o turismo não é uma ciência, “porque não logra sequer ser categoria de análise”, e como tal “ninguém chegou a uma síntese de seu fenômeno por inteiro”, pelo menos até o momento (YÁZIGI, 2012, p. 36).

Boullón também enfatiza que o turismo não é uma indústria. É comum encontrarmos citações sobre a “indústria do turismo”, defendida com o argumento de que essa atividade para acontecer envolve diversos setores da economia, não só o de serviços, implicando a produção de uma mercadoria especial que é disponibilizada ao turista. Para Boullón (2003), o turismo não possui as características do setor secundário, produção e exploração de bens e recursos, “o turismo não explora os atrativos turísticos, só os utiliza” (p. 30). O turismo também não é resultado de uma obra construída, apesar de necessitar delas para sua efetivação, como estradas, pontes, edifícios, etc. É, portanto, uma atividade do setor terciário.

O turismo vem sendo estudado sob diversos ângulos, de acordo com o objetivo de cada trabalho. Por isso sua definição é complexa e ampla.

Douglas Pearce (2003, p. 25) afirma que o turismo pode ser compreendido tecnicamente como um “conjunto de relações e fenômenos originados com as viagens e estadas temporárias de pessoas que estão viajando, sobretudo a lazer ou com finalidades recreativas”. Para o autor, o turismo

diz respeito essencialmente a pessoas e lugares: a lugares que um grupo de pessoas deixa, visita ou que neles está de passagem; a outro grupo de pessoas, as que tornam possível a viagem. E outras ainda, aquelas com as quais cruzará pelo caminho (PEARCE, 2003, p. 25).

Por outro lado, Knafou (2001) coloca que a palavra em si, *turismo*, conduz-nos a várias interpretações (polissemia), pois se refere tanto a uma atividade humana e social, importante para os dias atuais, como, também, refere-se a todo o conjunto econômico ligado a atividade que lhe dá forma. É nesse sentido que a palavra se imbrica, pois fica difícil saber a que realidade se está referindo, principalmente entre a população em geral. Os técnicos e gestores

podem falar de turismo se referindo a toda a cadeia produtiva do turismo que lhe dá forma, enquanto os intelectuais e pesquisadores se referem a uma atividade que remete à relação entre pessoas e o meio em que essas pessoas habitam e que visitam.

Para explicar o fenômeno turístico, Gastal (2005) argumenta que o ato de viajar é uma realidade mundial, viaja-se tanto por razões profissionais quanto por lazer. Por isso a autora afirma que, devido a essa complexidade e diversidade no que se refere às viagens, “o turismo também será um fenômeno social, cultural e econômico muito complexo” (GASTAL, 2005, p. 11).

Nesse sentido, Gastal, ao falar em turismo, refere-se “às aquelas pessoas que saem das suas rotinas espaciais e temporais por um período de tempo determinado” e acrescenta, inclusive, que “mesmo aquelas pessoas que, morando numa grande cidade, num determinado bairro, aproveitam o fim de semana para buscar outros espaços nessa mesma cidade (...) também serão consideradas turistas” (2005, p. 12). Mesmo fazendo críticas a essa visão da autora, quanto à espacialidade do turismo, a viagem continua sendo a principal característica do turismo.

Knafou e Gastal apontam essa dificuldade em caracterizar o turismo, seja pelo uso da linguagem, seja por sua aplicação prática. O turismo tem, necessariamente, que se referir a deslocamentos em grandes distâncias? O turismo pode ser caracterizado simplesmente pela busca do exótico, do diferente? Gastal (2005) explica seu conceito, mostrando que, em geral, tanto quem sai do seu país quanto quem sai do seu bairro busca a presença do “estranhamento, do prazer e de uma certa ansiedade diante do desconhecido e do novo”, além da presença de imagens e imaginários.

Knafou (2001) aponta que persiste essa dificuldade, haja vista considerar que todos podem ser turistas, pois não se é turista totalmente, mas, sim, em um dado momento se está turista. Por isso, todos podem ter um ponto de vista sobre o mesmo, visto que todos de alguma forma experimentaram ou vão experimentar o que é ser turista. Assim, afirma:

O turismo é uma atividade humana que, por excelência, proporciona muitas ideias prontas, frequentemente falsas; julgamentos sumários, até mesmo de “cientistas” que entendem possuir uma ideia sobre a questão, já que em certas ocasiões também são turistas (KNAFOU, 2001, p. 62).

Cruz (2007) analisa essa questão do ponto de vista da ambiguidade que apresenta o próprio conceito de turismo. O conceito de turismo esteve sempre relacionado ao lazer; todavia, hoje está impregnado do que Yáziqi chama de “turismo obrigatório”: turismo religioso, turismo de saúde etc. Neste caso, a espontaneidade para a viagem é “nula ou quase nula”, segundo a autora. Além disso, como já apontaram outros autores, o conceito de turismo vem aproximando-se do conceito de viagem, o que remete a pensar o turismo como “qualquer” tipo de deslocamento.

É o que se percebe no conceito de turismo dado pela OMT (2001):

O turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outros (CRUZ, 2007, p. 4).

Assim, inflam-se os dados estatísticos com os números de viajantes mundo afora. Não se tem em conta a real motivação para a saída do viajante de seu local de residência; no entanto, consideram-se os dados numéricos de passageiros nas estatísticas sobre turismo. Os estudos que levam em consideração somente os dados estatísticos não dão a real amplitude do turismo na sua dimensão qualitativa, pois estão “ofuscadas pelos números” (CRUZ, 2007, p. 4).

Nesse sentido, concordamos com Cruz, numa aproximação do turismo com a Geografia, principalmente considerando seu objeto de estudo, quando afirma que o turismo tem como principal elemento de consumo o espaço, que é transformado em mercadoria e entra no circuito de troca capitalista, entendendo ser a produção do espaço “um conceito revelador porque diz respeito a um processo revelador” (2007, p. 14). Para justificar sua escolha metodológica afirma, ainda, que

Não há produção do espaço que:

- Não remeta a uma divisão territorial do trabalho.
- Não requeira uma análise sobre sujeitos sociais envolvidos.
- Não diga respeito a ambas as dimensões do espaço geográfico, ou seja, às suas dimensões materiais e imateriais.
- Não seja social e histórica (CRUZ, 2007, p. 14).

Turismo e produção do espaço

A compreensão do fenômeno turístico tem sido alvo de estudos recentes e, de certa forma, objeto de estudo de várias ciências, como a sociologia, a antropologia, a geografia, a história e a economia, dentre outras. Os teóricos do turismo têm buscado na filosofia criar as bases epistemológicas desse novo ramo de estudo. Todavia, é apoiando-se na epistemologia das diversas ciências, que os estudos do turismo têm avançado. Dessa forma, podemos afirmar que a compreensão desse fenômeno é muito mais apropriada a um estudo interdisciplinar, pois o turismo envolve uma gama de inter-relações sociais, econômicas e políticas para se realizar.

Segundo Xavier (2007), devido a sua característica espacial, o turismo tem sido objeto de estudo de diversos profissionais, além dos turismólogos. São, principalmente, administradores, urbanistas, advogados, historiadores e geógrafos. Para o autor, o turismo tem sido campo de conhecimento para esses e outros profissionais que nele encontram oportunidades e desafios para suas pesquisas, embora permaneça carecendo de aprofundamento, o que abre um campo de estudo ainda a ser conquistado.

A interdisciplinaridade parece ser o caminho para a compreensão do fenômeno turístico. É o próprio Xavier (2007, p. 18) que considera de fundamental importância os estudos que direcionam as pesquisas interdisciplinares.

Algumas áreas de estudo têm objetivos próximos aos do turismo. É o caso da geografia, que, assentando-se em uma ótica espacial, incorpora-o como atividade modificadora e organizadora do espaço geográfico (XAVIER, 2007, p. 20). Outros autores também vão afirmar que o turismo, como uma prática social e atividade econômica, é um vetor de produção do espaço (CRUZ, 2007, 2009; CARLOS, 2002).

Trilhando um viés materialista, Cruz (2009) aponta que uma abordagem geográfica do turismo tem que levar em consideração que essa atividade está envolvida num movimento totalizante dentro do qual se efetivam essas e outras atividades humanas. O entendimento dessa questão deve levar em consideração que o capitalismo, como um modo de produção de escala mundial, e que se fundamenta em uma divisão social e territorial do trabalho para se realizar, não o faz no sentido da homogeneização, de um desenvolvimento igualitário, e sim na criação de desigualdades, visto que o capital é seletivo, pois nem todos os espaços interessam ao capital, mas somente alguns pontos desse espaço mundial. O capital é seletivo do ponto de vista espacial.

Para Cruz (2009), o pensamento de Milton Santos sobre a produção do espaço converge com os de Lefebvre e de Smith, quando afirma que “não há produção que não seja produção do espaço, não há produção do espaço que se dê sem o trabalho. Viver, para o homem, é produzir espaço” (SANTOS, 2008, p. 96).

O espaço não é apenas o depositário das coisas; ele é, além de produzido pelas relações sociais, produtor dele mesmo. Se existe todo um processo de produção de espaço para o turismo, espaços padronizados, simulacros ou não-lugares, neles se criam e reproduzem relações sociais. Neste sentido, o espaço deve ser percebido como processo, produto e produtor de relações sociais.

Milton Santos (2004a) traduz bem essa concepção, pois para ele cada sociedade, nas suas relações sociais, dadas pelo trabalho, produz o espaço, mas ao mesmo tempo é produzida por ele. O espaço, aqui, é entendido como espaço social, que é produto e produtor de relações sociais.

Para Soja (1993), é possível compreender a diferença do modo de produção capitalista com relação aos modos de produção anteriores quanto à produção do espaço. Para o autor, essa diferença está na produção e reprodução de um desenvolvimento geograficamente desigual, levado a cabo por uma tendência para a homogeneização, a fragmentação e a hierarquização, estando estas, portanto, sujeitas aos interesses do capital e de seus meios técnicos de reprodução. Por causa do interesse de acumulação capitalista, produzem um espaço dividido, que, como qualquer mercadoria, sujeito à venda, seu uso ganha valor de troca.

Nesse sentido, o espaço é constantemente produzido, à medida que as forças produtivas capitalistas se estabelecem, reorganizado em vista dos interesses do capital e das novas técnicas surgidas. Harvey (2006) explica que, com a introdução do modo de produção capitalista, o espaço passa a ser representado na “forma de uma paisagem física, criada à sua própria imagem, criada como valor de uso, acentuando a acumulação progressiva do capital numa escala expansível” (p. 53).

Segundo Cruz (2009), para entendermos a noção de espaço, ao mesmo tempo concreta e abstrata, podemos recorrer a uma definição miltoniana que considera o espaço ser “formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2008, p. 106).

Dessa forma, a produção do espaço turístico envolve um complexo de relações e interesses de diversas escalas que devem ser levados em consideração para sua interpretação: “Se a produção do

espaço é um processo complexo e conflituoso, entender a participação do turismo nele requer o desvendamento de sua natureza, da sua complexidade e de seus conflitos” (CRUZ, 2007, p. 11).

Turismo e Paisagem

O turismo praticado na região em estudo envolve um conjunto de elementos que criam no viajante uma perspectiva positiva quanto aos aspectos por ele valorizados, tanto objetivamente quanto sob influência dos agentes de viagem e da mídia. Isso tudo está presente na paisagem. É a paisagem o objeto de fixação e de percepção primeira desses imaginários. O turismo tem como um de seus atrativos a paisagem.

Para a Geografia, a paisagem é uma de suas principais categorias. No entanto, o conceito de paisagem é muito diverso e controverso e leva em consideração uma gama de considerações para a sua constituição tanto física, quanto psicológica.

Segundo uma definição da língua portuguesa, paisagem é tudo aquilo que é perceptível aos olhos, compreendendo um conjunto de elementos em dada porção do planeta. Diversos autores utilizam essa argumentação para aprofundar a discussão. Castro (2002), por exemplo, diz que a paisagem é o que se vê, partindo necessariamente da dimensão do concreto, o que se mostra, acrescido da representação do sujeito, que codifica a observação. A paisagem resultado dessa observação torna-se fruto de um processo cognitivo, mediado pelas representações do imaginário social e de valores simbólicos. Na perspectiva da autora, a paisagem, assim concebida, apresenta-se com duas características, sendo ao mesmo tempo real e de representação dos elementos naturais e sociais que a integram.

Martinelli (2001a), em referência a outros autores como Bertrand (1978), Santos (1987, 1994) e Pichemel (1987), afirma também que a paisagem “é o que vemos diante de nós”, sendo, por isso, uma visão de conjunto percebida a partir do espaço que nos envolve. A paisagem é uma forma espacial do presente e, ao mesmo tempo, testemunha de formas passadas que ainda persistem ou não. Para o autor, ela revela, assim, um “dinamismo diacrônico”, confirmando a evolução estrutural do processo espacial, demonstrando-nos fases que poderão ser de estabilidade, de reformulação parcial ou de completa remodelação, engendrando novos espaços.

É Santos (2004a) que enfatiza a necessidade de se estabelecer uma distinção epistemológica entre paisagem e espaço, pois não são

sequer sinônimos. Para ele, a paisagem “é um conjunto de formas que, num dado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza”, enquanto o espaço “são essas formas mais a vida que as anima”. Lembra o autor que, em geral, a paisagem é apenas uma parte do território perceptível pela visão, é “a história congelada”, mas que participa da dinâmica da sociedade. No entanto, é a sociedade que anima as formas espaciais, dando-lhe um sentido, um conteúdo, e só ela tem o poder de tudo transformar. “O espaço é a síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais”, completa ele (SANTOS, 2004a, p. 109).

O turista se apropria da paisagem, pois a tem como um objeto de desejo, tornada assim pela mitificação do lugar e por sua midiaticização. Portanto, deve estar ao alcance dos olhos e por isso se fazem passeios, excursões em viagens. Martinelli (2001b) explica que, nesse sentido, a paisagem sempre será, por excelência, uma visão lateral, ou seja, aquela vista do chão em direção ao horizonte. Importa reter as silhuetas da sucessão em profundidade dos planos verticais que a compõem. O jogo destes planos pode organizar a apreciação da paisagem numa sequência de escalas que vão diminuindo em direção ao horizonte, ao mesmo tempo em que interpõem requadros que podem encobrir parte dela, que fica atrás. A fotografia entra nesse processo como um auxiliar da memória. Como afirma outro autor: “Turista e fotografia compõem uma dupla inseparável” (GASTAL, 2005, p. 35).

Martinelli (2001) argumenta ainda sobre o assunto:

A paisagem, não só de conteúdo natural, mas também dotada de vida humana, ganha, desta feita, grande destaque no mundo das imagens do turismo. Torna-se recurso. É vendida com forte dose de fantasia. Negocia-se o verde da floresta, o cume da montanha, o pôr do sol dourado, a praia ensolarada com o mar azul engastado por coqueiros, a praça emoldurada por casas coloniais e sua majestosa igreja. Esse imaginário, quanto mais distante de nós, mais exótico se torna. Exerce maior encanto, mistério e estímulo. Cada cultura, no entanto, enaltece seu arquétipo (p. 152).

Imagem e imaginário

É difícil pensar em viagens sem pensar no que leva uma pessoa a optar por este ou aquele meio de transporte, este ou aquele lugar como destino. Não é somente o preço que está em jogo, mas também outros aspectos, mais ligados à motivação, que, estimulada por diversos meios como informações de amigos ou a mídia, por exemplo, cria imagens e desejos.

Para Gastal (2005), não se pode pensar que é a imagem que produz o imaginário, pois, ao contrário, é a existência de um imaginário que determina a existência de um conjunto de imagens, referindo-se a todo tipo de imagem, seja cinematográfica, pictórica, escultural, tecnológica etc.

Gastal explica o imaginário como um processo. Para ela:

Há um imaginário parisiense que gera uma forma particular de pensar a arquitetura, os jardins públicos, a decoração das casas, a arrumação dos restaurantes, etc. O imaginário de Paris faz Paris ser o que é. Isso é uma construção histórica, mas também o resultado de uma atmosfera e, por isso mesmo, uma aura que continua a produzir novas imagens (2005, p. 56).

Aliás, sobre imagem e imaginário, Martinelli (2001a) diz que toda imagem é produzida por um autor, seja uma pessoa ou grupo de pessoas, produzindo-a em determinadas circunstâncias sociais e culturais. A imagem possui a capacidade de chamar a atenção, causar uma impressão e/ou comunicar uma informação. Para o autor, “o ato de concebê-la e difundi-la se inscreve numa situação de comunicação socialmente determinada: a sua grande legibilidade” (p. 151).

Dessa forma, a imagem conduz uma mensagem que depende de sua composição e da interpretação daqueles a quem se dirige, do seu sentido conotativo, possuindo, frequentemente, um valor metonímico. Para Martinelli (2001a), a imagem fraciona o mundo, mas a nossa imaginação é capaz de completá-la.

Podemos afirmar, como faz Gastal (2005), que viagens e imaginários caminham juntos, sendo, por isso, importantes na compreensão do turismo. Aventurar-se pelo desconhecido, buscar o que é novo, estimular as pessoas, motivando-as a se deslocar. É por isso que os lugares distantes, ainda não desbravados, desconhecidos, ganham

sentido nos sentimentos daqueles que o vislumbram, renovando-se a cada ciclo da história, pois a cada momento novos espaços são criados, novas imagens povoam as mentes das pessoas, e novos desejos são estimulados. Como diz Martinelli (2001a), o simbolismo da imagem, que emerge do inconsciente, oferece um mundo de possibilidades para o imaginário, e, em busca dessa paisagem, viaja-se.

Urry (1996) fala de um “sistema de ilusões” gerado pelos diferentes olhares dos turistas e levado a cabo pelos anúncios e pela mídia. Esse é um sistema fechado, mas que se autoperpetua, possibilitando ao turista rever e avaliar os lugares potenciais para novas visitas.

Por fim, para Gastal (2005),

Em termos de imaginário, não há verdade ou mentira, pois todo imaginário é. Ele é invenção, narrativa, seleção, bricolagem, modo de ser no mundo. No imaginário, em consequência, não há verdadeiro nem falso. Como num romance, todos os enredos são possíveis e legítimos. Ou seja, como o sentimento, que sempre é, o imaginário, do mesmo modo, sempre é (p. 75).

Essas características são bem visíveis quando se pensa na Amazônia ou mesmo no Festival Folclórico e na disputa entre os Bumbás de Parintins. São ricas as informações produzidas pela mídia, mas também já existe uma imagem sobre esses atrativos associada a diversas outras visões existentes sobre eles.

Lugar, território e região

Três outros conceitos comuns à Geografia são bastante utilizados quando se fala em turismo: lugar, território e região.

O lugar é o mundo em escala. O lugar não é a parte, é o mundo em dimensão. Nele se manifestam os fenômenos, nele o mundo se realiza. O lugar se concretiza também pelo sentido que a sociedade dá àquele espaço. Espaço da cultura, dos sentimentos, do vivido.

Armando Corrêa da Silva (1986), ao falar sobre as categorias em Geografia, enumera-as: espaço, lugar, área, região, território, habitat, paisagem e população, entre outros, sendo que o espaço é o mais geral e que engloba todos os outros.

Entre os que interessam a este trabalho, a categoria *lugar*, segundo o mesmo autor, denota o espaço como um complexo de relações que se dão em uma localização definida. Já a categoria

território é aquela em que o lugar se torna real, concreto, lócus da existência do Estado. Depois da categoria *território* vem a de *região*, pois se trata de um território já ocupado, com uma organização do espaço e um modo de vida bem definidos (SILVA, 1986, p. 30).

O turismo se manifesta no lugar, no território, na região. Para Carlos (1999), o lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora, produzindo a identidade. Aí o homem se reconhece porque aí vive. O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar se liga indissociavelmente à produção da vida. Para ela, é no lugar que emerge a vida, sintetizando-o como a “unidade da vida social”. É nesse espaço concreto e real que cada um se localiza, se identifica ou não, usufrui e modifica, visto que o lugar “tem usos e sentidos em si. Tem a dimensão da vida” (CARLOS, 1999, p. 28).

Partindo do pressuposto de Silva (1986), já citado, podemos concluir que o território, essa parcela do espaço, está sempre associado ao domínio e o poder exercido sobre um espaço limitado. Logo, é um espaço definido político e administrativamente por um povo. Suas raízes estão na possibilidade de domínio e controle sobre o mesmo pelo Estado.

A respeito do território, Claude Raffestin (1993) foi um dos principais estudiosos dessa temática geográfica, destacando-a dentro de uma ótica que considera o caráter político do território, entendendo-o, também, como um substrato do espaço, este antecedendo ao primeiro. Nas palavras de Raffestin:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (...) o ator “territorializa” o espaço (1993, p. 143).

Quando o autor se refere à territorialidade do espaço, o faz no sentido da apropriação concreta e abstrata, remetendo ao entendimento do território como um espaço resultante do trabalho humano, seja objeto ou ideia, e dessa forma revela relações marcadas pelo poder. Nesse sentido, para o autor, o território se manifesta no

espaço, mas não pode ser confundido com ele, tratando-se, sim, de uma produção a partir do espaço, e, para realizá-la, envolve muitas relações, implicando relações de poder (RAFFESTIN, 1993).

Roberto Lobato Corrêa (2002) explica a territorialidade, referindo-se às manifestações simbólicas ou materiais com o intuito de se apropriar e manter o território por um determinado agente social, que pode ser o Estado, os diferentes grupos sociais e empresas.

É nesse sentido, como já foi frisado, que podemos concordar com Cruz (2003), para quem toda a análise que se faça sobre a produção de espaço a partir do turismo, ou ainda, da criação de territórios turísticos, deve levar em conta o conjunto de relações que se estabelecem nessa atividade, sem esquecer a sua dimensão global e local. Nessa imensa teia de relações, o turismo representa apenas uma parte (CRUZ, 2003, p. 12).

A identificação de um lugar turístico implica sempre o reconhecimento do espaço e território. Como afirma Cruz (2003), o turismo, enquanto uma prática socioespacial, vai apropriando-se de determinados espaços, transformando-os e, a partir disso, produzindo territórios e territorialidades, turistificando os lugares. É a autora que acrescenta: “Se a produção do espaço é um processo complexo e conflituoso, entender a participação do turismo nele requer o desvendamento de sua natureza, da sua complexidade e de seus conflitos” (CRUZ, 2007, p. 11). Essa é uma concepção que vai nortear o desenvolvimento deste trabalho.

Um outro conceito caro à ciência geográfica, mas que é utilizado por outras ciências, principalmente a Economia, é o de região. Apesar dessa discussão não ser nova, sempre há uma certa insegurança na sua definição e no seu uso. Corrêa (1997), em suas discussões sobre região e organização espacial, coloca a região como um conceito-chave para os geógrafos e não geógrafos quando se referem à questão espacial. Ele esclarece que a região, genericamente, tem referência a lugares que se diferenciam uns dos outros. No entanto, o conceito de região desenvolvido pelos geógrafos ao longo de sua história constitui respostas aos múltiplos ângulos com que eles observaram e observavam o mundo real, já bastante fragmentado e articulado. Com a globalização, este processo de exercer muitos olhares sobre o espaço do homem foi acentuado. E ressalta: “A região, esta particularidade dinâmica, continua a desafiar os geógrafos em sua tarefa de tornar inteligível a ação humana no tempo e no espaço” (CORRÊA, 1995, p. 25).

Apesar dessa complexidade no estudo da região, a expressão é empregada de diversas formas no cotidiano e no senso comum, referindo-se, geralmente, a um lugar com características comuns

ou particulares. O exemplo da região da Valéria, em Parintins, se assemelha a essa concepção, visto não haver um estudo detalhado que a defina como tal. Todavia, na Amazônia, é comum referir-se a lugares mais distantes, que englobam diversas comunidades e possuem alguma especialização, como “regiões”.

O turismo mundial: crises e viagens

O turismo continua a despertar grande interesse por parte dos grandes investidores, visto mobilizar um grande fluxo de dinheiro ao redor do mundo. A sua compreensão, todavia, ainda é muito complexa, pois envolve uma multiplicidade de atores e ações que precisam ser bem entendidas. O importante, neste momento, é reconhecer que é uma atividade econômica, que engloba uma variada rede de agentes sociais, empresas e o próprio Estado para sua plena realização. Sem falar em que a sua realização propicia ao capital interno e externo uma possibilidade de maximização do lucro. O objeto de desejo para o turismo é uma mercadoria especial, o espaço, que, transformado em objeto de consumo e uso, é apropriado pelo capital para o seu próprio proveito.

De acordo com a OMT (World Tourism Organization, UNWTO, 2017), o desembarque turístico internacional teve um incremento de 7% em todo o mundo, em relação a 2016, consolidando a tendência de crescimento que começou em 2010. Esperava-se para 2018 um crescimento contínuo a uma taxa de 4 a 5% do turismo internacional. O número de desembarques internacionais chegou a 1,322 bilhões em 2017 (OMT, 2018).

Segundo o mesmo órgão, ao longo das últimas seis décadas, o turismo tem experimentado contínua expansão e diversificação, tornando-se um dos maiores setores e de mais rápido crescimento econômico em todo o mundo. Além disso, muitos destinos novos surgiram, desafiando os destinos tradicionais da Europa e da América do Norte (2012).

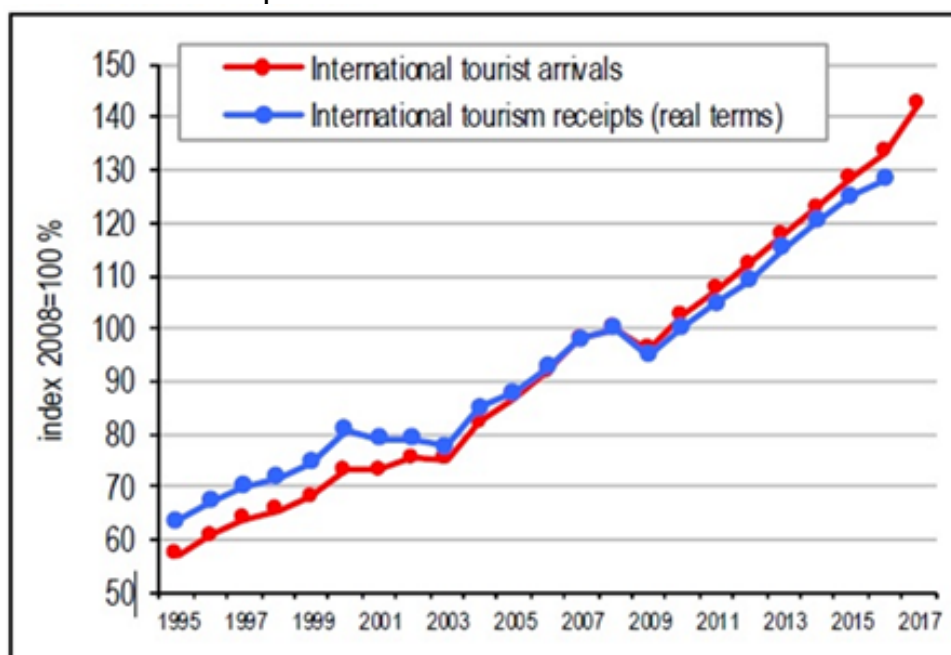
Assim como qualquer atividade econômica está sujeita aos ciclos de crise econômica, sejam eles locais ou mundiais, a população de um país em crise tende a viajar menos que aquelas de países em franca prosperidade, principalmente se nos referimos àquelas que realmente sofrem os abalos desses problemas, geralmente as da classe média.

Apesar de choques ocasionais, as chegadas de turistas internacionais têm mostrado um crescimento praticamente ininterrupto: de 277 milhões em 1980 para 528 milhões em 1995, e

983 milhões em 2011 para 1,322 milhões em 2017. O gráfico da figura 1 apresenta esse crescimento, com uma pequena variação entre 2001-2002 e da crise atual iniciada em meados de 2008. Neste ano, houve um crescimento de apenas 2% em relação ao ano de 2007.

As perspectivas de longo prazo e avaliação das tendências futuras, realizadas pela OMT, apontam um aumento no número de chegadas de turistas internacionais em todo o mundo de 3,3% ao ano em média, de 2010 a 2030, o que representa um acréscimo de cerca de 43 milhões de chegadas internacionais a cada ano, atingindo um total de 1,8 bilhão de desembarques em 2030 (OMT, 2012).

Figura 1 – Desembarques e receitas internacionais do turismo 1995-2017



Fonte: Organização Mundial do Turismo (OMT, 2018)

Ainda segundo o documento da OMT, que considera o turismo um serviço comercializado internacionalmente, este tornou-se uma das mais importantes categorias comerciais do mundo. Ao longo do tempo, um número crescente de destinos foi aberto, e investiu-se no desenvolvimento da atividade turística, transformando o turismo moderno em um motor fundamental do progresso socioeconômico através de receitas de exportação, da criação de empregos e empresas e do desenvolvimento de infraestrutura (OMT, 2012).

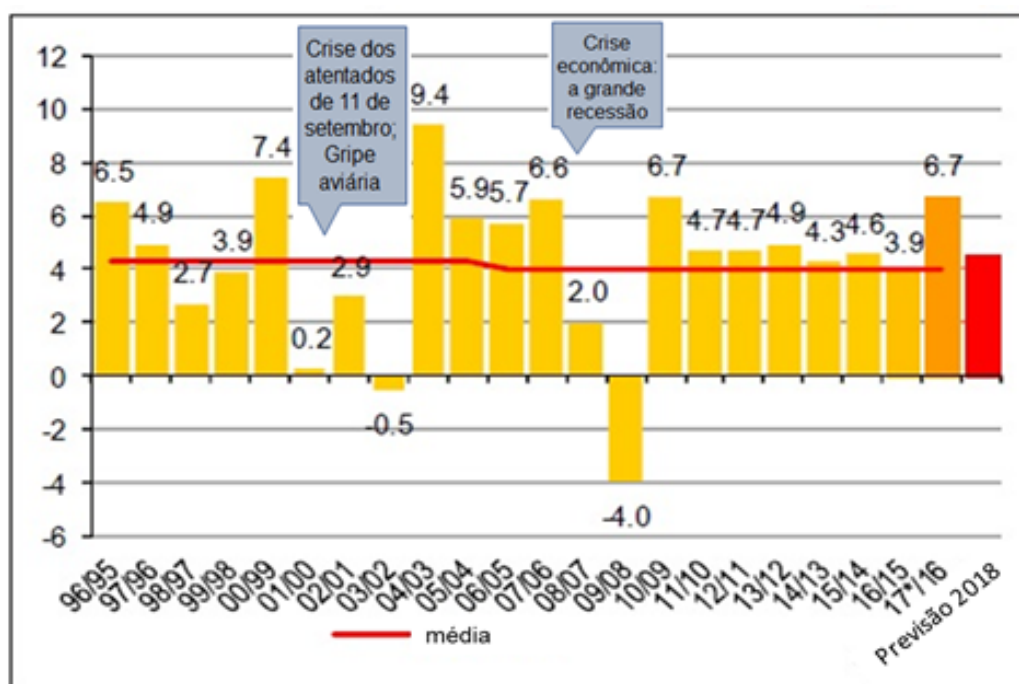
Em 2017, a receita de exportação global gerada pelo turismo receptivo, incluindo transporte de passageiros, ultrapassou US\$ 1,5 trilhão (figura 1), ou 4,1 bilhões de dólares/dia, em média. Globalmente, como uma categoria de exportação, o turismo ocupa a terceira posição

depois de combustíveis e produtos químicos. As exportações ligadas ao turismo respondem por até 30% das exportações mundiais de serviços comerciais e de 6% do total das exportações de bens e serviços. Para muitos países em desenvolvimento, é uma das principais fontes de renda de câmbio e o número um da categoria de exportação, criando empregos muito necessários e oportunidades de desenvolvimento, segundo a OMT (2012).

Como hoje se sabe que as pessoas estão viajando cada vez mais, o que é reflexo do crescimento da renda justamente entre as populações da classe média, ou classe “C”, como aqui no Brasil, é possível avaliar que uma crise de desemprego ou de desvalorização da moeda nacional pode frear o desejo de viajar, principalmente para o exterior.

Assim, as crises, ditas mundiais (figura 2), podem acarretar uma redução nos deslocamentos internacionais; todavia, essas crises atingem os países diferentemente. Na atual crise, que se prolonga desde 2008, enquanto moradores de países da Europa e da América do Norte viajam menos, chineses, brasileiros e russos aproveitaram para viajar e sair às compras.

Figura 2 – Chegadas e receitas do turismo internacional no Mundo (1995-2018)



Fonte: Adaptado de OMT (2018)

No gráfico acima percebem-se os efeitos das grandes crises mundiais nos deslocamentos dos turistas a nível internacional; a variação percentual mostra que o crescimento das receitas tem

acompanhado de perto o crescimento de chegadas de turistas no pós-crise. Apesar de não termos saído totalmente da crise atual, a OMT calcula que houve mais de 1,3 bilhão de chegadas de turistas em 2017, um recorde (OMT, 2018).

Além disso, a OMT divulgou recentemente que a China é a número um de gastos com o turismo desde 2012. Os turistas chineses gastaram 204 bilhões de dólares em viagens pelo mundo, superando todos os demais países. Essas despesas no exterior representam um crescimento de 40% em relação a 2011. Houve um crescimento significativo do número de viagens internacionais de cerca de 10 milhões em 2000 para mais de 83 milhões em 2012. A nível de comparação:

Em 2005, a China ficou em sétimo no quesito despesas com turismo internacional e, desde então, foi passando aos poucos países como Itália, Japão, França e Reino Unido. No ano passado [2012], ganhou o primeiro posto e ultrapassou Alemanha e os Estados Unidos, que gastaram cerca de R\$ 168 bilhões em viagens (JORNAL DO BRASIL, 07 abr. 2013).

É preciso lembrar que o turismo tem sido um dos meios para a expansão capitalista que nas últimas décadas tem tido abundância de dinheiro, excedentes de capital que precisam ser investidos em atividades produtivas. É Harvey quem coloca alguma luz sobre o assunto ao afirmar que:

A produção de espaços e lugares absorveu, ao longo do tempo, grandes quantidades de excedentes de capital. Novas paisagens e novas geografias foram criadas dentro das quais o capital circula em formas que são frequentemente assombradas por profundas contradições (2011, p. 77).

O turismo, com sua capacidade de mobilizar pessoas e recursos pelo mundo, é um grande direcionador de fluxo de dinheiro para os países de economias avançadas. Países da Europa e os Estados Unidos, agora acompanhados da China, México e Tailândia, são os principais destinos de turistas em todo o mundo (2018). A França continua como o primeiro país em desembarque de turistas internacionais, seguida da Espanha, dos Estados Unidos e da China, que avança a cada ano como

opção de viagem. As receitas relacionadas ao turismo são maiores nos Estados Unidos, o primeiro do ranking, seguidos pela Espanha e França. A Tailândia vem logo a seguir, na quarta colocação. Observa-se o forte crescimento da China e do Japão nesse período (Figura 3).

Figura 3 - Ranking dos países receptivos quanto a desembarques de turistas e receitas - 2018



Fonte: Adaptado de OMT (2019)

Turismo no Brasil: emergência e planejamento

O Brasil aparece entre os 25 países que mais gastaram com o turismo internacional em 2017, com US\$ 19 bilhões injetados no mercado mundial, segundo a OMT (2018).

Dos BRICS, os países emergentes, o Brasil teve um acréscimo em suas despesas de US\$ 5 bilhões, chegando aos US\$ 21 bilhões de gastos, em 2012, isso após um aumento de 51% em 2010, saindo do 18º lugar para a 12ª posição entre os países que mais gastam com o turismo (OMT, 2012).

No entanto, o país ainda recebe muito poucos turistas, se considerada sua imensa diversidade de recursos naturais, culturais e históricos. Dos cerca de 1,4 bilhão de turistas que circulam pelo mundo, somente 6,6 milhões deles passam pelo Brasil, ou seja, 0,5% do turismo mundial (2018).

As políticas voltadas para o turismo têm a responsabilidade de tornar o país mais atrativo turisticamente, para atrair parcela cada vez maior desse “bolo”, considerando o turismo como um importante gerador de riquezas e divisas para o país.

O governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010) foi importante para o desenvolvimento do setor no país.

Com a criação do Ministério do Turismo (MTur), diferentemente dos governos anteriores, nos quais o turismo estava ligado a outra pasta, ganha destaque e independência na estrutura desse governo. Essa iniciativa é uma resposta a antigas demandas deste setor e demonstra a posição do governo em relação a uma nova concepção que leva em consideração a geração de empregos e divisas através do desenvolvimento do turismo. O ministério ficou responsável pela elaboração da política nacional de desenvolvimento do turismo, pela promoção e divulgação do turismo nacional, no país e no exterior, pela criação de estímulos às iniciativas públicas e privadas, com a captação de investimentos para as atividades turísticas e, finalmente, pelo planejamento, coordenação, supervisão e avaliação dos planos e programas de incentivo ao turismo.

Coube ao MTur a elaboração do Plano Nacional do Turismo (PNT), um instrumento de planejamento que tem como finalidade explicitar o pensamento do governo e do setor produtivo e orientar as ações necessárias para consolidar o desenvolvimento do turismo no país. O plano, que entrou em vigor em abril de 2003, foi elaborado com a participação de entidades, instituições e empresas que atuam no segmento turístico, e também teve a contribuição de secretários e dirigentes estaduais e presidentes de empresas públicas deste setor.

Enquanto estratégia governamental, o PNT 2003-2007 estabelecia os objetivos do plano em relação à melhora dos indicadores econômicos e sociais e da sua importante contribuição para a redução das desigualdades regionais.

Através das ações propostas pelo Plano Nacional do Turismo, o governo pretendeu criar condições para gerar 1,2 milhões de novos empregos e ocupações no turismo, o que geraria investimentos na economia de aproximadamente 12 bilhões de reais até 2007. A pretensão do governo era ampliar a oferta turística brasileira, desenvolvendo no mínimo três produtos de qualidade em cada estado da federação e no Distrito Federal, o que significaria cerca de 80 novas destinações.

Essas metas eram ambiciosas para o momento, visto que o mundo estava entrando no século XXI ainda abalado pela crise econômica de 1998, com seu epicentro na Ásia, vindo em seguida, as ações terroristas de 11 de setembro e a SARS, que abalaram o mundo e o turismo, em particular. Vale lembrar que a melhoria nos números referente ao turismo no Brasil pode ou não ser resultado de um desenvolvimento do turismo feito de forma eficaz, de forma sustentável, econômica, social e ambiental, pois o crescimento do turismo não significa necessariamente que a atividade esteja gerando benefícios onde ela está acontecendo, nem de maneira uniforme. Pela

nossa experiência, pode-se concluir que muitos desses resultados são obtidos sem o devido envolvimento da população local, mesmo quando algumas oportunidades de emprego e renda são criadas, pois ela não participa da distribuição dos benefícios do turismo e ainda tem de arcar com os impactos negativos decorrentes de falhas ou da ausência de planejamento.

Em 1999, segundo dados da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), entraram no país 5.107.169 turistas, que gastaram cerca de US\$ 4 bilhões. Nesse ano o Brasil estava em 39º lugar dos destinos turísticos mundiais, segundo a OMT (CASIMIRO FILHO, 2002).

Concordamos em que o turismo deve ser planejado, buscando encontrar equilíbrio entre a eficiência do crescimento econômico, igualdade na distribuição social dos recursos e respeito às limitações ambientais. Esta não é uma tarefa fácil, pois envolve uma integração entre diversos setores, interesses antagônicos que geram conflitos, e ainda exige pessoas e instituições, em nível local, regional e nacional, que saibam superar e contornar essas crises e viabilizar projetos que realmente atendam aos interesses comerciais, mas, sobretudo, viabilizem o envolvimento e a participação, tanto na elaboração como nos resultados, da população local nos destinos do turismo.

A criação do Ministério do Turismo e os Planos Nacionais de Turismo são conquistas muito importantes, que sem dúvida representam um grande passo, mas que ainda precisam ser acompanhadas por uma longa discussão sobre que turismo se quer e de que forma cada região pode alcançá-lo.

O PNT 2007-2010, dando sequência ao plano anterior, ainda com objetivos ligados à melhoria das condições gerais que viabilizem a expansão do turismo, tanto receptivo quanto interno, propõe agora o turismo de inclusão. Vislumbrando a melhoria das condições gerais da população brasileira, a prioridade volta-se para o mercado interno do turismo, na perspectiva de melhorar o fluxo de turistas nacionais.

Segundo o documento, nesse período (2007-2010) o objetivo era melhorar a infraestrutura do turismo nacional, definindo e preparando os 65 destinos turísticos, distribuídos por todo o território nacional, dentro dos padrões mundiais de qualidade, para, assim, alcançar uma marca histórica de 217 milhões de viagens no mercado interno. Isso tudo geraria 1,7 milhão de empregos e US\$ 7,7 bilhões em divisas para o Brasil. Aqui a argumentação era a de que o turismo brasileiro poderia ampliar a oferta de produtos, tanto para consumidores de baixa renda, quanto para a classe média e para o turista de renda alta.

O PNT preconiza a necessidade de o turismo cumprir sua função social, com a inclusão de parcela cada vez maior da população no turismo, além de inclusão de novos destinos, inclusão de novos segmentos de turistas, inclusão de mais turistas estrangeiros, inclusão de mais divisas para o Brasil, inclusão de novos investimentos, inclusão de novas oportunidades de qualificação profissional, inclusão de novos postos de trabalho para o brasileiro. Segundo as diretrizes apresentadas, “inclusão para reduzir as desigualdades regionais e para fazer do Brasil um país de todos” (PNT, 2007).

Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT)

O PNMT foi desenvolvido e coordenado pela EMBRATUR ainda na década de 1990, com o objetivo de implementar um modelo de gestão descentralizada da atividade turística. Além disso, almejava ainda a conscientização, sensibilização, estímulo e capacitação dos agentes de desenvolvimento que compõem a estrutura do turismo no município, tendo como fim a participação da comunidade nas decisões, fazendo com que reconhecessem o turismo como um importante instrumento para o desenvolvimento local.

O foco da PNMT estava na descentralização da gestão do turismo e na capacitação dos agentes municipais para desenvolver o turismo local, e, por conta disso, o programa objetivava criar ferramentas para o desenvolvimento do turismo, estimulando parcerias e mobilizando a comunidade à gestão da atividade turística.

Dentre seus objetivos gerais merecem destaque: a conscientização do cidadão para a importância do turismo; a descentralização; o poder normatizador, transferindo-se ao município a competência para equacionar e ordenar soluções locais; a elaboração de instrumentos e métodos que ajudem os municípios a planejar adequadamente a atividade; a formação de parcerias entre o poder público, a iniciativa privada e a sociedade civil organizada na busca de caminhos e respostas; e a otimização na prestação de serviços turísticos, de forma a não só operacionalizá-los com qualidade e segurança, mas também divulgar e vender melhor o produto (EMBRATUR, 2001).

Apesar de o PNMT impor uma descentralização, o programa estabelece uma estrutura hierarquizada, de modo que, se aceito pelos estados e municípios, deve ser seguido de acordo com o que é imposto pelo poder central. O PNMT estabelece no seu ordenamento uma estrutura basicamente hierárquica para a sua implementação.

É uma “faca de dois gumes”, pois dá aos órgãos, nos três níveis de poder que, teoricamente, não possuem uma relação hierárquica política e administrativa entre si, uma possibilidade de independência, sendo que a implementação do programa depende da subordinação dos órgãos às decisões estabelecidas, sempre aos níveis de poder superior, ficando o município, o principal executor do programa, o mais dependente. Só assim o programa se viabiliza.

Segundo Cruz (2003), houve, pelo menos de início, um número pequeno de municípios que aderiram ao PNMT, haja vista que o método adotado, alemão adaptado à realidade nacional, segundo seus idealizadores, não foi tão apropriado para o caso brasileiro, fazendo com que poucos municípios conseguissem concretizar os passos para a implementação da municipalização do turismo.

Turismo para a Amazônia: turismo de natureza e ecoturismo

Cabe aqui fazer algumas considerações sobre as políticas direcionadas à Amazônia, visto ser esta a maior região do país e ser uma região de grande expressão internacional, principalmente ligada a sua biodiversidade e a sua extensa bacia hidrográfica, cortada pelo grande rio Amazonas. Teoricamente, um expressivo destino turístico, mas que, devido à incipiente infraestrutura e aos elevados custos de transporte, ainda não é o principal destino de turistas internacionais no Brasil. Desde o período do governo militar a Amazônia é vista como um “lugar das possibilidades”, de exploração, de riqueza e de lucro. Os planos de desenvolvimento da Amazônia tinham como orientação a integração desse espaço à economia nacional, por meio da instalação de polos de desenvolvimento que irradiariam o desenvolvimento para toda a região. Baseada em incentivos fiscais e financeiros para as empresas, pouco valor se deu aos impactos ambientais que poderiam advir com a abertura e pavimentação de estradas e infraestruturas dentro da floresta. Ao mesmo tempo, os militares lançaram o I Plano de Turismo da Amazônia, no mesmo sentido, priorizando a implantação de uma infraestrutura pela iniciativa privada para o turismo. Andrade e Tavares (2011), ao criticar esse modelo, afirmam que a imagem da região ficará mais marcada pela degradação ambiental provocada pela abertura de estradas na floresta que por seus atrativos turísticos. São categóricas em afirmar que a política de integração amazônica da década de 1970 pode ser pensada como um “vetor de estímulo ao turismo na região,

mas também como o vetor de uma imagem Amazônica vitrine da degradação ambiental” (n. p.). As autoras caracterizam dois tipos de públicos desse processo: um primeiro, atraído pelos negócios da Zona Franca de Manaus, de forma majoritária, e o segundo, motivado pela descoberta do exotismo da Amazônia. Por conta disso, o modelo de turismo implementado até então caracteriza-se por uma turistificação totalmente dissociada da presença das populações locais. Da mesma forma, ainda hoje, percebe-se que os lugares turísticos da região ainda funcionam de maneira “mal integrada e principalmente que eles dinamizam pouco um espaço bastante limitado da maior floresta brasileira” (ANDRADE; TAVARES, 2011, n. p.).

Já na década de 1980, a implantação do PNMT na Amazônia, como já vimos, não correspondeu ao desejado pelo governo federal, vistas as dificuldades dos municípios para sua implementação.

Um projeto específico para a região, como já foi apontado por outros autores, deve estar ligado ao seu potencial ecológico e à força que têm o apelo à natureza e a sua conservação, principalmente. Desde o começo do século XX já se vem discutindo os impactos que a ação do homem vem provocando aos recursos naturais e os reflexos dessa ação na qualidade de vida da sociedade. Nos anos 1960, movimentos ecológicos preservacionistas apontam a necessidade de coibir o avanço da sociedade industrial sobre o meio ambiente através de reservas ambientais. Essas reservas estariam longe da ação humana e abertas à contemplação daqueles que quisessem sentir a natureza na sua totalidade. Apesar de aceita por alguns estados, a criação de reservas criou um conflito em uma sociedade que depende, e cada vez mais, dos recursos naturais para a produção e o consumo. Em torno dessa discussão chega-se, em 1972, à I Conferência Mundial sobre Meio Ambiente da ONU, realizada em Estocolmo, cujo documento de referência, produzido pelo Grupo de Roma e denominado *Limites do Crescimento*, apresentava severamente a necessidade de encontrar o ponto ótimo para a exploração dos recursos finitos da natureza, sem o qual os danos oriundos dessa ação poderiam comprometer a vida no planeta. Estavam colocadas as bases para a crescente discussão sobre os rumos da humanidade sobre este planeta na sua relação com os grandes ecossistemas e os fragmentos ainda existentes dos recursos naturais. A água saudável já estava atingindo seu limite de oferta e já existem problemas de abastecimento e sede em várias partes do mundo. Fala-se inclusive em mudança de paradigma por conta dessa calorosa discussão. Outros eventos se sucederam, como a Rio-92, a II Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que

abre a discussão sobre um “desenvolvimento sustentável”, conceito este carregado de ideologia para o lado que o defende, sem, contudo, atingir os efeitos desejados nos países e comunidades locais que mais sofrem com os problemas de pobreza e degradação ambiental.

Envolvido nessa atmosfera, o governo brasileiro cria nos anos 1980 a Política Nacional do Meio Ambiente e cria ainda, com a ajuda da sociedade brasileira, um parágrafo todo dedicado ao meio ambiente na Constituição Federal de 1988.

No tocante ao turismo, o destaque é criado em torno de um turismo ecológico, um turismo sustentável ou um ecoturismo. Tanto é, que em 1994, foram estabelecidas as Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, coordenadas pela Embratur. No documento, o ecoturismo é tratado como um segmento da atividade turística, capaz de atuar de modo sustentável sobre o patrimônio natural e cultural, inclusive incentivando sua conservação e buscando a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, levando em consideração o bem-estar das populações envolvidas. O governo acreditava que o momento era propício para a implementação do ecoturismo como alternativa sustentável de desenvolvimento, tendo em vista o aproveitamento racional do potencial ambiental dos seus recursos. Os grandes ecossistemas citados no documento são a Amazônia, o Pantanal, o Cerrado, a Caatinga, a Mata Atlântica, entre outros.

Dentro do PNMT foi criado um programa destinado exclusivamente a atender ao turismo na Amazônia, o PROECOTUR (Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia), com o objetivo de desenvolver o ecoturismo de forma sistemática na região. A criação de polos ecoturísticos é um dos mecanismos para viabilizar esse programa, associado a outras ações do PNMT já citadas.

Diferentemente da costa litorânea, onde se explora o turismo “sol e praia”, na Amazônia o PROECOTUR tentou viabilizar o ecoturismo, resultando na instalação dos hotéis de selva. A crítica a esse modelo de turismo está no confinamento dos turistas ao território controlado pelo empreendimento, totalmente distinto da essência do conceito de ecoturismo.

Segundo Cruz (2003, p. 97), o turismo planejado para a Amazônia, via PROECOTUR, considerando os aspectos peculiares da região, como a extensa rede hidrográfica que lhe serve como via de transporte e a falta de infraestrutura para atender a um turismo mais adensado para viabilizar um turismo de massa, faz-se necessário “envolver cidades como nós de uma rede de distribuição dos fluxos turísticos”.

Cruz (2003) percebe que o ecoturismo na Amazônia tem muito a ver com a valorização do setor turístico dada pelas políticas públicas, com o crescimento do segmento turístico de natureza, com a permanente necessidade de expansão territorial e a diversidade do mercado de destinos turísticos, tendo, portanto, muito pouco de natural. Sem falar que o turismo se efetivará na zona rural, o que preocupa a autora pelo contato, muitas vezes “pernicioso”, dessas comunidades com uma cultura trazida pelo turista.

Importante considerar as afirmações de Cruz, quando assevera que essa estratégia de desenvolvimento regional, criada pelo PROECOTUR,

(...) promove a concentração espacial de estruturas e de fluxos de visitantes, aparece não apenas como uma opção do planejamento físico-territorial do turismo; ela é a opção política, orientadora de um planejamento espacial segregador de turistas e residentes (2003, p. 97).

Apesar de passados vários anos do lançamento do PNMT e outras ações com vistas à melhoria do turismo na região, ainda hoje a atividade carece de maior atenção e de um aprofundamento da discussão sobre o turismo enquanto prática social, e isso quer dizer um envolvimento da sociedade local nos destinos e gestão do turismo, pois afeta ou afetará a todos onde o turismo se dá. Assim, o planejamento do turismo tem que levar em conta a participação de todos os segmentos envolvidos: poder público, agentes do turismo, empresários, entidades civis organizadas, ONGs e, principalmente, a comunidade interessada.

Peculiaridades do Turismo no Amazonas

O estado do Amazonas, o maior estado da federação, apesar de ter reconhecido seu imenso potencial ecoturístico, com boa parte de sua floresta conservada e rica biodiversidade, tendo, inclusive, recebido do Governo Federal o título de “Estado Referência para o Ecoturismo”, não tem o ecoturismo como sua principal atividade econômica (BARRONCAS, 2004; FARIA, 2001).

Contudo, o turismo no Amazonas vem crescendo anualmente. Não é de hoje que vem crescendo no imaginário mundial, atraindo turistas que querem conhecer o “último reduto de floresta”, “o maior rio de água doce do mundo”, “a maior biodiversidade do planeta” e outros novos e antigos mitos que cercam o imaginário da população, como o “pulmão do mundo”, “a terra das amazonas”, “El Dorado” etc.

Essa imagem ainda é vendida pelos responsáveis por divulgar o país mundo afora. São mensagens carregadas de ufanismo e de forte apelo do verde, do ecológico, de proteção do planeta. As terras onde habitam os últimos povos que ainda vivem como selvagens, sem contato com a sociedade dita moderna, ou mesmo, os nativos, indígenas que mantêm uma intensa ligação com a floresta. É isso que atrai, em boa medida, os turistas para a região. O anúncio realizado para a venda de passagens em transatlânticos que fazem roteiro pelo rio Amazonas e que param na “Boca da Valéria” dá-nos uma dimensão desse imaginário.

Boca da Valeria (Amazon River), Brazil: Boca da Valeria is a remote village at the confluence of the Rio da Valeria and the Amazon. Approximately 75 people live in this minute village, surrounded by the great rain forest of the Amazon Basin. Life here is a startling contrast to life in Brazil’s modern Amazonian cities of Santarem and Manaus. In this tiny fishing village, see firsthand how the people of the Amazon live. Experience their culture as you visit their village (Site da Princess Cruises, mar. 2010).

Nessa mensagem é possível perceber a visão estereotipada de um lugar na Amazônia. Com certeza, o turista espera encontrar um lugar primitivo, com uma população no limite da pré-história. É bem verdade que o lugar fascina devido à sua beleza natural e, é claro, à vida simples do caboclo-ribeirinho da Amazônia. Longe de ser ele um “índio”, a vida nas comunidades amazônicas pode surpreender quem a vê pela primeira vez. Todavia, a Boca da Valéria está longe de ser uma síntese das populações amazônicas como quer o anúncio da empresa de turismo.

Plano Estadual de Turismo

O órgão oficial de turismo do estado é a Empresa Estadual de Turismo, AMAZONASTUR, criada em 2003 com o objetivo de potencializar o turismo local, articulando e participando dos programas a nível nacional e criando políticas com vistas ao desenvolvimento do turismo no estado, tendo como parceiros os municípios. Tem ainda responsabilidade de dar apoio ao

desenvolvimento sustentável de novos produtos turísticos, além de oferecer condições de aperfeiçoamento aos já existentes e promover o planejamento e execução da política estadual de turismo.

O Plano de Desenvolvimento do Turismo no Amazonas teve aplicação no período de 2008 a 2011, sendo um instrumento de estruturação e planificação do turismo amazonense para esse período. Além de fazer um levantamento dos pontos fracos e da potencialidade turística, estabeleceu de cenários para esse período, apresentando as possibilidades para o desenvolvimento sustentável do turismo. A “Formulação Estratégica”, contida no documento, é a etapa que direciona objetivamente gestores e empresariado para que maximizem as potencialidades do turismo no Amazonas e superem as ameaças levantadas. Essa formulação deve ser criativa e facilmente acessível a tais atores.

A falta de uma articulação efetiva entre o Estado e os municípios dificultou, até hoje, a formulação de uma política de estado para o turismo. Em que pese a importância do Polo Industrial de Manaus, ela acaba ofuscando outras tentativas de desenvolvimento local e que valorizam os produtos locais e as comunidades de várzea, de terra firme e florestais.

O turismo é uma atividade extremamente estratégica para a região, dado possibilitar a circulação de recursos em locais atingidos por ela. Desde que devidamente planejado, o turismo pode transformar-se em uma importante fonte de renda para os municípios. Esse deveria ser o papel do Estado, planejar o turismo.

Todavia, o que se vê é a centralização das atividades turísticas nas mãos de poucos e muito distantes, às vezes, das comunidades onde acontecem. O bom exemplo é a pesca esportiva, que movimenta muitos recursos, atinge áreas específicas da Amazônia, comunidades muitas vezes, mas que, no entanto, não guarda nenhum contato com os moradores nem com as comunidades ou, até mesmo, com o município onde se dá, ficando seus resultados nas agências sediadas em Manaus.

Ecoturismo, turismo no Amazonas

Na Amazônia, e em especial no Amazonas, a prática do ecoturismo tem sido caracterizada pela criação de novas territorialidades (hotéis de selva). Segundo Cruz (2003), na Amazônia o que predomina é a ação-atuação da iniciativa privada, agentes de mercado e planejadores territoriais, nesse caso o próprio Estado, na turistificação dos lugares. Ela não obedece a nenhum planejamento, sendo resultado de “ações espontâneas, isoladas e interesseiras de agentes de mercado” (2003, p. 106).

Para a autora, esse “isolamento territorial de turistas tem como uma de suas principais consequências a supressão da possibilidade de interação entre turistas e população residente” (CRUZ, 2003, p. 113).

Como já foi dito, o ecoturismo é um dos segmentos que mais atraem turistas para a região, porém ele não pode ser praticado de qualquer forma. O turismo praticado pelos diversos empreendimentos na região é denominado ecoturístico, sendo que, no entanto, trata-se apenas de um turismo “na selva”, sem a devida valorização da cultura e diversidade de vida e do meio ambiente. Mesmo com a municipalização, e que os municípios tenham uma estrutura administrativa ligada ao turismo, é preciso instituir normas para o uso do território e fiscalizar o seu cumprimento. Ainda, é preciso que populações tradicionais e a população envolvida sejam os maiores sujeitos nesse contexto, pois devem direcionar o desenvolvimento de atividades ecoturísticas, além de ajudar a fiscalizar os possíveis impactos ao meio ambiente e não permitir a exploração da mão de obra ou subjugar a cultura local.

Espaço, turismo e o método

O método é o caminho a ser seguido para se chegar a um fim. O método científico pode ser explicado como um instrumento intelectual e racional, que, na sua caminhada para estabelecer verdades ou fazer uma leitura do mundo, possibilita a apreensão da realidade objetiva pelo investigador (SPOSITO, 2004).

A história do desenvolvimento da Geografia enquanto ciência, desde meados do século XVIII, mostra o apego dos estudiosos a variados métodos de análise e interpretação da realidade de acordo com o predomínio destes ao longo da sua evolução. A Geografia Tradicional, que vai desde sua fundação como disciplina acadêmica, da sistematização de Humboldt e Ritter até basicamente os anos 1960, tem como fundamento comum o apego ao método positivista. O pensamento positivista diz respeito a todas as correntes não dialéticas, e os seus estudos baseiam-se nos aspectos visíveis do real, mensuráveis, palpáveis. Os procedimentos estariam limitados, por conta disso, à observação e a encadeamentos lógicos indutivos para ganhar ar de cientificidade (MORAES, 1993, p. 21-22).

Segundo Moraes (1993), depois dessa fase percebe-se um movimento de renovação da Geografia, a partir dos anos 1960, levando a cabo novas definições e novas discussões, fora do contexto do positivismo clássico: é o caso da fenomenologia, do estruturalismo, do neopositivismo e do marxismo.

Sposito (2004), em seu trabalho sobre a Geografia e a Filosofia, faz um debate acerca das bases metodológicas da geografia a partir da discussão filosófica do conhecimento geográfico. Para o autor, o método deve ser um instrumento intelectual e racional que possibilite ao pesquisador a apreensão da realidade. Apesar de reconhecer a existência de outros métodos, discutidos e abordados por outros autores, Sposito explicita três deles como influentes na Geografia enquanto ciência: o hipotético-dedutivo, o dialético e o fenomenológico.

O método hipotético-dedutivo

O método hipotético-dedutivo, segundo o autor, tem suas raízes no pensamento de René Descartes (1596-1650), que estabeleceu algumas regras. A primeira é a da evidência, que não deve admitir alguma coisa como verdade se não a reconhece como tal; a evidência é algo indubitável e deve resistir à dúvida. A segunda é a da análise: dividir cada uma das dificuldades em tantas parcelas quantas for possível. A terceira regra é a da síntese: refere-se à capacidade de concluir por ordem seus pensamentos, do mais simples ao mais complexo; lembra o procedimento indutivo. A última regra é a dos desmembramentos tão completos “a ponto de estar certo de nada ter omitido” (SPOSITO, 2004, p. 30).

Autores contemporâneos, como Karl Popper (1902-1994), retomam a linhagem cartesiana do método e aprimoram a doutrina positivista. Para ele “formular uma definição aceitável de ‘ciência empírica’ é tarefa que encerra dificuldades” (1975, p. 40 apud SPOSITO, 2004, p. 32).

Para Sposito (2004):

a abordagem do empírico é fundamental para a Geografia, tanto para a produção da informação geográfica quanto para a da análise a partir da observação, acreditamos ser necessário insistir um pouco mais no método hipotético-dedutivo (p. 32).

Segundo Sposito, o método que Popper denomina empírico tende a chegar à produção de conhecimentos que devem ser passíveis de refutação, ou seja, de um teste de falseabilidade que, “uma vez superado, deixaria para a ciência a contribuição de algo que, cientificamente produzido, seria mais um acréscimo ao progresso da ciência” (2004, p. 33).

O método fenomenológico-hermenêutico e a percepção geográfica

Segundo Sposito, baseado em autores como Japiassu e Marcondes (1990) e Nunes (1989), a fenomenologia é uma corrente filosófica fundada por Edmund Husserl (1859-1938), com o intuito de um método de fundamentação da ciência e de constituição da filosofia como ciência rigorosa.

O postulado básico da fenomenologia é a noção de intencionalidade, que considera que toda consciência é intencional, na medida em que visa sempre a algo fora de si, sempre tende para algo. Em outras palavras, o conhecimento é o resultado da interação entre o que o sujeito observa e o sentido que lhe fornece a coisa percebida. Assim, não se pode falar de uma observação independente dos significados que o sujeito atribui à realidade (SPOSITO, 2004).

Para Nunes (1989 apud SPOSITO, 2004):

O projeto fenomenológico se define como uma “volta às coisas mesmas”, isto é, aos fenômenos, aquilo que aparece à consciência, que se dá como seu objeto intencional. O conceito de intencionalidade ocupa um lugar central na fenomenologia, definindo a própria consciência como intencional, como voltada para o mundo (p. 35).

Segundo o autor, é Husserl quem afirma: “toda consciência é consciência de alguma coisa”. A perspectiva fenomenológica se baseava na pretensão dos seus defensores de “combater o empirismo e o psicologismo e superar a oposição tradicional entre realismo e idealismo” (SPOSITO, 2004, p. 36).

Outra colocação é lembrada pelas palavras de Husserl, é o “problema do outro”: “o outro não é só aquele que vejo, mas aquele que me vê e é também fonte transcendental de um mundo que lhe é dado” (SPOSITO, 2004, p. 37).

Outra autora lembrada por Sposito é Lencioni (1999, p. 150-1), que afirma:

acima de tudo, é preciso ressaltar que a fenomenologia consiste num método e numa forma de pensar, nos quais a ‘intencionalidade da consciência’ é considerada chave porque

a “consideração da percepção advinda das experiências vividas é, assim, considerada etapa metodológica importante e fundamental”, procurando romper “a oposição entre sujeito e objeto, tanto quanto entre ator e observador” e firmando-se “uma visão antropocêntrica do mundo e uma recuperação do humanismo que a Nova Geografia havia feito desaparecer com seus modelos teóricos”. Com essa perspectiva, espaço vivido, como “revelador das práticas sociais” passa a ser referência central, colocando-se o lugar no centro da análise (SPOSITO, 2004, p. 37).

Para Sposito, é Armando Corrêa da Silva quem faz uma aproximação do método fenomenológico com a Geografia. Segundo este autor, podem-se distinguir na fenomenologia dois traços fundamentais. O primeiro refere-se ao método que se debruça em descrever o fenômeno, aquilo que se dá de imediato, renunciando ao empirismo e opondo-se ao idealismo, bem como renunciando a ter como ponto inicial uma teoria do conhecimento. Dessa forma, o método em foco destaca-se como frontalmente contrário aos traços que predominam no século XIX. Por último, o objeto da fenomenologia é constituído pela essência, ou seja, “o conteúdo inteligível ideal dos fenômenos, que é captado em uma visão imediata: a intuição essencial”. Na discussão com a Geografia, Armando considera uma tendência aprender o significado do lugar, posto que esse conceito abrange não apenas o que se percebe, mas tudo aquilo que é construído pelo sujeito ao longo de sua experiência (SPOSITO, 2004, p. 38).

Sposito (2004) conclui:

No método fenomenológico, é o sujeito quem descreve o objeto e suas relações a partir do seu ponto de vista, depois dele se apropriar intelectualmente. O objeto torna-se elemento a jusante, correndo o risco de se tornar apenas o elemento a ser analisado.

E resume:

O método fenomenológico-hermenêutico contém a redução fenomenológica e a intencionalidade, indo além do subjetivismo através da consciência. Na pesquisa científica, a figura do pesquisador faz-se presente na redução do fenômeno para a sua abordagem total (2004, p. 38-39).

Merleau-Ponty, em *Fenomenologia da Percepção*, defende que “Tudo aquilo que sei do mundo, mesmo por ciência, eu sei a partir de uma visão minha ou de uma experiência do mundo sem a qual os símbolos da ciência não poderiam dizer nada (...)” (1999, p. 3). O mundo vivido deve ser compreendido como a fonte e a base de todo conhecimento e a legitimidade de toda consciência. O espaço geográfico, nessa concepção, “é considerado ao mesmo tempo como resultado concreto de um processo histórico (...) ou como uma construção simbólica que associa sentidos e ideias” (GOMES, 2003). A realidade local e a experiência vivenciada nos lugares turísticos na Amazônia são específicas e a compreensão dessa realidade possibilitará entender o lugar e como essa população percebe a atividade turística.

Para alguns geógrafos, como Herbe Xavier (2007), as pesquisas sobre o turismo, ligadas à interpretação fenomenológica da realidade, considerando-se o turismo como fenômeno social e espacial, portanto geográfico – esforçam-se por valorizar as experiências do homem em seu meio ambiente e nos lugares que visita, buscando, especialmente a ideia de pertencimento.

Na busca da interpretação do fenômeno turístico na região, a pesquisa busca aproximá-la da realidade daqueles que fazem o turismo. É fácil extrair uma visão do turismo olhando de fora e tirando suas conclusões. Neste trabalho, a interpretação da realidade é feita a partir do contato e das experiências dos moradores, dos trabalhadores do turismo, dos agentes do turismo, de artistas, de empresários e de todos que possam ajudar a entender o turismo da região.

O método dialético

Para Sposito (apud JAPIASSÚ; MARCONDES, 2004, p. 39), o método dialético pode ser explicado como aquele que “procede pela refutação das opiniões do senso comum, levando-as à contradição, para chegar então à verdade, fruto da razão”. O autor explica ainda, baseado em Lefebvre, que nessa perspectiva os que adotam o método confrontam as opiniões, os pontos de vista, os vários ângulos do problema, as oposições e contradições para, a partir de um ponto privilegiado, compreender a realidade de forma mais ampla possível.

Para Marx, a dialética de Hegel está de “cabeça para baixo”, utilizando-se do método dialético como sinônimo de método científico. Valoriza as variáveis econômicas do capitalismo, afirmando que a interpretação da realidade pela dialética científica depende da compreensão das categorias econômicas tidas como expressão teórica

da realidade histórica de produção, ligadas à determinada fase do desenvolvimento da produção material. Para ele, a dialética requer o entendimento da noção de movimento na história (SPOSITO, 2004).

Ao explicarem as cinco leis da dialética, Lefebvre e Chaptulin enumeram: a) a lei da interação universal ou da conexão: nada é isolado, cada fenômeno no conjunto de suas relações com os demais fenômenos, ou: as partes e a totalidade; b) a transformação da quantidade em qualidade e vice-versa; c) a unidade e interpenetração dos contrários: a ligação, a unidade, o movimento que engendra os contraditórios, que os opõe, que faz com que se choquem, que os quebra ou os supera; d) a negação da negação; e) o desenvolvimento em espiral (da superação): a noção de movimento e do desenvolvimento da matéria, posto que toda formação material de um estágio mais elevado de desenvolvimento inclui, sob uma forma anulada (transformada), o que era próprio à formação de um estágio inferior de desenvolvimento, isto é, retém tudo o que era positivo, tudo o que foi obtido pela matéria em sua evolução anterior (SPOSITO, 2004).

Sposito (2004) explica, por fim, que:

No método dialético o sujeito se constrói e se transforma vis-à-vis no objeto e vice-versa. Nesse caso, teremos as antíteses e as teses em constante contradição e movimento. Geralmente, os trabalhos que se utilizam desse método se caracterizam por serem mais críticos da realidade por sua concretude e pelo fato de mostrarem as contradições existentes no objeto pesquisado (p. 46).

Método miltoniano do espaço

Um diálogo com as obras de Milton Santos parece ser imprescindível para adentrar a discussão do método geográfico por ele concebido. Suas obras e suas formulações acompanham a evolução do seu pensamento, que, centrado no desenvolvimento da sociedade de seu tempo, caminha com ela, vê o mundo e o interpreta; dessa forma, ao longo de sua existência, formula ideias e conceitos que dão uma continuidade à definição de um método. Nesse sentido, optou-se por acompanhar o raciocínio de Lustosa (2011) sobre esse autor e seu método de pesquisa.

Assim, o espaço tem uma vocação “solidária”, sofrendo ações dos atores hegemônicos e forçando a desorganização. Os atores hegemônicos estão nos espaços fluxos. Já o espaço com vocação

solidária, aquele espaço que ainda não sofreu ação das grandes corporações, ele chama de espaço banal. O espaço banal é residual, pois as ações pragmáticas que são feitas dentro do espaço são avassaladoras. Desse modo, Santos aborda que os donos do tempo são também os donos do espaço. Abordando todos esses conceitos, pode-se dizer que a sociedade seria o ser, e o espaço seria a existência.

Santos foi um dos primeiros geógrafos a recorrer à Filosofia na discussão de um método, neste sentido, afirma-se que a contribuição do seu pensamento está além da própria Geografia.

A respeito do seu posicionamento quanto ao método, esta discussão se baseará nas suas ideias expostas no livro *Espaço e Método* (SANTOS, 1997), que foi publicado pela primeira vez em 1985, além de outras três obras: *Espaço e Sociedade* (SANTOS, 1979), *A Natureza do Espaço* (SANTOS, 2004a), publicado em 1996, e *Por uma Outra Globalização* (SANTOS, 2004b), este publicado no ano de 2000, escolhidas com o objetivo de acompanhar as possíveis mudanças no pensamento do autor e da filosofia que embasa as suas concepções geográficas.

Ao discutir o método em Geografia, Santos (1997) expôs sua concepção de método diferentemente daquilo que vimos discutindo até agora. Em uma tentativa de sintetizar seu entendimento de espaço, ele afirma que as categorias do método geográfico são *estrutura, processo, função e forma*.

O método seria decomposto da seguinte maneira:

Forma é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se, ademais, ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. Tomada isoladamente, temos uma mera descrição de fenômenos ou de um de seus aspectos num dado instante do tempo. Função (...) sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa. Estrutura implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção. Processo pode ser definido como uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança (SANTOS, 1997, p. 50).

A esse processo, que contém formas de diferentes épocas, cada qual com sua função, Santos (1997) chama uma *estrutura*. O espaço é uma *totalidade*, uma *universalidade* (LUSTOSA, 2011).

Em outro livro, Santos (1979) sugere que se deve levar em consideração a formação econômica e social (FES) do Estado-nação coerentemente com seu tempo, pois na década de 1970, tanto os países ditos de Primeiro Mundo quanto os de Terceiro exerciam um controle rígido sobre a economia e sobre a sociedade. Era uma forte intervenção estatal sobre economia, exemplificada pelo “Estado do Bem-estar Social” e pelo modelo keynesiano, como ocorreu nos Estados Unidos, na França, no Japão etc., influenciando decididamente na produção do espaço geográfico nesses países.

No outro extremo, a União Soviética também estava totalmente fechada, controlando a economia, inclusive com a planificação econômica. E os países do “Terceiro Mundo” eram dominados por Estados fortes, com é o caso das ditaduras na Bolívia, Chile, Argentina e Brasil. Portanto, segundo Lustosa (2011), parece acertado, para essa época, levar em consideração a FES do Estado-nação nas pesquisas em Geografia.

Já nos anos 1980, não se fazia tão marcante nos países ditos do Terceiro Mundo, pelo menos na aparência, essa “ideologia nacionalista”. As quedas das ditaduras militares na América Latina davam provas de que o socialismo não era tão ameaçador assim, como ideologicamente se fazia pensar nas décadas anteriores. Por outro lado, com a queda do Muro de Berlim e a desintegração da União Soviética, começa a se configurar um novo marco geopolítico, dando origem à tão esperada “nova ordem” econômica, sonhada pelos adeptos do liberalismo ou neoliberalismo econômico. Apesar de já se falar nisso desde o período quinhentista das Grandes Navegações, a mundialização ou globalização ganha espaço de reflexão totalizante, o que, aliás, Santos (2004a) vai chamar de “apenas mais um período da história”.

Segundo Lustosa (2011), esse período faria Santos, praticamente, abandonar as categorias de análise forma, função, processo, estrutura, FES do Estado-Nação utilizadas nos estudos até a década de 1980, em coerência com seu tempo, visto que nessa época, pelo menos aparentemente, já não existia mais intervenção estatal nos rumos da economia. Uma observação genérica aponta para uma incoerência ao se falar em “intervenção” do Estado na economia, quando, pelo contrário, o que se observava era um total abandono do compromisso estatal quanto às questões sociais, principalmente nos países subdesenvolvidos.

Por isso, na sua obra de 2000, Santos (2004b) faz uma análise desse novo espaço “fragmentado”, o que ele chama de espaço nacional das empresas internacionais. Nesse sentido é que Santos vai debruçar-

se para interpretar as redes formadas pelas empresas globais, inclusive na comunicação de massa. Santos (2004a) classifica esse novo período da história como “período técnico-científico-informacional”, em que a ciência e, principalmente, a informação passam a ser decisivas, visto que as empresas globais têm um conhecimento instantâneo dos territórios por elas apropriados. O desenvolvimento da microeletrônica e da informática, entre outras, permite a essas empresas ter um controle dos recursos econômicos distribuídos pela Terra. Para ele, o desafio do geógrafo, nesse contexto, é procurar entender esse espaço, um verdadeiro híbrido.

Todavia, é no fim de sua vida (falecido em 2001) que Milton Santos revela a verdadeira face dessa nova ordem mundial, não apenas o seu lado sombrio, mas, ao mesmo tempo, o da possibilidade. No livro *“Por Uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal”* (2000, 2004b) Santos analisa a globalização da forma como ela aparece (como fábula), como ela realmente é (perversa), e como ela pode ser: uma outra globalização (mais humana).

Essa globalização como fábula, um mito, se apresenta nos arautos do pensamento único, do livre comércio mundial, que anunciavam o surgimento de um período em que as desigualdades regionais seriam, paulatinamente, eliminadas. Com a globalização, falava-se em integração mundial, em aldeia global, pois o desenvolvimento da informação geraria um pensamento único, uma única forma de pensar, uma única cultura em nível mundial. Para tal integração cultural, sugeria-se a extinção das fronteiras, a morte do Estado-nação, portanto, uma integração também na esfera política.

Desmistificando essa globalização, Santos a caracteriza como perversa, pois não são todas as pessoas, mas pelo contrário, apenas umas poucas empresas e poucos Estados os que se beneficiam da informação. Segundo Lustosa (2011), a ideia de uma aldeia global é uma fábula, afinal poucas pessoas têm computadores, e a mídia televisionada, até mesmo a escrita, são outra forma de manipular a informação. A informação, nesse sentido, que chega à população em geral já é filtrada pelos veículos de comunicação, não é sequer informação dos fatos, mas somente os que interessam àqueles que controlam a mídia. Eis o que Santos (2004a) chama de violência da informação.

Santos (2004a) acrescenta, ainda, que a extinção dos Estados é outra fábula, pois poucas empresas se beneficiam da “neutralidade” ou da fraqueza do Estado. Além da violência da informação, há a violência do dinheiro, quando se verifica que aquilo que poderia ser uma poupança nacional, por exemplo, passa a ser uma poupança

para as empresas internacionais, instaladas nos países “em desenvolvimento”. Essa poupança é utilizada para pagamento de royalties e remessas de lucros, num sentido único em direção aos países desenvolvidos. Para Santos, o objeto de estudo do geógrafo é algo que está em movimento, porque o homem é visto como sujeito, ele é ativo e transforma o espaço. Até aqui a intervenção humana tem sido, quase sempre, perversa para a maioria da humanidade, mas poderá ser de outra maneira, mais humana.

Em vista do método miltoniano, Cruz (2003) aponta a perspectiva de compreender o fenômeno turístico a partir do entendimento da produção do espaço para o turismo. Para ela, uma análise consistente sobre a participação dessa atividade na produção do espaço geográfico, ou, como ela denomina, territórios turísticos, deve levar em conta o conjunto de relações em que a atividade turística se desenvolve, assim como a dimensão global e local, tendo como premissa que o turismo, como atividade social e espacial, é apenas uma parte desse complexo jogo de relações.

Para a continuidade das discussões neste trabalho, baseamo-nos nos fundamentos do pensamento de Santos, para quem só é possível entender a realidade local se percebemos a dimensão espacial da mesma, além do que nossos olhos podem abarcar. Nesse sentido, teremos que fazer a crítica dialética do fenômeno turístico, pois este se insere numa dinâmica que envolve relações sociais contraditórias entre si, numa sociedade também contraditória.

Além desse entendimento, faremos uso de técnicas de abordagem com entrevistas e aplicação de questionários que nos possibilitarão uma maior aproximação com a realidade local, principalmente quando discutirmos a importância do turismo para a população de Parintins. Neste caso, estaremos aproximando-nos da análise fenomenológica, visto que o percebido pode dar algumas respostas sobre a realidade vivida por essa parcela da população.

O uso de um método mais específico e suas técnicas, como o da Cartografia, é indispensável para pensar o espaço de estudo. O objetivo é fazer um levantamento cartográfico das características físicas (naturais) e sociais do município e a partir dessa sistematização e das experiências pessoais em campo, construir um mapa de síntese ambiental e turística do município em estudo. Essa experiência nos indicará o potencial turístico dos diversos lugares e pode servir como referência de políticas públicas voltadas ao turismo ou ao ecoturismo.

Um estudo de caso, apesar de permear toda essa pesquisa, será mais caracterizado no estudo das regiões da Valéria e do paraná de Parintins, definidos no mapeamento cartográfico deste trabalho.

Isso será feito para detalhar as características do turismo ou da exploração turística nesse espaço definido, com uma aproximação da realidade local e do fenômeno turístico representado pelas paradas de transatlânticos naquele local. Será importante, também, para perceber as potencialidades locais e superar esse tipo de visitação para um turismo de base comunitária.



2

A CONSTRUÇÃO DA AMAZÔNIA

A FORMAÇÃO DE UMA REGIÃO EM VIAGENS E TURISMO

Falar de turismo na Amazônia e no Amazonas requer que se conheça um pouco de sua história e das formas como os espaços foram se organizando. A Amazônia é resultado de uma construção psicológica, mitológica, muito antes de ser uma descoberta dos colonizadores europeus do século XVI. É importante reconhecer que, desde seus primórdios, como espaço colonial e com sua gente e riquezas naturais subjugadas, a Amazônia foi produzida pelos de fora da região, seres que, vindo-a de fora para dentro, sempre tiveram uma visão distorcida e estereotipada dela, impondo um ritmo diferente de organização do espaço, sem considerar suas peculiaridades ecológicas e menos ainda as antropológicas. Eis porque cabe perguntar até que ponto isso interfere na produção do espaço na região até o momento atual, considerando as políticas públicas aqui implementadas, ou até onde isso implica a produção de espaços turísticos na região.

A ocupação e primeiras viagens pelo rio Amazonas

Para começar a falar do turismo na Amazônia é importante retomar o momento das expedições colonizadoras e desbravadoras da região, no Período Colonial, mais precisamente entre os meados do século XVI e do século XVII. Não que se tratasse de expedições que propiciassem o lazer, como nos dias de hoje, mas a prática de desbravar uma região desconhecida trazia consigo o deslumbramento, uma das características do turismo moderno que se traduz na busca do diferente, do exótico. Claro que a preocupação dos colonizadores era com a tomada e posse das novas terras para a Coroa lusitana ou espanhola, bem como a descoberta de riquezas que realmente justificassem o alto investimento da expedição.

Os mapas do século XV e posteriores retratavam bem essa preocupação com as riquezas das regiões recém-descobertas, apresentando de forma pictográfica os recursos naturais e humanos

(escravos) que poderiam ser explorados pelas metrópoles coloniais do período (figura 4).

O mapa retratando a Colônia portuguesa em 1556 possibilita perceber o que foi colocado anteriormente, pois denota a preocupação pela parte leste (litoral), em detrimento do interior, tendo a parte norte (Amazônia), como uma região pouco conhecida, “não descoberta” (no mapa o litoral atlântico está para o sul).

Figura 4 – Mapa datado de 1556, creditado a Giovanni Battista Ramus



São as expedições científicas, no século XIX, que nos trazem uma nova luz sobre esse processo de desbravar e buscar o conhecimento sobre estas terras, ao que modernamente se dá o nome de turismo. Porro (1995) afirma que essa parte das terras lusitanas foi se tornando conhecida lentamente pela cultura europeia e pelo império brasileiro, por se tratar de um imenso território, o que “demandou mais de quatro séculos, e na verdade ainda não terminou” (p. 9).

As narrativas sobre as terras “descobertas” nas Américas têm início com a chegada de Colombo em 1492, fato que suscitou uma imensa curiosidade nos europeus pelas novas terras, principalmente, na busca de riquezas e posses (GALEANO, 1989).

No Brasil, com a chegada de Cabral e o envio das cartas de Pero Vaz de Caminha, em 1500, os mitos e fábulas envolvendo essas terras se estenderam e a idealização de um país “onde corre o leite

e mel” e do “El Dorado” são bem conhecidas. Todavia, a penetração do colonizador português pelo rio das Amazonas não aconteceu de imediato. Segundo Valentin (2005), nos anos que se seguiram ao descobrimento, foram os espanhóis que excursionaram pela região, inclusive é atribuída à Espanha a descoberta e a denominação do grande rio. Esses fizeram vinte e duas expedições pela Amazônia, enquanto os franceses nela estiveram por sete vezes e os holandeses realizaram cinco viagens à região.

Foi somente a partir do século XVII que começou a haver por parte dos portugueses uma preocupação maior com a ocupação e domínio dessas terras. Ainda assim, a primeira expedição foi organizada e implementada apenas em 1637, tendo como comandante Pedro Teixeira, que foi o primeiro a fazer a viagem da foz do Amazonas até Quito, ida e volta tendo como ponto de partida e chegada a hoje cidade de Belém, estando a importância dessa expedição em ter feito a maior e melhor descrição do território, estabelecendo marcos divisórios com as colônias espanholas. A expedição foi descrita nos relatos de viagem dos padres Cristóbal de Acuña e Alonso de Rojas (VALENTIN, 2005, p. 51).

As “imagens” criadas sobre a Amazônia e sua “invenção”, enquanto imaginário do pensamento europeu, já foram tratadas por outros autores como Marilene Corrêa da Silva (1989), Neide Gondim (2007), Carlos Walter Porto Gonçalves (2008), entre outros.

Silva (1989) desvela a constituição do espaço amazônico pelas diversas formas que se sucederam histórica e geograficamente. Primeiro uma “Amazônia Indígena”, bem anterior à chegada dos colonizadores, formada por povos nativos, indígenas, com diferentes níveis de desenvolvimento de suas técnicas, desde coletores e caçadores a agricultores, artesãos, pescadores etc., plenamente adaptados ao meio em que viviam.

Em seguida, a “Amazônia Colonial” forjada no processo de dominação territorial e comercial e, finalmente, a “Amazônia brasileira”, que se caracteriza pela constituição de um Estado Brasileiro, imperial e ligado aos interesses comerciais europeus.

Importante resguardar nesse processo uma “Amazônia Revolucionária”, com a luta dos cabanos, para, assim, definir um “Paiz do Amazonas”, não sem antes destacar e esclarecer os diversos aspectos passíveis de abordagem no sentido de revelar o “mistério” amazônico que estava por trás de sua fundação. “À magia contida no mito, na invenção literária, no registro dos viajantes, sobrepõe-se a necessidade da pesquisa, da investigação sistemática, do esforço interpretativo, o que não exclui as representações acima aludidas” (SILVA, 1989, p. 11).

Gondim (2007), em seu livro *A invenção da Amazônia*, assinala que foi criado um mito sobre as novas terras. A autora retoma os escritos literários e crônicas dos navegantes desde o século XII até o “século das luzes”, quando começam a chegar à Europa os primeiros relatos sobre a Amazônia, para perceber que “a Amazônia não foi descoberta, sequer foi construída. Na realidade, a invenção da Amazônia se dá a partir da construção da Índia, fabricada pela historiografia greco-romana, pelo relato dos peregrinos, missionários, viajantes e comerciantes” (p. 13). Uma Amazônia mitificada muito antes de sua descoberta.

Gonçalves (2008), por sua vez, vai falar sobre as imagens criadas acerca da Amazônia, para defender que “a imagem que normalmente se tem a respeito da região amazônica é mais uma imagem sobre a região do que da região” (p. 12). Nesse sentido, a região sempre é vislumbrada pela interpretação que tem o colonizador, o dominador, inclusive o Estado, sobre esse espaço e sua população desde tempos coloniais. Para ser, então, taxativo:

Assim a Amazônia nunca é; é sempre o vir-a-ser. E esse vir-a-ser nunca é o vir-a-ser das suas populações que, na região, constroem no seu dia-a-dia suas vidas, suas histórias, seus espaços, suas culturas. Ao contrário, é o vir-a-ser daqueles que veem a região pelo seu potencial de exploração futura. É, na verdade, uma reserva de recursos (p. 25).

Pode parecer estranho, mas até os dias atuais ainda há a perspectiva de descobrimento dessa imensa região. A Amazônia de hoje ainda está sendo descoberta. É verdade que os estudos científicos e de exploradores diversos enriquecem o conhecimento e o desvelamento da região. Mas se pensarmos no aspecto da imagem que se tem da Amazônia até hoje, o interesse em desvendá-la, a curiosidade que causa, pode explicar a produção desse espaço turístico.

Turismo em imagens e imaginários

O estudo da motivação para viajar, necessariamente ligada ao turismo em nossos dias, bem como a criação de um ideário psicológico, o desejo incontestemente pela aventura e a ambição (fato presente no pensamento medieval, do período do contato) e a mitificação de um lugar ainda desconhecido têm sido objetos de pesquisadores como Luchiari (2000), Carlos (2002), Gastal (2005).

Na atualidade, segundo Luchiari (2000), a mitificação dos lugares turísticos está ligada à força que tem a mídia de vender paisagens e torná-las desejo de consumo de todo potencial turista. Essa forma de mitificação torna a natureza e seus recursos propriedade privada, possibilitando e criando com isso a privatização de lugares até então considerados públicos. Mas a autora enfatiza que “o fenômeno turístico não é um mito, mas sim mitifica a realidade, dando-lhe novos conteúdos” (p. 36).

Carlos (2002) argumenta que a indústria do turismo é capaz de transformar os espaços em espaço para o turismo, tornando o presente e o passado do lugar em objeto de desfrute para os turistas.

A indústria do turismo transforma tudo o que toca em artificial, cria um mundo fictício e mistificado de lazer, ilusório, onde o espaço se transforma em cenário para o “espetáculo” para uma multidão amorfa mediante a criação de série de atividades que conduzem a passividade, produzindo apenas a ilusão da evasão, e, desse modo, o real é metamorfoseado, transfigurado, para seduzir e fascinar (CARLOS, 2002, p. 26).

Gastal (2005), ao explicar o porquê dos imaginários, esclarece que viagem e imaginários sempre andaram juntos. Para a autora, “enfrentar o desconhecido, ou simplesmente adentrar ao novo, causa uma certa instabilidade na pessoa” (p. 57).

Não é difícil imaginar como os europeus olhavam com espanto a possibilidade do novo, o medo a dificultar e ao mesmo tempo estimular a busca do desconhecido, pois, ao mesmo tempo, significava alcançar as belezas e as riquezas imaginadas desses lugares.

Porro (1995) também confirma isso quando acrescenta a forte influência dos mitos no processo de colonização da Amazônia, relatando a descrição feita por frei Gaspar de Carvajal, o cronista da expedição de Francisco Orellana, em 1542, quando de sua passagem pela foz do rio Nhamundá, estando os viajantes “preparados e condicionados” para verem “coisas maravilhosas”:

E foi Deus servido que, ao dobrar uma ponta que o rio fazia, víssemos adiante branqueando na costa muitos e mui grandes povoados. Aqui demos de chofre na boa terra e senhorio das amazonas (CARVAJAL apud PORRO, 1995, p. 42).

Porro acrescenta que, ao interrogar um indígena sobre os líderes do lugar e a presença das mulheres guerreiras, as perguntas induziam às respostas desejadas e o indígena respondia o que os estrangeiros queriam ouvir, até porque havia uma grande diferença cultural entre os interlocutores (PORRO, 1995).

É Porro que observa, no citado caso do contato com as amazonas narrado por Carvajal, haver erros de descrição explícitos, denotando o esforço para criar uma espetacularização do acontecido. A descrição do lugar pelo índio interrogado indica localização andina, “deve ter sido feito aos espanhóis nos Andes peruanos”, mas os mesmos julgaram ser adequado colocá-la naquele relato (1995, p. 43).

Não sem intenção, principalmente num momento em que era difícil conseguir homens para armar as embarcações para as expedições.

Porro conclui:

O mito das amazonas americanas inscreve-se no grande ciclo daquela ‘visão do paraíso’(...). Junto com o Eldorado, do País de Rupa Rupa, da Gran Omagua e do lago Paititi, foi a força motriz que impeliu aventureiros espanhóis a descerem os Andes e explorarem a Amazônia” (1995, p. 43, grifo nosso).

De qualquer forma, os viajantes, cronistas e cientistas que passaram pela Amazônia fizeram “turismo”. Todos estavam imbuídos pela busca do novo, da descoberta, do conhecimento de uma nova realidade, de uma cultura. E, como ainda hoje acontece, muitas das suas informações mobilizam e atraem novos turistas.

Viagens e viajantes por Parintins

Considerando as viagens científicas empreendidas a partir do século XIX pela região destacadas por Saunier (2003), especialmente suas passagens por Parintins, percebe-se a contemplação feita pelos viajantes por meio da descrição feita por estes do espaço visitado.

Von Martius viajou pelo Brasil entre 1817 e 1832. Quando navegava o rio Amazonas, passou por Parintins em 1820: “algumas palhoças ao sopé de uma colina de uns 200 metros de altura, coberta de mata virgem densa”. Estava referindo-se à atual região da Valéria, e depois continua:

Em seis horas de viagem, alcançamos Vila Nova da Rainha, ou Tupinambaranas

[Parintins], que se acha situada sobre a margem meridional, 20 pés acima do nível das águas (...). O lugarejo compõe-se de diversas filas de cabanas baixas, quase todas sem janelas, cobertas com folhas de palmeiras (...). A estadia em Tupinambaranas proporcionou-nos muitos espetáculos da vida dos índios” (VON MARTIUS apud SAUNIER, 2003, p. 44).

Von Martius e Spix fazem, ainda, uma das melhores descrições da vila em referência:

A situação da vila é extremamente aprazível. Da alta margem, avista-se uma grande parte do Amazonas, que, até a primeira ilha, tem uma légua de largura, e daí se estende, em diversos canais, até a vila de Faro, cuja distância se calcula em sete léguas. O ar é puro, o horizonte, relativamente vasto para estas regiões, é claro e sereno; o calor é quase diariamente atenuado por fresca viração, que sopra rio acima, e a praga de mosquitos não flagela demais. Os arredores mais próximos são de matas aqui e acolá arejados por derribadas e roças, que passam para arbustos cerrados ou capinzais, onde pasta algum gado. Mais para dentro, dizem que se estendem vastas campinas sobretudo em torno das lagoas piscosas, muito procuradas pela gente do lugar nos meses secos (SPIX; MARTIUS, 1981).

Alfred Russel Wallace, em seu relato *Viagens pelos rios Amazonas e Negro*, de 1853, juntamente com H. W. Bates, destaca:

(...) quatro dias depois chegamos a Vila Nova são e salvos. Era um longo caminho o que já havíamos percorrido, e isso me deixou deveras satisfeito. Na praia, fomos cordialmente recebidos pelo vigário local (...). Não houve como recusar a hospitalidade. (...) Acredito que Vila Nova, entre julho e outubro, seja uma localidade excepcional para pesquisas entomológicas (WALLACE apud SAUNIER, 2003, p. 45-46).

O casal Agassiz, Louis e Elizabeth, visitou o Brasil entre 1865 e 1866, passando por Parintins em agosto de 1865. Ela descreve, com seu olhar eurocêntrico, as atividades das mulheres:

Nunca se vê um índio trabalhar nos cuidados internos da casa; não carrega água nem lenha, nem pega mesmo nas coisas mais pesadas. Ora, como a pesca só se dá em determinada estação, ele folga a maior parte do tempo. As mulheres, ao contrário, são muito laboriosas... Esperança está constantemente ocupada, quer em casa, quer fora. Ela rala a mandioca; seca a farinha, comprime o tabaco, cozinha, varre os quartos (AGASSIZ; AGASSIZ apud SAUNIER, 2003, p. 52).

Já o médico alemão Robert Avé-Lallemant, que clinicou no Brasil de 1838 a 1855 e que depois, em 1857, fez uma excursão pelo Amazonas para avaliar a situação dos imigrantes alemães na região, reconhece a visão distorcida da Amazônia chegada à Europa, à época da conquista, afirmando:

(...) toda a Europa se mantinha tensa, recebia pasmada toda notícia de continentes recém-descobertos e enfeitava com fábulas e quimeras tudo o que não era positivo, houve época, em que se estava convencido do aparecimento, nalguns afluentes do grande rio sul-americano, de mulheres gigantescas, e da existência de homens de cauda (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 59).

E sobre a descrição da região, à altura de Parintins, acentua:

Não tardou avistarmos (...), na margem direita do rio, Vila Bela da Imperatriz (...). Vila Bela da Imperatriz fica a 20 pés de altura acima do nível mais elevado do rio, sobre um campo verde, que encosta na floresta por trás da cidade (p. 89).

Vê-se, portanto, não ser de hoje que a cidade de Parintins é contemplada pela sua beleza natural, sua possibilidade de abrigo, descanso, alimentação, por estar cercada pela disponibilidade farta de recursos naturais ao seu redor. Daí pensar que também em nossos dias essa riqueza natural possa possibilitar o desenvolvimento do turismo na região.

Parintins: história e ocupação

A história do (re)conhecimento do espaço amazônico data da época da colonização do continente americano pelos europeus, basicamente a partir das primeiras décadas do século XVI. A expedição de Francisco Orellana, descrita por Frei Gaspar de Carvajal, desde Quito, no Peru, descendo os rios Napo e Amazonas até o Atlântico, teve a duração de oito meses, entre 1541 e 1542, e foi a primeira a descrever o grande rio e a região banhada por ele. Segundo Porro (1995), não há nenhuma alusão à ilha Tupinambarana e seus habitantes, ou outros nomes pelos quais foi conhecida, nos relatos de meados do século XVI, que digam respeito à tribo cujo nome era o mesmo pelo qual o arquipélago passou a ser conhecido ou que poderia estar estabelecida na região. Isto porque, também segundo o autor, há relato de Diogo Nunes Machiparo ter encontrado um representante da etnia 600 km rio acima (BRAGA, 2002, p. 270).

Conforme Braga, a ilha de Tupinambarana foi descrita nos relatos do padre Cristóbal de Acuña, da Companhia de Jesus, integrante da expedição de Pedro Teixeira pelo rio Amazonas, do Pará a Quito, em 1637 (BRAGA, 2002, p. 270).

Acuña, em seu relato, faz uma descrição mais detalhada do lugar com suas diversas ilhas e uma maior que os índios Tupinambás, fugitivos das perseguições engendradas pelos portugueses no litoral de Pernambuco, vieram ocupar. Não só essas, mas

sempre pelo lado esquerdo, atingiram as faldas da cordilheira que, desde o estreito de Magalhães, circunda toda a América; e desbravando os rios que dali descem rumo ao oceano, alguns chegaram a encontrar-se com espanhóis do Peru que habitavam as cabeceiras do rio Madeira (...). Diz-se também que, como saíram tantos, não podendo sustentar-se todos juntos naqueles ermos, foram-se espalhando por tão longo caminho, que deve ter no mínimo mais de 900 léguas e uns ficaram vivendo em algumas terras e outros em outras, pelo que, sem dúvida, toda aquela cordilheira estará cheia deles (ACUÑA, 1994, p. 74 – 148 apud BRAGA, 2002, p. 271).

Ainda sobre a presença dos Tupinambaranas na região, Porro (1995, p. 53) acredita que os mesmos

teriam atravessado as chapadas da Amazônia meridional até chegarem, pelo menos alguns deles, aos primeiros estabelecimentos espanhóis na Bolívia. Daí terem descido o Madeira para se fixarem finalmente na ilha que levaria seu nome.

Segundo Braga (2002), o nome *Tupinambarana* significa, em língua tupi, “Tupinambá não verdadeiro”, fato devido à “degeneração, em que então já se reconheciam, como não mais os antigos e intrépidos dominadores de todo o Brasil, como não mais de sustentarem o seu antigo brio e independência” (AMAZONAS, 1984 apud BRAGA, 2002, p. 273). Nesse sentido, usar-se-á a denominação de Tupinambá quando se estiver falando da etnia fora da Amazônia e Tupinambarana para aqueles grupos que se encontram na região.

Provavelmente, a migração dos Tupinambás deve ter se iniciado no segundo quartel do século XVI e seguido até o começo do século XVII, quando não poucas, “mas uma série de movimentos messiânicos tenham levado muitos grupos Tupi do nordeste, em ondas sucessivas através da Amazônia” (PORRO, 1995). Já os relatos de Acuña estabelecem a ocorrência dessa migração no ano de 1600, em apenas três tropas (apud BRAGA, 2002, p. 273).

Os primeiros relatos descrevendo o contato com os índios das Tupinambaranas datam de 1657 e foram feitos pelos jesuítas Manuel Pires e Francisco Veloso, vindos do Maranhão, em viagem pelo rio Negro. No ano seguinte foi a vez do provincial dos jesuítas, o padre Francisco Gonçalves, que estava acompanhado de Manuel Pires e veio fixar-se na região em 1660, para prestar assistência espiritual aos índios (CERQUA, 1980; BRAGA, 2002).

Com base em Cerqua (1980) e Saunier (2003), é possível estabelecer uma periodização de Parintins, dos primeiros relatos, sua fundação até os dias atuais:

1. Em 1542, na expedição de Orellana, Carvajal relata a passagem por um povoado onde foram vistas cabeças de índios secas e espetadas, e ao qual os expedicionários deram o nome de Las Picotas (“Pelourinho”). Logo depois avistaram a Sierra Gran (serra de Parintins).

2. Em 1658, é feita a primeira visita pelo padre Francisco Gonçalves, provincial da colônia, que, ficando na ilha, denominou-a Aldeia dos Tupinambaranas.

3. Em 1669, é fundada a primeira missão na ilha, denominada pelo Padre Bettendorff de Missão de São Miguel dos Tupinambaranas. Era 27 de setembro.

4. Em 1723, Padre Manoel dos Reis assume a aldeia e a denomina Missão de São Francisco de Xavier dos Tupinambaranas.

5. Em 1749, o padre José Gonçalves da Fonseca, por ocasião de sua passagem pelo lugar, vindo do Pará a caminho de Mato Grosso, denomina-a de Maracá. Pelos relatos do padre José Gonçalves, durante os anos de 1743 até 1749 houve uma redução significativa de moradores devido às epidemias de sarampo, varíola e beribéri.

6. No período pombalino, que se estendeu até 1796, os jesuítas foram expulsos da Amazônia e a missão de São Francisco Xavier dos Tupinambaranas entra em decadência.

7. Em 1796, chega ao lugar José Pedro Cordovil, capitão de milícias, com escravos e agregados, que a denomina Fazenda Cordovil. Tornou-se grande explorador dos índios.

8. Em 1803, passa oficialmente à categoria de missão e recebe o nome de Vila Nova da Rainha por Dom Marcos de Noronha, o Conde dos Arcos, capitão-mor do Pará.

9. Em 1804, um posto de fiscalização de produtos transportados pelo rio em direção ao Grão-Pará é instalado em Vila Nova, comandada pelo capitão de milícias Antônio Vieira Corrêa da Maia. Dois anos depois o posto é transferido para as faldas da serra de Parintins, funcionando até 1824.

10. Em 1832, passaria a se chamar, com a troca do padroeiro, de Freguesia de Nossa Senhora do Carmo de Tupinambarana.

11. Em 14 de março de 1848, ganhou um novo nome com a elevação de categoria para Villa Bela da Imperatriz.

12. Em 15 de outubro 1852, pela Lei do Amazonas de nº 2, ganhou a categoria de vila e município, com o nome de Vila Bela da Imperatriz. Em 14 de março de 1853 foram instalados a vila, a sede do município e o território do município.

13. Em 24 de setembro de 1858, foi elevada à categoria de comarca, desta vez com o nome de Parintins, por meio de uma emenda apresentada pelo deputado Padre Torquato Antônio de Souza.

14. Em 30 de outubro de 1880, definitivamente, foi elevada à categoria de cidade com o nome de Parintins, pela Lei nº 499, de iniciativa do deputado Emílio José Moreira, da Assembleia Legislativa Provincial, projeto sancionado pelo presidente da Assembleia, Dr. Sátiro de Oliveira Dias.

Até então, Parintins compreendia o que hoje são os municípios de Barreirinha e Nhamundá. Mas, em 1881, foi desmembrado do município o território que constituiu o município de Vila Nova de Barreirinha, e, em 1955, com a criação do município de Nhamundá, pela Lei Estadual nº 96, de 19 de dezembro de 1955, Parintins teve seu território ainda mais reduzido (IBGE, 2012).

A extensão territorial do município era de quase 26.000 km², compreendendo terras que faziam fronteira com o Pará até as Guianas, ao norte. Havia uma área de litígio com o Pará incluído nessa extensão.

A perda de território se deu, inicialmente, em 1881, com o desmembramento de Barreirinha (5.751 km², segundo o IBGE, 2012). Depois, em 1955, com a criação do município de Nhamundá, ficou com menos 14.040 km² (14.106 km², segundo IBGE, 2012). Posteriormente, do litígio com o estado do Pará perdeu mais 4.238 km², ficando com os atuais 7.069 km², segundo Saunier (2003). No entanto, oficialmente, Parintins conta hoje com um território de 5.952 km², segundo o IBGE (2012).

Parintins: de vila a “capital da cultura e do folclore amazonense”

Até os anos 1950, Parintins configurava-se como uma pequena e pacata cidade, que não apresentava grande crescimento horizontal. Ao sul estava a pista de pouso, a leste a lagoa da Francesa, e a oeste a igreja de São Benedito. Era um pouco maior do que o núcleo de sua fundação (sobre a expansão da cidade ver o mapa 2).

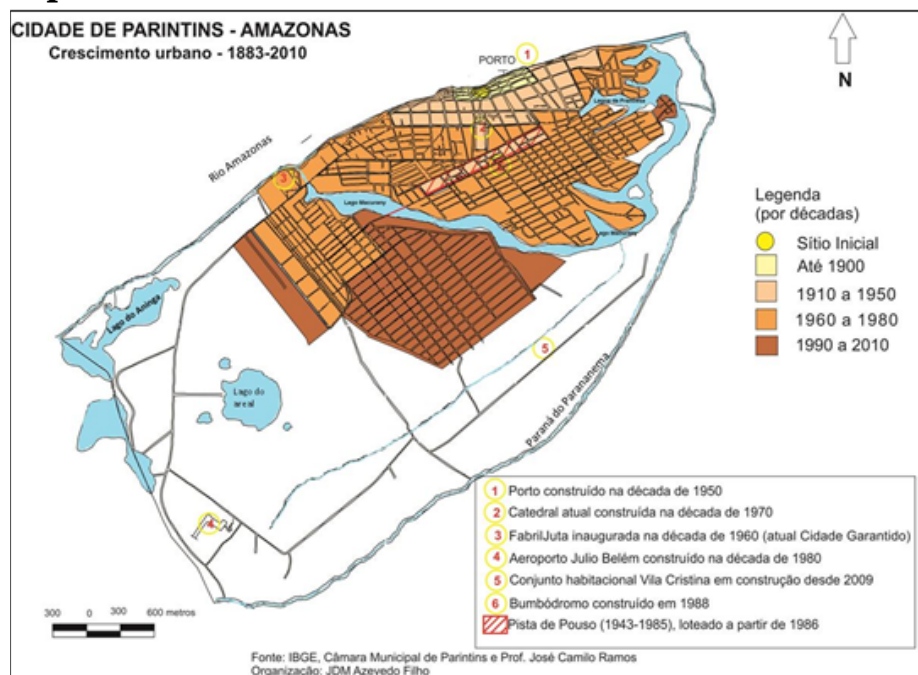
Segundo estudo feito pela Câmara Municipal de Parintins, nos anos 1960, quando compreendia a 4^a legislatura da casa:

O perímetro urbano expandia-se principalmente à Oeste (constituindo hoje os bairros de São Benedito e São José), com maioria das casas de madeira cobertas de palha. À Leste Parintins estendia-se até o final do Campo de Pouso (hoje o final da Av. Nações Unidas) até onde hoje é o Hospital Jofre Cohen. Ao Norte, a margem direita do Rio Amazonas, com parte da frente protegida com o muro de arrimo, cais do porto e algumas escadas de alvenaria. Ao Sul compreendia o Campo de Pouso (hoje Câmara Municipal, Bumbódromo e instalações do SAAE ao lado da Rua Paraíba). A cidade passou a ter ligação direta com as comunidades do Aninga, Parananema e Macurany através da abertura e melhoramento de estradas (BUTEL et al., 2011, p. 9-10).

Segundo os relatórios da Câmara Municipal, a causa do “crescimento desordenado” da cidade desse período era a ausência de Plano Diretor. Os vereadores já observavam as dificuldades da administração da cidade quanto à eficiência dos serviços públicos e à imigração de populações da zona rural e dos municípios vizinhos (p. 178).

As décadas de 1960 e 1970 são caracterizadas pela introdução da produção e beneficiamento da juta na região amazônica. A juta foi adaptada na região pelos japoneses que se instalaram na Vila Amazônia, no município de Parintins. Logo chegaram indústrias de beneficiamento da fibra. Tanto no campo como na cidade houve um significativo crescimento econômico (BATISTA, 2000). É nesse período que é criado o bairro dos Palmares, que chegou a ser um dos maiores da cidade até os fins dos anos 1990 (BUTEL et al., 2012, p. 19).

Mapa 2 – Planta: Crescimento Urbano de Parintins 1883 – 2010



Fonte: Câmara Municipal de Parintins (2012); Souza, J. C. R. de (1998); organizado pelo autor

Nos anos 1980, começam a ser construídos os conjuntos habitacionais financiados pelo Governo do Estado, levando a expansão da cidade para o lado oeste. Houve ainda a criação do loteamento Dejard Vieira, que viria a se tornar bairro (BATISTA, 2000).

A década de 1990 foi um período de grande movimentação populacional, época de graves crises econômicas no Brasil, associada a um período de grande seca/enchente na região. Ao mesmo tempo, é criado na sede do município um ambiente propício para a migração,

devido à construção do Bumbódromo no final da década de 1980 e à divulgação do Festival Folclórico nacionalmente, através da mídia televisiva, a partir de 1994 (VALENTIN, 2004; BRAGA, 2002).

Assim, o que ocorre na primeira década do novo milênio é ainda resultado do crescimento da década de 1990, como a consolidação de bairros novos como Itaúna e Paulo Correia, os mais populosos atualmente, segundo o Censo 2010 (IBGE, 2011).

Foi em 1966 que teve início o Festival Folclórico de Parintins, promovido por jovens da Igreja Católica, com apoio da diocese. O evento propiciava a apresentação de quadrilhas e dos bois-bumbás Garantido e Caprichoso.

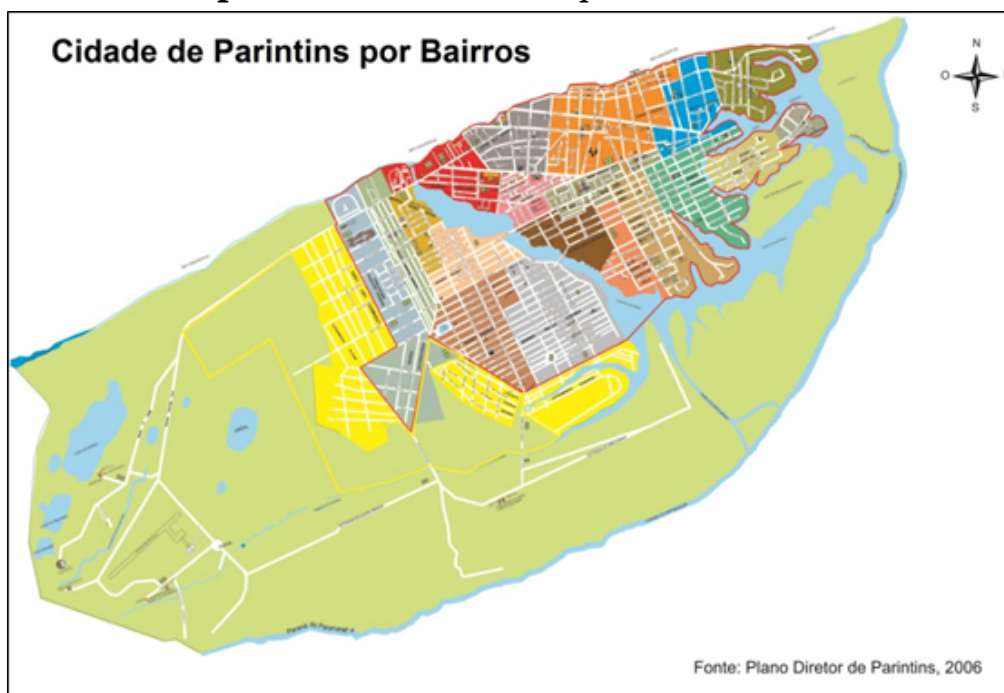
A historiografia conta que desde o começo do século, mais precisamente em 1913, já havia a disputa entre os dois bois pelas ruas da cidade durante as festividades juninas, chegando, inclusive, a ocorrer enfrentamentos e brigas pelas ruas da cidade. Provavelmente por isso, a direção da Igreja Católica tenha estimulado a criação do Festival Folclórico (BRAGA, 2002; SAUNIER, 2003; VALENTIN, 2005).

Os primeiros festivais eram realizados em tabladros de madeira construídos em local definido pelos promotores.

Segundo Saunier (2003), do 1º ao 22º Festival, a realização ocorreu em seis lugares diferentes, o que se alterou com a construção do Bumbódromo, em 1988, para a realização do 23º Festival Folclórico de Parintins. Desde então, o evento acontece no Bumbódromo, que recebeu o nome do governador do estado à época, “Amazonino Mendes”. No ano de 2017 aconteceu o 51º festival.

Hoje o município possui pouco mais de 100.000 habitantes, dos quais 67.000 moram na cidade de Parintins, distribuídos entre seus 17 bairros mais a área do Distrito Industrial e de expansão urbana, que compreende, assim, toda a extensão da ilha (mapa 3).

Mapa 3 – Planta: Parintins por bairros – 2012



Fonte: Plano Diretor de Parintins (2006); organizado pelo autor

Infraestrutura da cidade

A cidade de Parintins conta hoje com uma estrutura urbana superior à dos outros municípios do estado, pois é uma cidade polo (na melhor concepção de polarização de Perroux), como é definida pelo Governo do Estado para as diversas ações como saúde e educação.

A cidade possui todos os níveis de ensino, do básico ao superior: são 21 escolas estaduais de ensino básico; das 168 escolas municipais, 23 estão na sede; um instituto federal, com oferta de ensino médio técnico e dois campi de universidades públicas (IBGE, 2011); uma rede de saúde que atende a todo o município e os do entorno, inclusive os municípios circunvizinhos do estado do Pará, nas demandas com grau médio de complexidade; sistema de tratamento e distribuição de água; produção e distribuição de energia elétrica a partir de uma usina termelétrica; bancos, correio, casas lotéricas e correspondentes bancários; significativo comércio; poucas indústrias e serviços de toda ordem.

Ressalvando-se os problemas que se apresentam em todas as cidades, no que se refere ao atendimento público, Parintins pode ser considerada uma cidade referência para o estado.

No tocante ao turismo, possui hotéis e pousadas de níveis variados, além de contar com o apoio de suítes disponíveis em residências que

aderiram já há alguns anos ao programa de empreendedorismo Cama e Café, do governo estadual. Possui poucos restaurantes de categoria, mas que atendem à demanda existente juntamente com as várias lanchonetes. Isso sem considerar os outros tantos empreendimentos que se estabelecem por ocasião dos grandes eventos.

O porto de Parintins, administrado pelo Serviço Estadual de Portos e Hidrovias (SNPH) até 2011, agora é de competência do DNIT, através da Administração das Hidrovias da Amazônia Ocidental (AHIMOC); possui capacidade para atender a todos os barcos e navios de pequeno calado que trafegam pelos rios da região. Com uma nova adequação, ainda sem data prevista, espera-se que os transatlânticos também possam ancorar diretamente no porto.

O aeroporto de Parintins atende às necessidades da demanda cotidiana da cidade e recebe outros aviões, inclusive aeronaves maiores, como o Boeing 737, fretadas para o período do festival. Sua administração está a cargo da Prefeitura Municipal. Tem voos diretos exclusivamente para Manaus.

Olhando o passado e o presente de Parintins, pode-se perceber o encantamento dos viajantes pelo lugar. Além de um ponto de parada entre a viagem de Manaus a Santarém ou Belém, a cidade sempre ofereceu o mínimo de infraestrutura para atender aos viajantes. Atualmente ganha características de cidade média, dentro do contexto regional. Além disso, a consolidação do Festival Folclórico tornou a cidade uma referência do turismo regional e nacional. O festival dos bois-bumbás é o grande ícone da atualidade, mas até que ponto isso impede que outras manifestações culturais e ambientais se transformem em opções turísticas para a cidade e para o município? Parintins possui uma pequena infraestrutura para atender aos turistas, tanto durante o festival como durante o ano todo e em outros eventos, mas é preciso muito mais do que isso para que o município se torne um lugar turístico.



3

PARINTINS

BOI-BUMBÁ E OUTRAS PRÁTICAS TURÍSTICAS LOCAIS

O Festival de Parintins já foi bastante estudado sob diversos ângulos, sendo que a preocupação maior foi entender a festa, seu rito e suas relações, principalmente num olhar sociológico e antropológico. Sobre o olhar do boi-bumbá na perspectiva da sua geografia ainda não se tem notícias. É possível que essa deficiência esteja na dificuldade de interpretá-lo à luz do conceito tradicional da geografia, ou seja, uma ciência que estuda o espaço geográfico, produção da relação sociedade-natureza. Somente essa concepção não possibilita entender uma atividade que envolve um grande movimento de pessoas e ideias em um fazer e desfazer constante que é o festival. Nesse sentido, uma leitura geográfica a partir da interpretação do fenômeno turístico pode conduzir a uma primeira aproximação, mas também, limitada. O turismo é uma atividade econômica, mas também um fenômeno social e político, resultado de inter-relações entre os diversos agentes que o fazem acontecer, sejam o Estado, os agentes turísticos, os empresários, mas, principalmente, as pessoas do local e os turistas. Esses sim devem ser considerados naquilo que lhes possibilita transformar e modificar o espaço para viabilizar o turismo.

Parintins, cidade do turismo

O município de Parintins apresenta, desde 1980, um crescimento populacional significativo. É desse período o registro de que a população urbana superou a população rural. Hoje, o município é considerado o segundo em população do Estado e o quarto na distribuição do fundo de participação dos municípios (FPM).

Tabela 1 - População de Parintins e taxa de crescimento entre 1960 e 2018

Ano	Total	Cresc. (%)
1960	37.525	-
1970	38.086	1,49
1980	51.381	34,91
1990	58.783	14,41
2000	90.150	53,36
2010	102.033	13,22
2018	113.168	10,91

Fonte: IBGE, Censos 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010, estimativa 2018.

Organização do autor

Essa condição o destaca dentre os demais municípios, pois lhe possibilita manter uma estrutura administrativa significativa para os padrões da região.

Tal destaque é ainda superado quando o enfoque é o Festival Folclórico de Parintins, realizado atualmente no último fim de semana do mês de junho (sexta, sábado e domingo). São três noites de apresentação dos dois grupos folclóricos mais importantes do Amazonas: os bois-bumbás Garantido e Caprichoso. A cidade se agiganta pela presença dos turistas e de todo o aparato do estado que vem dar suporte à prefeitura.

O Festival dos Bois-Bumbás Garantido e Caprichoso

O Festival Folclórico de Parintins se assemelha a outros eventos de grande porte como a Festa de Peão (Barretos, SP), Oktoberfest (Blumenau, SC) e mesmo o Carnaval (ou carnavais pelo Brasil afora). Essa atividade turística de evento se caracteriza pelo seu preparo ao longo do ano, que se aprofunda nos três últimos meses e culmina com a apresentação em três dias (AMARAL, 1998).

Desde o fim do evento, no domingo, começam os preparativos para o festival do próximo ano. A definição do tema e das toadas dos bois ocorrem antes do fim do ano pela Comissão de Arte das duas agremiações. A partir de março ou abril, geralmente, após os festejos do “Carnailha” (carnaval de rua) de Parintins, começam os trabalhos mais intensos de montagem das alegorias e confecção das fantasias e adereços. Os ensaios em ambos os “currais” (sede das agremiações, onde se realizam os eventos e festas) se intensificam, com a presença de brincantes e do público em geral, admiradores do boi preferido, que aprendem as toadas e coreografia da dança. A cada ano, as coreografias ganham alguma variação para acompanhar o enredo das toadas.

Nesse período, obedecendo a um calendário tradicional, cada boi realiza festas pontuais em seus currais e pelas ruas da cidade (figura 5). Muitas delas são coincidentes de datas, todavia as agremiações obedecem aos limites do seu território. Tal limite é teórico, factível apenas na época do festival e das festas de rua: o lado direito da ilha, quadrante leste, é do Boi Caprichoso, de cor azul, e o lado esquerdo do Boi Garantido, de cor vermelha. O ponto de referência dessa divisão espacial é a praça da Catedral de Nossa Senhora do Carmo.

Figura 5 – Festas de boi pelas ruas de Parintins (Garantido – Caprichoso)



Fonte: Acervo do autor

A maioria das festas do Boi Garantido é fixa, pois compreendem datas comemorativas: Festa de São José, santo que dá nome ao bairro onde o boi foi fundado, e Dia dos Namorados – Santo Antônio e São João. No caso do Boi Caprichoso, a agremiação estabelece um calendário das suas festas a cada ano, sempre na mesma ordem.

A um mês do início do festival, a cidade se transforma, pois a movimentação turística se intensifica. É nesse período que os hotéis começam a receber seus primeiros hóspedes, geralmente representantes das empresas contratadas para viabilizar a infraestrutura do evento, como obras públicas e energia elétrica, e também das empresas privadas que atuam e comercializam durante o festival. É o caso da empresa que detém o direito de transmissão e outras, patrocinadoras do festival, como a Coca-Cola e Banco Bradesco.

As obras de infraestrutura também se intensificam, concentrando-se na parte mais central da cidade com limpeza, pintura de meio fio, tapa buraco e recapeamento asfáltico quando necessário, iluminação pública, sinalização de trânsito e turística. Geralmente, o Bumbódromo, palco do evento, com capacidade para 12,5 mil espectadores entre arquibancada e camarotes, também recebe manutenção e reformas.

Os sistemas de segurança e saúde são reforçados. Os hospitais recebem equipamentos e recursos para atender à demanda do período, ao mesmo tempo em que é designada equipe médica da capital para complementar o quadro local e ambulâncias (inclusive com UTI móvel e aérea) são disponibilizadas para a cidade.

A Guarnição de Polícia Militar recebe soldados e viaturas para atender às necessidades do momento. No ano de 2011 foram 700 soldados a mais para atuar na segurança e prevenção de crimes e acidentes de trânsito. Equipes do Departamento de Trânsito (DETRAN-AM) também colaboram com a ação preventiva no trânsito da cidade.

A Polícia Civil, que tem um contingente mínimo no seu dia a dia, foi reforçada, nesse mesmo ano, com mais 61 homens, dentre os quais delegados, peritos criminais, escrivães e investigadores. Até uma equipe da Polícia Federal é designada para, no período, atuar no controle dos portos e aeroporto.

O Corpo de Bombeiros é outro serviço reforçado durante o festival. O batalhão local, constituído por 22 membros, foi reforçado em 2011 com 135 bombeiros e 20 viaturas.

Toda essa organização é estabelecida por um órgão gestor criado pelo Governo do Estado com o apoio da prefeitura local, o Gabinete de Gestão Integrada (GGI), que tem a incumbência de coordenar as ações de controle dos serviços e prevenção dos acidentes durante o festival.

É válido ressaltar que todo o equipamento, como viaturas, carros, caminhões, ambulâncias etc., são transportados para a cidade em balsas, visto não haver estradas que liguem Parintins aos outros municípios e à capital. As pessoas envolvidas nesta ação são transportadas de barco ou de avião.

Nem só de boi vive Parintins: religiosidade, carnaval e cruzeiros

A atividade turística em Parintins se baseia no Festival Folclórico, no mês de junho. Todavia, merece destaque o grande número de fiéis católicos que vêm à cidade para a Festa da Padroeira Nossa Senhora do Carmo, evento realizado entre os dias 6 e 16 de julho, com arraial, círio, missas e procissão. Nos últimos anos, tem havido inclusive o fretamento de aviões para atender a essa demanda. Barcos velozes, denominados regionalmente de “ajato”, que atuam no transporte de passageiros do município para a capital e vice-versa, também realizam viagens extras no período da festa.

A festa se caracteriza pela realização do círio, que abre o evento sacro realizado em torno da Catedral de Nossa Senhora do Carmo, e missas todas as noites. Um grande arraial é promovido pela igreja, com comidas típicas, bebidas, barracas que vendem brincadeiras, produtos e lembranças da festa. A grande promoção da festa é o famoso Bingo da Santa, com valiosos prêmios que são sorteados, ou bingados, toda noite, até o último dia, quando o prêmio é o mais valioso. Na noite de encerramento é realizada a procissão de Nossa Senhora do Carmo que reúne um expressivo número de fiéis, chegando, conforme os jornais locais, a 20 mil pessoas (figura 6).

Figura 6 – Festa de Nossa Senhora do Carmo, Parintins, julho/2015



Fonte: Acervo do autor

As atividades turísticas em torno de eventos religiosos têm sido estimuladas nos últimos anos pelo governo. Recentemente o Governo Federal, através do Ministério do Turismo, abriu um edital para apoiar esse tipo de evento. Apesar de sua importância na região, o evento religioso é coordenado pela Diocese de Parintins, com pouca interferência do Governo Municipal. Apesar disso, é inegável o apoio do Poder Público ao evento, seja na preparação das áreas públicas, segurança, limpeza etc.

Outro evento muito importante é o Carnailha, carnaval de rua realizado entre o sábado e a terça-feira de carnaval. O palco é construído em uma das principais vias da cidade, a rua Paraíba, atrás do Bumbódromo (figura 7). Nele desfilam blocos irreverentes, divididos em grupos A, B e Especial, cada um com seu regulamento. Nesse evento, também, o número de serviços públicos é ampliado e o quantitativo de turistas, conforme estimativa da prefeitura, é de 15 mil pessoas (PMP). Mais de 30 mil pessoas participam do evento.

Figura 7 – Carnailha, carnaval de Parintins, Amazonas



Fonte: Jonas Santos, jornal *A Crítica*, 06.03.2013

O Carnailha, por outro lado, apesar de ser promovido pela Liga dos Blocos Carnavalescos (LIBLOC), tem todo o apoio do Governo do Estado e da Prefeitura de Parintins, inclusive com apoio financeiro para os blocos de carnaval para prepararem seus desfiles. Mesas, camarotes e arquibancada especial são vendidos e as demais arquibancadas são livres para a população e turistas. Os blocos, por outro lado, vendem camisetas, ou como são chamadas na cidade, “tururi”, para os que querem brincar na avenida acompanhando o bloco. Os blocos descem a avenida, uns 150 metros de percurso, apresentando apenas um carro alegórico, que é maior e mais bem enfeitado e equipado de acordo com o bloco a que pertence. O grupo especial é constituído pelos blocos mais importantes e maiores, com a presença de vários destaques e brincantes.

É comum as pessoas comprarem vários tururis (abadás) de diversos blocos, e descerem várias vezes a avenida do samba.

O fluxo diferenciado de turistas se dá pela visita dos grandes navios transatlânticos que cruzam o rio Amazonas de sua foz até Manaus e vice-versa. Os grandes navios fundeiam em frente à cidade e os passageiros saem em pequenas embarcações motorizadas até o porto da cidade. Geralmente, as empresas de viagem já preparam uma programação em terra e vendem esse roteiro aos interessados. A excursão se baseia em passeio pela cidade e uma apresentação no curral do Boi Garantido ou do Boi Caprichoso, alternadamente, durando a programação, em média, 2 horas. Os navios ficam à frente da cidade de 6 a 10 horas.

Atualmente, uma empresa privada ligada ao turismo construiu um salão de eventos próximo ao porto da cidade, e tem realizado as apresentações dos bois neste local.

Os passeios pela cidade e até mesmo a condução dos turistas até os currais são feitos em ônibus, mas principalmente em triciclos com tração humana.

Os tricicleiros são trabalhadores que atuam no transporte de passageiros e carga de pequeno porte na cidade. O triciclo é uma descaracterização de uma bicicleta, à qual é adaptada uma bagageira feita de estrutura metálica composta por mais duas rodas (figura 8). São vistas frequentemente pelas ruas da cidade fazendo principalmente o transporte de cargas de toda ordem e passageiros. No desembarque nos portos, quando se chega à cidade, é comum o uso desse meio de transporte.

Figura 8 – Triciclo em dia de visitação de turistas de cruzeiros



Fonte: Acervo do autor

No período do Festival Folclórico e na passagem dos turistas de transatlânticos, os triciclos são enfeitados e cobertos com palhas regionais ou simplesmente com lonas de plástico. Durante o festival são decorados conforme a cor do boi preferido do tricicleiro e chamam a atenção dos seus admiradores. Já na passagem dos transatlânticos os adereços regionais, como palhas, cipós e artesanatos, chamam mais a atenção. Atualmente, esses trabalhadores estão organizados na Associação dos Tricicleiros de Parintins.

Diferentemente do que ocorre no período do Festival Folclórico de Parintins, no período dos transatlânticos não acontece uma “preparação” da cidade. Não há equipe de segurança, saúde, trânsito, pinturas ou reformas das ruas e instalações públicas. Apenas as equipes contratadas adornam a entrada do porto, contatam a Associação dos Tricicleiros, acertam com as agremiações a apresentação do boi e outros serviços necessários. Barracas de artesanatos são colocadas na área do porto da cidade e nas proximidades. As despesas são pagas em dólares americanos.

Segundo dados obtidos junto aos trabalhadores, um vendedor de artesanato chega a ganhar por temporada de transatlânticos de 100 a 800 dólares. Os tricicleiros, entre 20 e 60 dólares. Os artesãos afirmam que a atividade já foi bem melhor, visto que antes de

2005 os transatlânticos ancoravam no antigo porto, sendo possível o desembarque de grande número de turistas, inclusive os com dificuldade motora. Alguns desses compravam o acesso aos currais dos bois e eram transportados para os locais de apresentação. Os demais ficavam circulando pelo Centro da cidade, comprando artesanatos, bebendo, tirando fotografias. Conforme afirmam os artesãos, nesse período era possível ganhar até 5.000 dólares por temporada.

O mesmo não acontece hoje em dia, pois os transatlânticos são fundeados no meio do rio, de onde os passageiros são transportados em botes motorizados apropriados pertencentes ao próprio navio. Devido a isso, poucos são os que, além de virem para as atividades já acertadas, ficam circulando pela cidade. Há grande dificuldade para o embarque e desembarque no porto da cidade, sem falar do movimento e velocidade das águas do rio Amazonas, o que intimida muita gente.

Os agentes turísticos contratados em terra para o atendimento aos turistas de transatlânticos não são ligados aos órgãos públicos. São, geralmente, agentes de viagem e empresários do turismo com forte conexão com as grandes agências de viagem que controlam o turismo de transatlânticos pela Amazônia.

A rota dos cruzeiros, em geral, segue um caminho pré-determinado. Partem da Flórida, nos Estados Unidos, das cidades de Fort Lauderdale e Miami, seguindo uma rota pelo Caribe e entrando no Brasil pelo rio Amazonas (figura 9). As paradas no território brasileiro são geralmente em Macapá, Belém, Santarém e Manaus. De forma intermediária e alternadamente, fazem paradas em Alter do Chão (no estado do Pará), Boca da Valéria e Parintins, podendo isso acontecer na subida ou na descida do grande rio.

Figura 9 – Roteiros de dois cruzeiros com destino a Manaus



Fonte: Agências de viagem. Disponível em: <<http://www.cruisecompete.com>>

Frequentemente, as rotas diferem conforme o percurso e o tempo, há viagens com mais de 50 dias, por exemplo. O rio Amazonas está na rota de muitos transatlânticos com paradas em Macapá, Santarém, Manaus e portos intermediários, como Parintins e Boca da Valéria. Alguns roteiros da viagem que incluem a incursão pelo rio Amazonas se dão no trecho do porto de origem até Manaus, e de lá se retorna até o ponto de origem ou outro ponto final. Alguns roteiros, por outro lado, estabelecem retorno e início a partir de Manaus, são duas excursões com passageiros diferentes que se revezam em Manaus, com chegada e retorno de avião. Neste caso, para-se em Parintins e Boca da Valéria, na ida e na volta.

Outros roteiros são oriundos da Europa, com saídas frequentemente do porto de Amsterdam, na Holanda, seguindo para o Caribe, depois para o Amazonas.

A imagem e o imaginário no turismo de Parintins em Manaus

A verdade é que o turismo em Parintins está ligado à força do festival em atrair turistas de outras partes do estado, do país e do mundo. Os primeiros a se envolverem com o festival e se interessarem pela grande festa foram os moradores dos municípios vizinhos e da capital, Manaus.

O crescimento econômico da cidade de Manaus, nos anos 1970, ligado à implantação da Zona Franca de Manaus, em 1968, e do seu parque industrial nos anos subsequentes, proporcionou um crescimento populacional não conhecido na capital amazonense. Nem mesmo o *boom* da borracha, no final do século XIX e início do século XX, imprimiu tão acelerado crescimento, tendo em vista que a

imigração de trabalhadores, principalmente nordestinos, se fazia em direção aos seringais, instalados em distantes rincões do interior da Amazônia. Manaus e Belém eram importantes entrepostos tanto para o recebimento e distribuição dessa leva de migrantes, como também para a instalação de lojas aviadoras, bancos e casas comerciais, que eram o destino da borracha colhida na região e depois enviada para os centros consumidores, principalmente a Europa.

Manaus, em 1970, possuía uma população urbana de 283.685 habitantes, que chega a 630.000 em 1980 e em 1991 já supera a casa do milhão de habitantes, vivendo um período de “explosão demográfica” (AZEVEDO FILHO, 2004). Essa população vinha, principalmente, do interior do estado, mas também de estados vizinhos, como o Pará e Rondônia. Segundo estudo sobre as migrações para Manaus, realizado nos anos 1980 e publicado em 1990, pela Fundação Joaquim Nabuco, os imigrantes eram em sua maioria (49,0%) do próprio estado do Amazonas, sendo que as maiores contribuições estavam em seis municípios: Careiro, Coari, Itacoatiara, Manacapuru, Parintins e Tefé. Outro grande fornecedor de imigrantes é o estado do Pará (15,9%), seguido do Ceará (8,5%). As causas para a migração são, primeiramente, questões econômicas: busca de trabalho e melhores condições de vida; logicamente, num processo de atração-expulsão, no lugar de origem carecia-se de todo um conjunto de fatores, como infraestrutura, emprego, estudo etc. (MELO; MOURA, 1990).

A população parintinense migrada para Manaus deve ter sido a primeira clientela para o festival de Parintins, nos anos 1980, principalmente depois da construção do Bumbódromo, em 1988. A partir de 1994, com o incremento da divulgação do festival pela televisão, uma parcela maior da população manauara vem para Parintins, bem como de outros municípios mais próximos. Esse período também é a fase da grande crise na ZFM, propiciada pela abertura econômica de 1990, no governo de Fernando Collor, que vai abalar a base da estrutura da ZFM, que consiste na política protecionista do mercado interno e nos incentivos fiscais para importação. Nessa fase da história econômica do estado do Amazonas, percebem-se correntes migratórias inversas, em direção ao interior. Cidades como Parintins tiveram forte crescimento populacional na década em referência.

Outro fator que vai atrair a população de Manaus para o festival são as festas de boi, ou ensaios, promovidas pelas duas agremiações na capital, que servem para divulgar o evento, ensaiar as toadas e as novas coreografias e arrecadar recursos para cada agremiação. Em Manaus os ensaios eram realizados em locais diferentes para cada boi, no entanto, a partir de 2003, depois de observar-se uma

queda na frequência de participantes nos anos anteriores, as duas entidades que promovem os bois em Manaus, o Movimento Amigos do Garantido (MAG) e o Movimento Marujada, do Caprichoso, decidiram por centralizar os ensaios no Centro de Convenções do Estado do Amazonas, o sambódromo amazonense. Logo após o carnaval, nos meses que antecedem o festival, realizado no último fim de semana do mês de junho, os ensaios acontecem praticamente no mesmo ritmo que em Parintins.

Ferreira e Braga (2004) acompanharam essa movimentação dos ensaios dos bois de Parintins em Manaus, preocupados em fazer uma descrição etnográfica e uma análise da experiência cultural assumida pela população nos ensaios dos bois-bumbás em Manaus. Para eles, as pessoas da cidade de Manaus têm conhecimento do festival e dos bois-bumbás Garantido e Caprichoso através de discos (CDs), das músicas transmitidas pelas rádios locais à época da chamada “temporada do boi” (período de março a meados do mês de junho), por meio de jornais e revistas. Nos ensaios aprendem-se as novas toadas, coreografias, passos de dança, e são promovidas múltiplas formas de sociabilidade entre os grupos de jovens, que têm presença majoritária nos ensaios. Nos currais dança-se à vontade, e é lá que os brincantes aprendem as letras e as músicas das toadas que serão apresentadas nos três dias do Festival de Parintins. Essas festas chegam a reunir cerca de quinze mil pessoas por evento, animadas por músicos, ao som contagiante da toada, um ritmo composto de compasso binário, fundamentado na percussão, com acompanhamento de instrumentos melódicos como violão, charango, teclado (sintetizador), bateria, além de coro e bailarinos, neste caso, aqueles que ensinam as coreografias e os passos de dança. Há a preocupação de cantar nos ensaios as toadas novas do ano, gravadas em um CD/DVD e agora também em Blue Ray, com dezoito músicas, tocadas por bandas credenciadas pelos próprios bumbás. Nas últimas semanas que antecedem o grande festival, o público presencia a aparição de alguns dos “itens do boi”, como a cunhã-poranga, o pajé, a rainha do folclore, a porta-estandarte, que tornam a festa ainda mais emocionante. O cantor de toadas é chamado de levantador de toadas. O levantador é o líder da cantoria, uma espécie de termômetro entre o show que cada banda apresenta e o público presente no ensaio, sendo, portanto, “umas das figuras essenciais, cuja arte consiste em se manter em permanente sintonia com seu público” (FERREIRA; BRAGA, 2004, p. 139-144).

É dessa forma que se cria a imagem do festival, e o imaginário se cria naqueles que ainda não conhecem o mesmo e se renova nos parintinenses residentes em Manaus e naqueles que não perdem

um festival. Claro que tudo isso apoiado pela força da mídia, que, com o apoio promocional de diversas empresas locais e nacionais, propicia a divulgação do evento. Pelo menos no Amazonas o Festival Folclórico de Parintins continuará a atrair contingente cada vez maior da população, cabendo saber se os demais estados se interessam pelo evento, visto acontecer no mês de junho, momento de muitos eventos juninos em várias partes do país, e de ser a abertura do período de alta temporada do meio do ano, e os destinos turísticos são outros.

Turismo em Parintins, seus atrativos e suas características

A prática do turismo em Parintins ocorre há muito tempo. Desde tempos coloniais o lugar já era ponto de parada obrigatória dos que viajavam pelo rio Amazonas. Não podemos esquecer que a cidade de Parintins é um dos pontos modais, na viagem entre Belém e Manaus. Quem viaja neste sentido para o interior da Amazônia, via rio Amazonas, tem a possibilidade de passar em cidades como Breves, Gurupá, Almeirim, Monte Alegre, Santarém, Óbidos, Juruti, Parintins e Itacoatiara. Pedro Teixeira e depois outros colonizadores investidos de poder ou santidade e cientistas que vieram estudar a Amazônia, todos passaram por Parintins.

Por ser apenas lugar de parada para abastecimento, descanso (repouso) e coleta de lenha para as embarcações, não representava necessariamente uma atividade (atrativo) turística, mas o lugar deixava a impressão de desbravamento, de mais um espaço conhecido, que iria ser lembrado, relatado, desenhado ou fotografado, dependendo da época, um lugar que deixaria marcas na memória.

Com certeza a Parintins de hoje continua a deixar marcas naqueles que apenas passam, como naqueles que ficam, nem que seja por algumas horas, como é o caso dos turistas dos transatlânticos, sejam passageiros ou tripulantes, e que levam um pouco desse lugar turístico nas lembranças (*souvenirs*), na fotografia ou somente na memória.

Vários autores já se dedicaram ao estudo do Festival Folclórico de Parintins ou da festa que envolve a rivalidade entre os dois bois-bumbás, Caprichoso e Garantido (BRAGA, 2002; VALENTIN, 2005).

Braga (2002), em *Os Bois-Bumbás de Parintins*, que é resultado da sua tese de doutorado, faz uma profunda descrição e análise antropológica e social da festa dos bois-bumbás de Parintins. Antes faz uma contextualização histórica da evolução da cidade e do próprio festival, para depois interpretar as diversas manifestações

dos traços (etnográficos) do boi, o auto do boi, a trama, o rito, o mito, os signos, as manifestações religiosas e culturais para, enfim, chegar à “ideologia do folclore”. Essa ideologia estaria inscrita no corpo dos brincantes, no batuque, no canto e na dança. Mas, o autor acrescenta que ela veicula uma outra, a “ideologia de mestiçagem”, ou seja, uma forma simbólica de ignorar os conflitos sociais, de classe e étnicos, encenados na festa dos bois, a qual chama todos para brincar, confundindo-os com a ideia de mestiçagem. Em Parintins, diferentemente de outros lugares onde se dança o boi, uma nova versão é concebida, quando se apropria da imagem do índio e da Amazônia para criar uma identidade regional “cabocla”.

Valentin (2005) descreve o festival dos bois com um olhar mais artístico e voltado para uma análise sistemática para a disputa entre os “contrários”, o Garantido e o Caprichoso. Para o autor, é na rivalidade dos bois que se faz a festa, é ela a “força propulsora” que instiga as duas agremiações à renovação e à superação. É essa rivalidade que dá a identidade do parintinense e de todos que brincam a festa, pois ela se fixa no imaginário das pessoas e da geografia local. É ao transformar esse possível conflito em festa que a rivalidade entre os dois bois passa a ser um objeto de estudo. Segundo o autor, ao longo dos anos, o festival foi aperfeiçoado, incorporou regras, fazendo com que os “contrários”, os bois de Parintins, passassem de uma simples festa de rua para se transformar num evento monumental, não só amazonense, mas mundial.

O turismo em Parintins é composto basicamente por atividades pontuais que são denominadas turismo de evento. O Festival Folclórico de Parintins, o maior produto do turismo parintinense, é uma festa constituída principalmente pelos desfiles das duas agremiações de bois-bumbás, o Garantido e o Caprichoso.

O festival dos bois se notabilizou a partir de 1994 com a divulgação em canal aberto do evento. Neste ano, grandes patrocinadores foram incorporados ao evento, principalmente uma emissora de televisão, a Coca-cola, uma cervejaria e um grande banco. Tudo isso deu uma dimensão midiática ainda não experimentada pelas referidas agremiações. Ao mesmo tempo o luxo e a riqueza de detalhes foram sendo incorporados. Artistas do festival de Parintins ganharam notoriedade e foram, inclusive, contratados por grupos carnavalescos do Rio de Janeiro e depois de São Paulo. Hoje o festival de Parintins é o maior evento folclórico do estado do Amazonas, e Parintins é um dos 65 municípios indutores do Brasil.

A cidade se prepara para o festival durante o ano todo. As agremiações folclóricas de bois antecipam a definição do tema e o “enredo”. Desta forma, os diretores de arte podem fazer suas pesquisas

e definir o “desenho do boi”. Até mesmo os compositores de toadas definem suas composições, colocadas à disposição da comissão folclórica e diretores dos bois, geralmente em concursos de toadas, e podem vê-las sendo tocadas durante o evento.

O Festival Folclórico de Parintins é um evento composto por uma competição entre quadrilhas, geralmente na semana anterior ao evento principal, que hoje se realiza no último fim de semana do mês de junho. Antes era realizado nos dias 26, 27 e 28 de junho, este último, Dia de São João.

Todavia, a preparação das duas agremiações ganha caráter de festival e de rivalidade já a partir do mês de abril, quando são lançados os CDs e DVDs dos dois bois para o festival. Em anos anteriores esse lançamento era único e se fazia numa grande festa, tanto no curral do Boi Garantido como do Boi Caprichoso. Nos últimos, entre 2010 e 2015, com a inserção do DVD nos dois grupos, a gravação do DVD e CD foi motivo de uma grande festa e rivalidade. Em anos de crise econômica foi gravado apenas o CD. Essa rivalidade de que estamos falando se refere a uma guerra midiática e de público. Ambas as agremiações divulgam seus eventos e conclamam o público parintinense e manauara a prestigiá-los. São milhares de pessoas, fãs das agremiações, que são atraídas tanto da cidade e seus arredores, aí incluindo os municípios vizinhos, como de Manaus e seus arredores, também. Difícil definir qual atrai mais público, mas ambas se definem como a melhor e a que levou mais público para o seu evento, e assim acontece com todos os demais eventos realizados na preparação para os três grandes dias do Festival de Parintins.

“Festa de Boi” antes do Festival

Os eventos pré-festival são marcadamente o momento em que a população parintinense realmente participa e revive a tradição da festa de dançar o boi-bumbá. Esse momento único se caracteriza pela presença do boi-bumbá no seu curral ou na rua, demonstrando a capacidade do boi e sua rivalidade com o contrário, que geralmente realiza o mesmo ritual. Para a população é o momento de comemorar, de dançar, de ir para o curral do boi querido e cantar as toadas já consagradas e as novas. Realmente é o momento de realização daqueles que vivem na cidade e têm sua história ligada aos dois bois. Cantam, dançam, tiram fotos, batem palmas, fazem fogueiras, enfim se aproximam do seu boi do coração, sejam jovens, adultos, idosos, todos querem participar desse momento. É o momento da liberdade, pois o acesso é livre e todos podem participar.

“Eu já não posso mais ir pro festival, já tô velha, mas não perco uma alvorada [uma das festas de rua do Garantido]. Só aqui a gente pode chegar perto do boi”, diz Raimunda⁷, 60 anos, moradora do bairro São Benedito, torcedora do Garantido.

Os preparativos nos currais são grandes para os eventos de rua (ou *bois de rua*), pois é característica da festa de boi sair às ruas para a apresentação. Antes de 1966, quando teve início o festival em lugar fechado e noites definidas, cada boi saía às ruas e também para casas onde havia festa e este era convidado:

Nesta época, o Boi (...) saía às ruas iluminado pela luz de lamparinas para brincar nas casas onde a receptividade era festiva. O dono da casa, seus familiares e convidados faziam o círculo no terreiro para o boi que, em tons de gaiatice, juntamente com Pai Francisco e Mãe Catirina, arrancavam aplausos dos espectadores que, no toque cadenciado do dois prá lá, dois prá cá, dançavam com a marujada, com os índios e as figuras engraçadas, sob o comando do Amo que entoava toadas simples e desafios ao contrário (Odinéia Andrade, folclorista parintinense e pesquisadora do Caprichoso, citada em VALENTIN, 2005, p. 100).

Mesmo depois da instituição do Festival, nos primeiros anos, o boi ainda se fazia presente nas ruas, nos dias dos santos, e nas festas para onde era convidado. À medida que o Festival foi configurando-se como um grande evento e o boi foi tornando-se uma verdadeira “atração” e ganhando importância, as visitas às casas ficaram impossíveis.

Os ensaios nos currais e os “boi de rua” diferem dos dias do festival, quando todo o mecanismo de controle e de restrições é imposto aos torcedores, principalmente pela limitação do espaço do evento, o Bumbódromo, como pelo preço a ser pago e a presença de muitos turistas, praticamente o dobro da população local.

O festival folclórico, nos seus três dias de festa, é para ser visto pela televisão, principalmente pelos moradores da cidade, deixando o barulho e as filas para adentrar ao Bumbódromo para os visitantes.

⁷ Os nomes utilizados neste trabalho são fictícios. Apesar da autorização dos sujeitos da pesquisa, optou-se por omitir os nomes dos referidos.

“Da minha casa fico só olhando o foguetório. Tem muita gente, eu fui lá um dia, chega a dá medo. Melhor é olhar pela televisão” (Mário, 58 anos, morador do bairro Itaúna, torcedor do Garantido).

Na verdade, boa parte da população parintinense não participa das noites de apresentação dos bois, pois a competição com os visitantes é muito grande. A compra de ingresso tem de ser feita na empresa contratada para tal, primeiramente em Parintins, por força de contrato, e depois em Manaus, ficando aberto via Internet para compra em todo o Brasil. Geralmente são disponibilizados 15% dos lugares para Parintins e se esgotam logo. O preço dos ingressos varia de acordo com o tipo, frequentemente associado à posição dentro do Bumbódromo.

Na tabela 2 estão os preços dos ingressos nesses três anos, enquanto na figura 10 está a distribuição das cadeiras e arquibancadas.

Tabela 2 – Preços dos pacotes de ingressos para o Festival Folclórico de Parintins (2015-2017)

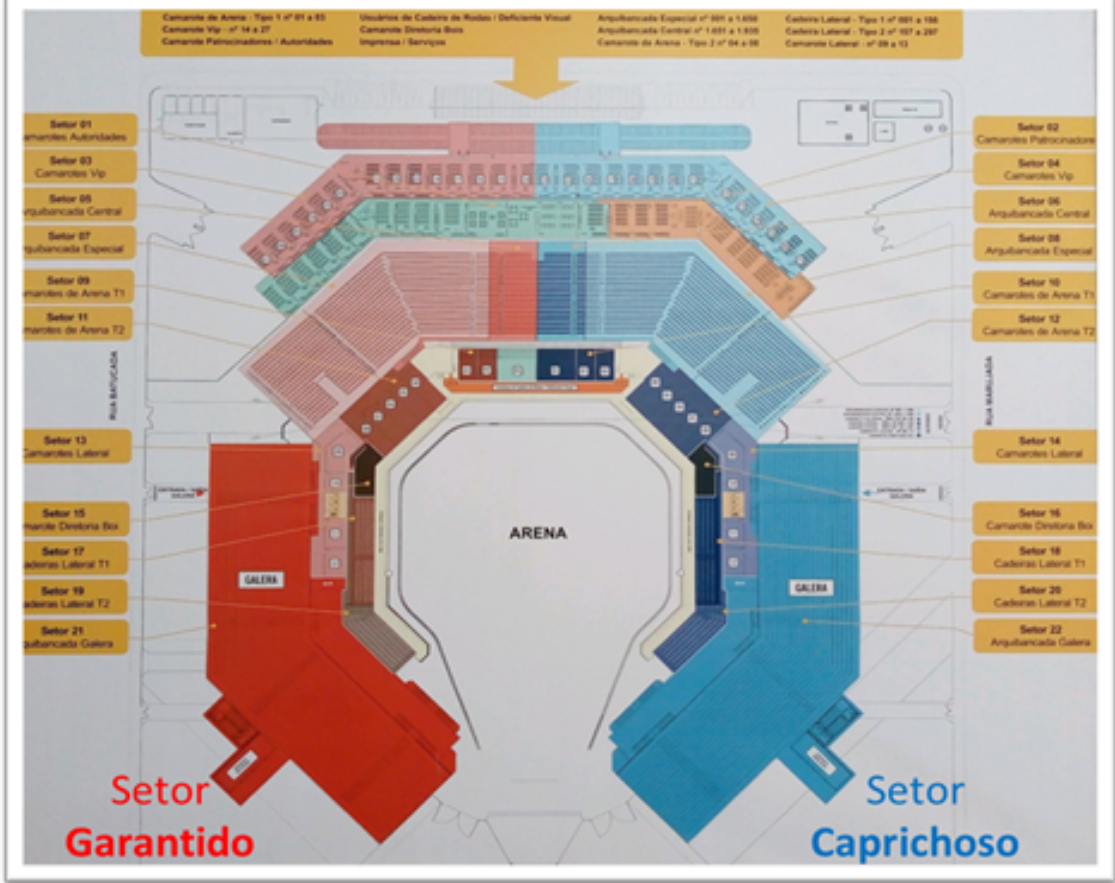
Tipo	Preço do pacote para os 3 dias (R\$)		
	2015	2016	2017
Arquibancada central	1.050,00	1.050,00	1.050,00
Arquibancadas especiais	800,00	800,00	800,00
cadeira de arena tipo 1	820,00	820,00	820,00
cadeira de arena tipo 2	600,00	600,00	600,00

Fonte: Organizado pelo autor, com base em jornais e panfletos comerciais

O camarote com vista privilegiada tem convites individuais para os três dias do evento ao preço de R\$ 1.500, para sexta e sábado, e R\$ 1.000, para domingo (2017).

Os turistas frequentemente têm comportamentos distintos. Existem os que compram os lugares no Bumbódromo, geralmente aqueles com maior poder aquisitivo, com acesso diferenciado e exclusivo, e os demais que entram na fila de acesso à arquibancada livre (figura 10a e 10b).

Figura 10a – Bumbódromo 2015: suas cadeiras e arquibancadas para cada boi



Fonte: Agência de Viagens; domínio público

Figura 10b – Foto do Bumbódromo



Fonte: Foto de Ione Moreno (2013)

As características regionais possibilitaram criar pacotes especiais para atender o público a partir de Manaus. A agência oficial para o festival tem como opção os chamados Pacotes Bate e Volta, para aqueles que querem assistir apenas um dos dias do festival, com custos em torno de R\$ 2 mil. O interessado terá passagens de avião, de ida e volta para Manaus, um jantar, transporte ida e volta para o aeroporto e o ingresso no Bumbódromo. Para passar os três dias de festival, o turista poderá investir até quase R\$ 7 mil (agências de viagem em 2016).

Os que preferem a arquibancada livre alegam que é a área mais alegre do Bumbódromo, pois é esse setor que concentra a galera, a torcida que faz as acrobacias, os movimentos coreografados com auxílio de uma equipe do boi que fornece o material para a manifestação da torcida: plumas, bandeirolas, balões etc., o que for necessário.

“As coisas aqui não é fácil não, estou desde as 8 horas da manhã. Eu trouxe minha bolsa cheio de coisas pra comer e pra beber. Vou ficar aqui até o Garantido sair... vou participar da coreografia junto com galera... vai ser bom demais”, Cintia, 22 anos, na arquibancada livre do Garantido, junho de 2012.

“A gente vem pra torcer pelo nosso boi [Caprichoso], daqui só saio quando acabar... eu vim de Manaus, todo ano eu venho... somos dez [pessoas]...”, Charles, 30 anos, na arquibancada livre do Caprichoso, junho de 2012.

É bom lembrar que as torcidas que assistem a seu boi apresentar-se, geralmente no primeiro do dia, saem do Bumbódromo antes da apresentação do boi contrário, abrindo vaga para a entrada de outros torcedores que já estão na fila e não conseguiram entrar. A estratégia observada é um torcedor ficar esperando na fila inversa do seu boi de preferência para assistir a ele quando o público sair após a primeira apresentação. A única coisa que estes não podem fazer é adentrar com a cor do boi contrário na arquibancada do outro, sendo necessário usar uma cor neutra; também não podem manifestar-se na arquibancada contrária, pois, pelas regras contidas no regulamento do festival, enquanto um boi se apresenta, inclusive com apoio de sua galera, a outra torcida não pode manifestar-se, sob pena de perder pontos. É possível que mais da metade dos que assistiram à primeira apresentação saíam para a entrada de novos espectadores.

Além das 16 mil vagas disponíveis no Bumbódromo, são disponibilizados telões que exibem a apresentação na Praça dos Bois,

área externa da arena. Da mesma forma, bares e lanchonetes dispostas em todos os lados do Bumbódromo colocam televisores a disposição de seus clientes. São cerca de 100 mil pessoas circulando em torno do Bumbódromo durante a apresentação, segundo estimativa dos órgãos envolvidos na segurança do evento.

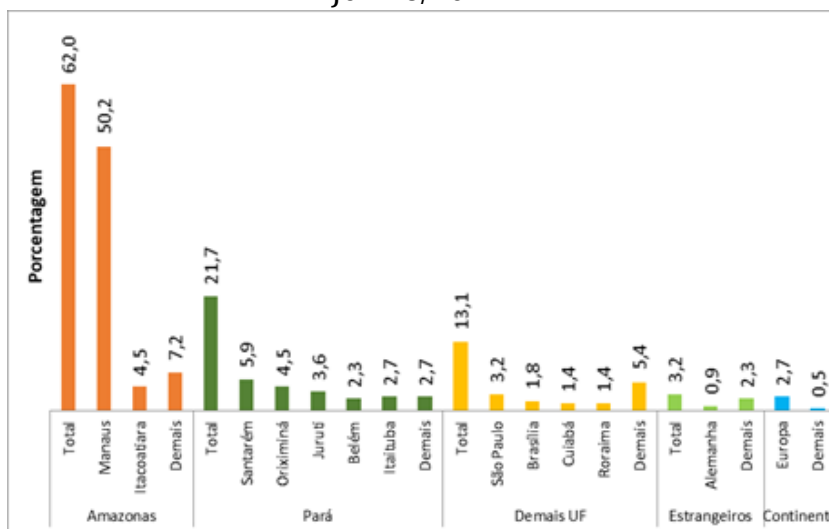
A festa de boi praticada antes da consolidação do Festival Folclórico é o resultado do crescimento da atividade cultural introduzida por imigrantes nordestinos e que ganhou significância ao longo dos anos até tornar-se o maior evento turístico do Amazonas.

A festa foi apropriada pelo capitalismo, que tornou o evento um espetáculo para o “mundo ver”; todavia, o que se percebe é a prática de “dançar o boi”, como era feito antigamente, que, guardadas as devidas proporções, continua a ser realizada, seja nos ensaios dos bois, realizados nos currais, como nas festas de rua, os “bois de rua” das duas atuais agremiações (Garantido e Caprichoso).

Sobre os turistas no Festival de Parintins

Nessa pesquisa foram realizadas entrevistas com 221 turistas durante o festival de 2012, e constatou-se que a maioria dos visitantes era do próprio estado do Amazonas (62%), seguido do estado do Pará (21,7%), sendo que a cidade de Manaus (50,2%) foi a que mais enviou turistas, seguida de Santarém (PA) (5,9%), Oriximiná (PA) e Itacoatiara (AM), com 4,5%, vindo em seguida Juruti (PA) (3,6 %), todas estas próximas a Parintins. Além desses, 13,1% vieram de outros estados, sendo São Paulo com 3,2% (figura 11). De outros países foram entrevistados 3,2%, o continente europeu apresenta o maior número de entrevistados (2,7%). Esses dados indicam a importância do Festival para a região, aqui expresso pelo trecho entre Manaus – Santarém, de onde vem a maioria dos turistas.

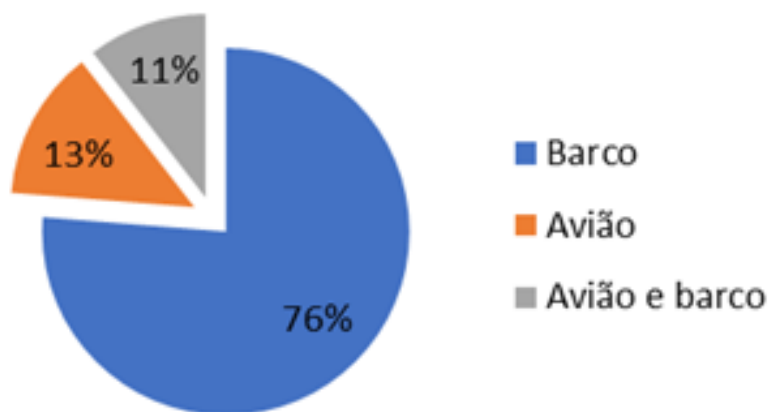
Figura 11 – Percentual de turistas em Parintins segundo origem declarada: junho/2012



Fonte: Pesquisa de campo, junho/2012

A maioria dos turistas entrevistados era do sexo masculino (57%) e adultos jovens, com idade entre 26 e 35 anos (38%); os jovens de 15 a 18 anos são (37%) dos entrevistados, e viajam por via fluvial, barco regional ou lancha a jato, 76% (figura 12). Indicando a importância que o barco regional tem para a população da região. Os demais meios de transporte são destinados a públicos mais abastados financeiramente.

Figura 12 – Turistas em Parintins segundo o meio de transporte



Fonte: Pesquisa de campo, junho/2012

Devido às peculiaridades do turismo regional, este ainda é seletivo, comparado muitas vezes com uma aventura, apesar de, ao longo do tempo, estar havendo uma melhoria na infraestrutura oferecida, principalmente no transporte, se considerarmos que hoje há a opção de viajar em lancha motorizada e veloz, com viagem entre Manaus e Parintins que dura de 8 a 10 horas, enquanto a viagem de barco

regional é de 18 a 24 horas, tendo-se de dormir no barco. Isso pode estar provocando uma diminuição da diferença entre homens e mulheres turistas no festival: por exemplo, a porcentagem dos que viajam de avião, quanto ao sexo, é praticamente de 50% (figuras 13a e 13b).

Figura 13a – Embarcações regionais de transporte de passageiros e cargas



Fonte: Acervo do autor/foto promocional Novo Aliança

Figura 13b – Embarcações regionais - lanchas velozes



Fonte: Foto promocional Novo Aliança

O principal meio de transporte de passageiros e cargas, no estado, ainda é o fluvial. São milhares de barcos regionais construídos em madeira ou em aço com capacidades diversas. As distâncias mais longas são percorridas por grandes embarcações com capacidade para mais de 600 pessoas. Tem crescido na região o uso de embarcações mais velozes e mais confortáveis, especializadas no transporte de passageiros, denominadas “a jato”. Parintins tem ligação direta com Manaus por barcos diários que se revezam diariamente. Também é ponto de parada de barcos que seguem com destino ao estado do Pará, principalmente para Santarém e Belém, e vice-versa.

A frequência de adultos e idosos no festival também tem aumentado, sendo 47% entre 36 e 55 anos, e 7% de idosos com mais de 55 anos. Os turistas geralmente viajam em grupos ou em família.

Na pesquisa de satisfação realizada através de questionário enviado por e-mail aos turistas contatados durante o festival de 2012,

sendo que foram devolvidos respondidos 35 questionários (16%), obteve-se o seguinte resultado:

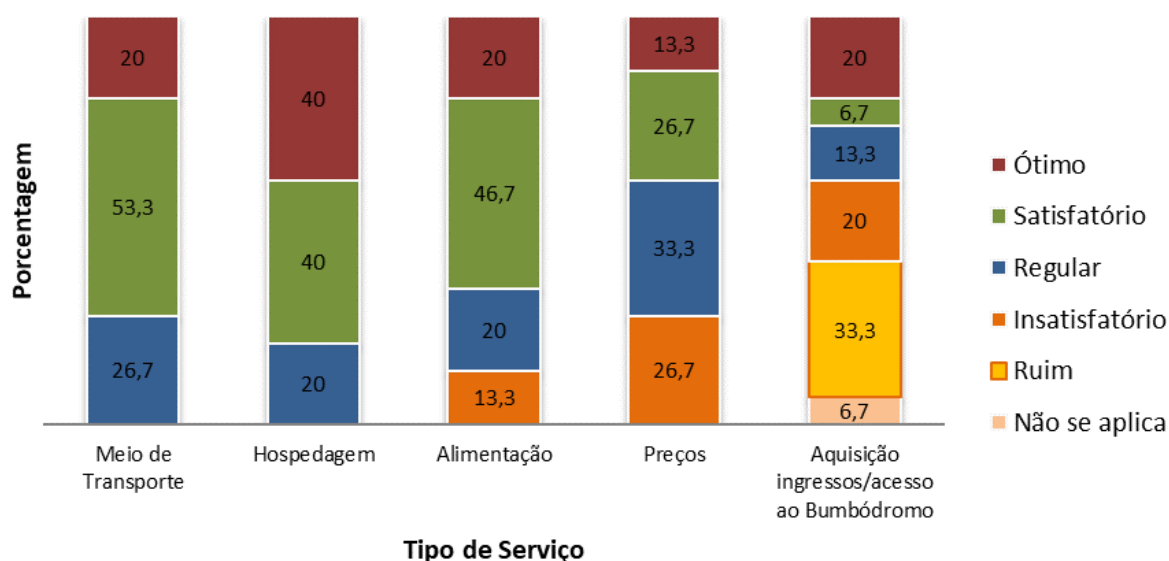
Meio de transporte para a viagem: 73,3% consideram satisfatório e ótimo, e 26,7% consideraram regular. Como 60% fizeram sua viagem por meio fluvial, é possível considerar a qualidade desse tipo de transporte nessa avaliação.

Hospedagem: foi considerada satisfatória e ótima (80%) e 20% regular. Cabe considerar que a maioria dos entrevistados se hospedou em casas de amigos e parentes e em pousadas o que pode comprometer a resposta, todavia é válida para estabelecer a relação entre demanda e oferta de hospedagem em Parintins durante o festival.

Alimentação: 46,7% consideram satisfatória e 20% ótima a refeição oferecida na cidade, somente 33,3 % a consideram regular ou insatisfatória, o que representa o esforço dos fornecedores desse item na melhoria da qualidade e quantidade na oferta.

Preços: os preços praticados nos diversos estabelecimentos da cidade são considerados como regulares e insatisfatórios pela maioria (60%), 26,7% consideraram regulares, e 13,3% ótimos (figura 14). Há uma maior dispersão neste quesito, havendo opiniões divergentes de satisfatório, regular e insatisfatório. O preço de um produto atinge diferentemente as pessoas, dadas as diversas condições, como renda, mas principalmente, a sua predisposição em gastar. Não se fez nenhuma comparação entre os preços praticados antes e depois do festival ou mesmo com outras praças; todavia é comum, Brasil afora, uma variação dos preços dos produtos e serviços na alta temporada.

Figura 14 – Festival de Parintins: Pesquisa de satisfação, junho/2012



Fonte: Pesquisa de campo, junho/2012

Aquisição de ingresso e acesso ao Bumbódromo: os ingressos para o evento são adquiridos junto à empresa contratada para tal, meses antes, de modo que aqueles que não tiveram acesso ao ingresso terão de comprá-lo das mãos de cambistas ou, ainda, dirigir-se à entrada para as arquibancadas livres, tendo de entrar na fila de acesso desde as primeiras horas da manhã, com entrada permitida a partir das 15 horas. 53,3% dos entrevistados consideraram insatisfatório e ruim, e, somados os que consideraram regular (13,3%), chega-se aos 67%; somente 26,7% consideraram ótimo e satisfatório. O resultado mostra a insatisfação dos turistas quanto a esse item.

Atividade noturna: esse item remete a diversas atividades relacionadas a opções noturnas, como boates, bares, casas noturnas. 46,7% dos entrevistados responderam ótimo, 13,3% insatisfatório e 20% regular. Isso mostra que as atividades paralelas ao grande show conseguem atender, em boa parte, aos anseios daqueles que procuram opções para aproveitar a noite, principalmente depois da apresentação da noite dos bois.

Atrativos naturais: 60% consideraram ótimos e satisfatórios, e 20% regular. A cidade de Parintins, cravada bem do centro da bacia amazônica, tem áreas naturais em todas as direções, e podem ser contempladas, desde que se tenha a possibilidade de sair do centro da cidade.

Atrativos culturais: 60% dos entrevistados consideraram ótimos e satisfatórios, e 33,3% regulares e insatisfatórios. Os atrativos culturais referem-se ao próprio festival e às diversas manifestações realizadas durante o período, como exposições, danças etc.

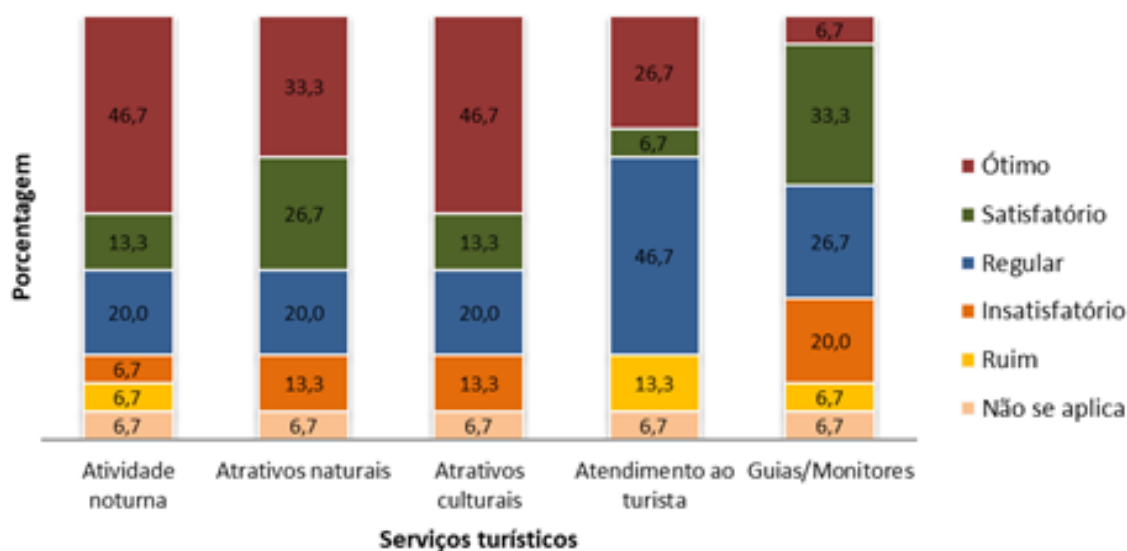
Atendimento ao turista: praticamente 60% consideraram insatisfatório e ruim, enquanto 33,4% consideraram ótimo e satisfatório. O atendimento ao turista refere-se à atuação do Centro de Atendimento ao Turista (CAT) e de agentes públicos ligados aos órgãos do turismo local. Nesse sentido, o atendimento é precário, e, mesmo com reforço por parte do órgão estadual (Amazonastur), deixa muito a desejar.

Guias ou monitores: existem monitores disponibilizados pela Amazonastur e pela coordenadoria de turismo do município, além de guias turísticos ligados a empresas turísticas sediadas em Parintins e em Manaus, e também, da Associação de Guias de Turismo de Parintins. 33,3% dos entrevistados consideraram satisfatório esse atendimento, 26,7% acharam regular e 20% insatisfatório.

Entre os entrevistados, quando se perguntou quais os lugares que visitaram, apontando lugares como Vila Amazônia, Paranapanema, Zé Açu, Valéria, apenas 4 lugares foram apontados por 7 entrevistados, e 67% disseram que não conhecem a região. Isso mostra o quanto ainda tem de ser feito na divulgação e no estabelecimento de roteiros turísticos em direção às várias localidades onde se pode fazer algum tipo de turismo.

Apesar de os entrevistados apontarem algumas dificuldades e problemas com os produtos e serviços oferecidos em Parintins, a totalidade dos entrevistados disse que retornaria outras vezes a Parintins.

Figura 15 – Festival de Parintins: Pesquisa de satisfação (cont.), junho/2012



Fonte: Pesquisa de campo, junho/2012

Os entrevistados foram convidados a opinar sobre as melhorias que gostariam de encontrar na próxima viagem: as queixas recaem

sobre a compra de ingressos para o festival, que, a essa altura, só é possível por meio de atravessadores (cambistas); o acesso à área livre, feito por fila e ordem de chegada, não agrada aos visitantes, que ficam por muitas horas expostos ao sol e à chuva; a disponibilidade de banheiros públicos, que deveriam ainda estar mais bem distribuídos; os preços dos alimentos também foram questionados, além da qualidade, sugerindo-se visita da vigilância sanitária às cozinhas; as maiores queixas recaem sobre a segurança, o controle de trânsito, o saneamento básico, o sistema de coleta de lixo, associados à falta de uma campanha de educação ambiental; os preços dos produtos e serviços foram criticados, inclusive os dos transportes; o tamanho do Bumbódromo também foi lembrado, sugerindo-se sua ampliação.

A maioria das reivindicações apontadas é do cotidiano da população, como o saneamento básico a falta de esgotos provoca mau cheiro em algumas ruas, policiamento e segurança no trânsito são problemas enfrentados no dia a dia. Quase não foi citado o sistema de saúde, provavelmente pelo baixo índice de ocorrências, além do que, para o festival, o sistema é reforçado.

Outro item solicitava sugestão para melhorar o festival, sendo apontados: o aumento do número de voos aéreos e seu barateamento; maior atenção ao turista, com informações, guias etc.; um ordenamento no centro e em torno no Bumbódromo quanto à presença de barracas e camelôs; e um programa de educação ambiental para evitar poluir a cidade e os rios.

Por fim, foi solicitado comentar sobre a importância do Festival de Parintins: todos apontam o festival como um divulgador da cultura local e amazonense, que deve ser valorizada e mais divulgada.

Os visitantes têm preocupações com o lugar que visitam. Apontar erros e sugerir soluções faz parte desse processo. Ainda não há mecanismos de políticas públicas para absorver esses questionamentos no sentido de melhorar a relação do visitante com o visitado. É preciso repensar formas de planejar o turismo que levem em conta os interesses dos verdadeiros atingidos pela ação, as pessoas, tanto as que chegam (turistas) como as que aqui residem.

Parintins, bois-bumbás e os cruzeiros

Parintins é um grande atrativo turístico que vai além de seu festival; os cruzeiros já descobriram esse potencial e têm a cidade-sede e Boca da Valéria como pontos de paradas. Todos os anos dezenas de navios transatlânticos navegam pelo rio Amazonas trazendo milhares

de turistas de diversas partes do mundo. Esse tipo de turismo, o de cruzeiros marítimos, é considerado como “turismo de viagem” e não de destino, pois o produto, ou mesmo os serviços, é disponibilizado para consumo durante o deslocamento e não no destino. As opções em terra acabam sendo um adicional entre as muitas opções do transatlântico (PEREIRA; ROBLES, 2010).

A atividade de turismo em transatlântico é pouco estudada no Brasil. Nos EUA e Europa, estudos apontam um crescimento significativo desse segmento desde os anos 1980. Fala-se em “globalização dos mares” no sentido de que os navios e suas empresas ganham conotação internacional e sua filiação não é apenas com os países centrais, mas se fazem com os países periféricos, principalmente aqueles que oferecem possibilidades de contratação de mão de obra qualificada e de baixo custo e isenção de impostos. São os denominados “bandeiras de conveniência”, ou seja, o navio ganha a bandeira do país que oferece menos custos de impostos e mais possibilidades de lucro (WOOD, 2000).

Nessa fase da globalização do setor de cruzeiros houve uma maior internacionalização das propriedades de navios e uma maior concentração de empresas do setor, com uma redução de empresas no jogo (WOOD, 2000).

Nos anos 80 e início dos anos 90, a Cunard adquiriu vários navios noruegueses e o nome Royal Viking, mas, em 1996, a Trafalgar House foi adquirida por uma empresa norueguesa, a Kvaerner ASA. Dois anos mais tarde, a Kvaerner vendeu a Cunard à Carnival Corporation, baseada nos Estados Unidos, que prontamente a fundiu com sua linha de cruzeiros de luxo Seabourn. A Carnival, apesar do fato de ter sua sede na Flórida, está registrada como uma empresa panamenha; sua principal concorrente, a Royal Caribbean, também com sede na Flórida, é formalmente uma empresa liberiana. Estima-se que a Royal Caribbean economiza aproximadamente US\$ 30 milhões por ano em impostos dos EUA por registrar os seus navios na Libéria e na Noruega (WOOD, 2000, tradução livre).

Nesse sentido, reforça-se a necessidade da expansão capitalista do setor de cruzeiros em busca de novas rotas e portos, sem falar no

avanço das vendas para níveis médios de renda e segmentos mais jovens. O incremento de valores ambientais nos roteiros turísticos não é novidade no segmento e vem incorporando novos portos em busca desse atrativo. A “Boca da Valéria” se insere neste contexto.

Wood (2000), em seu estudo sobre o Caribe, aponta que tanto a média de idade quanto a renda média dos passageiros têm diminuído entre os viajantes que escolhem os cruzeiros, aumentando o número de passageiros. O Caribe tornou-se um forte atrativo para os turistas de cruzeiros como também para as grandes empresas de navegação do setor, pois encontraram, de um lado, as características naturais de sol e praia que atraem os turistas das médias e altas latitudes, com rigoroso inverno, para uma região onde as altas temperaturas ocorrem o ano todo. Por outro lado, os países e regiões do Caribe tornaram-se boa opção para negócios num tempo de globalização: mão de obra barata, facilidade de fluxo de capital, entre outros aspectos (WOOD, 2000).

No Brasil, o segmento tem crescido devido, primeiramente, à Lei de Modernização dos Portos, de 1993, que possibilitou a reinstalação e consolidação do cruzeiro marítimo no país, e também à regulamentação da navegação de cabotagem, dada a partir de emenda Constitucional de 1995, que permitiu a presença de empresas estrangeiras no transporte de cabotagem. Por conta disso, é crescente a demanda por cruzeiros em um mercado que tem atingido cada vez mais outras camadas da sociedade interessadas em viajar em transatlânticos. Além disso, o setor tem investido na diversificação das rotas e opções de lazer, como os cruzeiros temáticos: com cantores, óperas e shows.

Cruzeiros pelo rio Amazonas

Hoje trafegam pelo rio Amazonas de 25 a 30 roteiros de navios de cruzeiros no período compreendido entre outubro e maio (tabela 3), período do circuito de transatlânticos, justificado pelo período de inverno nos países do hemisfério Norte.

Quanto aos turistas em Cruzeiros Marítimos no Amazonas, a Amazonatur, em levantamento realizado em 2015, calcula que houve um crescimento médio anual de 3,37% no período de 2003 a 2014, com 227.554 turistas no período. Foram 18 navios de cruzeiros em 2014, com 19.198 passageiros, com uma média de 1.066 passageiros por navio. Nota-se uma recuperação nos anos após o boom da última crise econômica mundial em 2011, 2013, mas que começa a apontar uma queda a partir de 2014 e tende a se manter nos anos seguintes.

Tabela 3 – Navios de Cruzeiros e Passageiros no Amazonas – 2005-2014

ANO	Passageiros	Navios	Média
2005	18.363	34	540
2006	16.098	15	1.073
2007	16.286	23	708
2008	17.655	24	736
2009	15.955	16	997
2010	14.648	19	771
2011	23.946	23	1.041
2012	28.031	28	1.001
2013	25.575	23	1.112
2014	19.198	18	1.066
Total	208.585	242	862

Fonte: Síntese dos Indicadores de turismo do Amazonas 2003-2014 (Amazonastur, 2015).

A preparação para a chegada dos navios de cruzeiros

A excursão em cruzeiros é preparada por agências internacionais sediadas nos EUA e na Europa. São elas que vendem os pacotes de viagem, que podem incluir os roteiros de terra ou não. Os roteiros de terra são preparados pelos agentes de viagem locais ou em consórcio com as agências internacionais, que vendem os roteiros aos passageiros ou os incluem no preço total da viagem.

Necessariamente, não são todos que adquirem o roteiro em terra ou que se aventuram em atividades predefinidas pelas agências. Os passageiros são avisados dos pontos de parada com antecedência e dos serviços disponíveis em terra. No caso específico de Parintins e Boca da Valéria, são distintos em sua forma e conteúdo.

Primeiro, no caso de Parintins, por ser uma sede municipal, urbana, compreendendo uma série de serviços e empresas, o intercâmbio com as agências internacionais é mediado por uma agência ou agente local da empresa que tem o objetivo de organizar a chegada do navio e preparar as atividades de terra, que podem incluir city tour, passeios de barco, shows. Tudo predefinido e cronometrado. Neste contexto é aproveitada a infraestrutura local, como o porto, os serviços públicos, incluído o de segurança.

Conforme a entrevista com os agentes de turismo locais, a recepção é toda organizada por eles:

“A gente participa de congressos em várias partes do mundo; uma reunião do trade no Caribe, eles nos convidaram para participar. A gente participa da feira em Hamburgo, Miami e agora nós vamos para Curaçao; o último foi no Caribe, e lá nós fechamos negócios com as grandes empresas por 2 anos. Nada é fechado por aqui, só nesses encontros”. AG, proprietária de agência de viagem em Parintins.

Os artesãos locais também são contatados, e repassadas as datas do desembarque. São profissionais organizados em associação e estão constantemente produzindo seus trabalhos para atender às festas e eventos durante o ano todo: carnaval, pastorinhas, festival folclórico, turistas de transatlânticos. Alguns têm loja própria e produzem seus trabalhos em ateliês localizados na própria loja ou em sua residência. Aqueles que não têm loja produzem em sua residência e os comercializam em barracas nos dias festivos ou com a presença de turistas. Geralmente essa atividade é familiar, envolvendo um ou mais membros da família. Em momentos de grande demanda é possível contratar terceiros.

A Associação dos Artesãos possui uma estrutura com barracas desmontáveis que possibilita a instalação nas proximidades do porto durante as paradas dos navios.

Cruzeiros na Boca da Valéria

No caso da Boca da Valéria, o contato é feito com os representantes da Comunidade local que se dizem representantes da Associação dos Moradores, artesãos, barqueiros e demais agentes ligados ao turismo. Cabe a eles conclamar a comunidade a preparar o ambiente para o turismo. Como se pode ver, não há participação do Estado. O preparo para a chegada dos navios consiste em fazer a limpeza da área, construir o “porto”, que é local feito de madeira onde as lanchas aportam, preparar as barracas onde serão vendidos os artesanatos, e preparação de suas casas, que podem ser visitadas por tais pessoas. O passeio de canoa tem ganhado importância na oferta de serviço e já é considerado um ponto forte do receptivo.

Sobre a produção do artesanato, este é um ponto a ser descrito. Todos os artesãos entrevistados foram unânimes em afirmar que não são artesãos exclusivamente. São primeiramente pescadores ou agricultores, ou ambos. Durante os demais períodos exercem as diversas atividades conforme a sazonalidade ou a disposição da própria natureza. O período da enchente dos rios da bacia amazônica, na

região, reduz a oferta de peixe, o que desloca aqueles que se dedicam à pescaria para as atividades em terra firme, como caça, coleta e manejo do gado. O manejo do gado é alternado, sendo que durante a cheia o gado é deslocado para a terra firme, e quando as águas baixam e a terra de várzea reaparece, o gado retorna. Neste caso, a mão de obra é assalariada, seja temporária, nas fases de deslocamento, seja permanente, no manejo diário do gado.

A agricultura local se baseia tradicionalmente no cultivo da mandioca e na produção de farinha. Outros cultivos são a banana, abacaxi, milho e melancia, que obedecem ao calendário sazonal do regime dos rios.

Desse modo, o artesão-agricultor-pescador tem-se adaptado às diversas atividades conforme a demanda. Para o artesão, o mês de setembro marca o período de busca, coleta e compra do material para a confecção do artesanato. Havendo disponibilidade, esse período pode ser dilatado para o mês de agosto, quando, por exemplo, há sobra da matéria-prima do ano anterior. Todavia, no mês de setembro os artesãos antecipam a produção do que será vendido durante as paradas dos navios em sua região. A partir daí o trabalho é contínuo, baseado na demanda do turismo. As primeiras vendas estimulam as seguintes.

Turismo em Parintins para além do Festival Folclórico

Como já foi dito, a Organização Mundial de Turismo (OMT) considera o turismo como uma modalidade de deslocamento espacial que envolve a utilização de algum meio de transporte e ao menos um pernoite no destino; esse deslocamento pode ser motivado pelas mais diversas razões, como: lazer, negócio, congressos, tratamentos de saúde e outros motivos, desde que não correspondam a formas de remuneração direta. Assim se estabelece a segmentação do turismo: religioso, de eventos, de aventura, de negócios, de saúde, ecológico etc., lembrando-se de que essa definição da OMT sugere que viagem e turismo sejam a mesma coisa. A título de contabilização dos números, são incluídas todas as pessoas que se deslocam nesses moldes, podendo utilizar-se da infraestrutura local, sem, contudo, se utilizar dos equipamentos turísticos – eis aí o grande problema.

Se por um lado se superestima o fluxo de turistas, por outro há um esquecimento, quando se refere aos deslocamentos de curta distância e que não utilizam meios convencionais e com controle institucional. No caso da Amazônia, é grande o fluxo de pessoas entre

suas médias e pequenas cidades. Os eventos realizados em várias cidades, por exemplo, não entram nas estatísticas oficiais como turismo. Há dificuldade de estabelecer o número exato de turistas que vêm ao Festival Folclórico de Parintins, posto que a maioria, como já foi dito, viaja em barcos regionais, e estes não entram nas estatísticas.

O turismo além do Festival dos Bois

O turismo em Parintins depende hoje basicamente do que acontece no Festival Folclórico. São recursos federais, estaduais e privados que movimentam a economia da cidade e da capital, haja vista que boa parte dos insumos utilizados nos galpões dos bois é comprada em Manaus e em São Paulo. A cidade se refaz a cada festival e, por isso, essa dinâmica impõe aos que querem compreender o turismo uma constante reflexão e redefinição dos conceitos e métodos utilizados para sua análise.

Mas, também, como uma atividade humana, como diz Knafou (2001), está sujeita aos conflitos resultantes dos interesses antagônicos de uma sociedade de classes em um mundo globalizado. Assim, o que se projeta para Parintins e seu festival nem sempre tem suas raízes neste terreno, quiçá, nem mesmo no Brasil. No entanto, é possível pensar para além do festival e caminhar para um turismo com maior envolvimento das comunidades urbanas ou rurais, de modo que após o festival não fique somente a grande montoeira de lixo e de resíduos das grandes estruturas de metal com que são produzidas as alegorias, como um passivo a ser absorvido por todos. Já foi dito que a cultura do boi-bumbá tem a participação da população, que ocorre não só nos três dias da grande festa, mas se dá ao longo do ano e no período de ensaios e festas de rua. Agora cabe pensar o turismo como uma atividade econômica que pode ajudar a melhorar as condições de vida e de renda da maioria da população.

O calendário de eventos de Parintins dá uma ideia das possibilidades criativas das comunidades que podem ser beneficiadas com o turismo. O montante investido no evento superou os R\$3.000.000,00 em 2011, sendo que mais R\$200.000,00 estariam destinados às demais atividades de eventos que acontecem em todo o município durante o ano (PARINTINS, 2011).

Quadro 1 – Calendário de Eventos da SICTUR e orçamento em 2010 – Parintins (AM)

EVENTO	REALIZAÇÃO	DATA	LOCAL	DESCRIÇÃO	VALOR
Festival de Pastorinhas	Prefeitura Municipal	Janeiro	Praça dos Bois	Apresentação dos Grupos de Pastorinhas – concurso e premiação	-
Carnailha	Governo do Estado Prefeitura de Parintins Patrocinadores	Fevereiro/ março	Av. Paraíba	Desfile de Blocos Carnavalescos	R\$800.000,00
Paixão de Cristo	Governo do Estado Prefeitura Municipal Patrocinadores	Abril/Semana Santa	Centro Cultural e Desportivo Amazonino Mendes (Bumbódromo)	Encenação de atores e figurantes Coral de 80 vozes Trilha Sonora	R\$150.000,00
EXPOPIN Exposição Feira Agropecuária	Governo do Estado Prefeitura Municipal Associação de Produtores Patrocinadores	Maió/junho	Parque de Exposições Luiz Lourenço de Souza	Exposição, comercialização, extensão rural, rodeios, show	-
Feira de artesanato	Governo do Estado Prefeitura Associação dos artesãos	Junho – durante o Festival Folclórico	Praça dos Bois	Exposição e venda de artesanatos	R\$10.000,00
Festival de Quadrilhas e Danças	Governo Federal Governo do Estado Prefeitura Municipal Patrocinadores	Uma semana antes do Festival Folclórico, começando na Quarta-feira e terminando no Sábado	Praça dos Bois	Apresentação de Quadrilhas	R\$ 60.000,00
Festival dos Bois Mirins	Governo Federal Governo do Estado Prefeitura Municipal Patrocinadores	Uma semana antes do Festival Folclórico no domingo	Praça dos Bois	Apresentação dos Mirins	R\$ 40.000,00
Festival Folclórico	Governo Federal Governo do Estado Prefeitura Municipal Patrocinadores	No último final de semana do mês de junho	Centro Cultural e Desportivo Amazonino Mendes	Disputa das Agremiações Folclóricas Bois-Bumbás Garantido e Caprichoso	R\$1.500.000,0
Festival do Peixe Liso	Prefeitura de Parintins Patrocinadores		Mocambo Rio Amazonas	Competição de Pesca Concurso de Rainha	-
Festival folclórico do Mocambo	Prefeitura de Parintins Patrocinadores	Julho	Mocambo Mocambódromo	Apresentação de quadrilhas, pássaros e boi-bumbá	-
Festa de Nossa Senhora do Carmo	Governo do Estado Prefeitura Municipal Patrocinadores Diocese de Parintins	Julho	Praça da Catedral	Através do arraial com atrações Shows de calouros e bandas Desfile de bonecas vivas	R\$ 40.000,00
Festival de Verão	Prefeitura Municipal	Setembro	Praia do Itaracuera no Rio Uaicurapá	Shows de bandas musicais Escolha da Rainha	R\$50.000,00

Festival de Verão do Caburi	Prefeitura Municipal	Setembro	Praia do Caburi	Shows de bandas musicais Escolha da Rainha	-
Festival de Toadas	Prefeitura Municipal Patrocinadores	Outubro (Aniversário da cidade – 15)	Praça Digital “Cristo Redentor”	Apresentação de Toadas de Boi-Bumbá – concurso e premiação	R\$150.000,00
Reveillón na Orla	Prefeitura Municipal	Dezembro 31	Orla da Cidade	Fogos de artifícios Três palcos alternativos Shows pirotécnicos	R\$200.000,00

Fonte: Relatório de Atividades da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo (SICTUR), 2011 (Parintins, 2011)



4

A CARTOGRAFIA DO MEIO AMBIENTE E DO TURISMO EM PARINTINS

A Cartografia é uma ciência muito importante na interpretação do espaço. Como tal, está sujeita à criteriosa metodologia para representar a realidade. A realidade ambiental e o fenômeno turístico são dois pontos distintos da realidade que têm em comum a convergência para a análise da paisagem, pois ambos implicam a compreensão de suas dinâmicas. O método cartográfico mais adequado nesse sentido é a cartografia de síntese, pois possibilita o agrupamento dos atributos espaciais e permite a interpretação da realidade vista na paisagem. O município de Parintins tem como base do turismo o seu Festival Folclórico, realizado em junho, mas é preciso ir além do festival e trazer à tona as diversas realidades e possibilidades turísticas, o potencial turístico baseado no conjunto das suas riquezas naturais e culturais, associadas às próprias condições de vida da população local. É nesse sentido que se procurará construir essa possibilidade a partir de um mapa ambiental e turístico para Parintins, apoiado nos ensinamentos de Martinelli e de outros autores consagrados.

A Cartografia e seu uso no turismo e no meio ambiente

A Cartografia vem sendo utilizada há muito tempo como instrumento para a compreensão e apreensão do espaço vivenciado pelas sociedades. A construção de mapas para demonstrar a área de domínio e de poder vem sendo feita desde épocas remotas, perpassando o período das Grandes Navegações e a formação dos Estados até hoje, quando, mais do que nunca, as grandes empresas e corporações capitalistas os utilizam para os mais variados fins.

A Cartografia é concebida como uma ciência que, unindo conhecimentos artísticos, científicos e técnicos, produz mapas. E o mapa nada mais é que a representação gráfica do espaço terrestre, ou seja, o desenho do globo terrestre (esférico) num plano (mapa), sendo, portanto, necessário para que isso aconteça o conhecimento científico e artístico aliado à técnica apropriada.

A Cartografia, enquanto arte, não se reduz a um objeto de decoração, apenas estético. Muito mais que isso, ela trata da sensibilidade em escolher o formato, a cor do desenho, os dados e as informações geográficas para definição dos símbolos, letras etc. Ao mesmo tempo, ao nível da ciência, deve-se voltar ao ato de pensar sua produção final, e para tanto se utiliza dos conhecimentos pré-existentes da Matemática, Astronomia, Semiologia gráfica, sem descartar a análise crítica do que está produzindo, seu destino e objetivo.

Os gregos foram os primeiros a se preocupar com o uso adequado dos mapas, principalmente porque dependiam dos mesmos para suas incursões marítimas e militares.

Erastóstenes de Alexandria (275-194 a.C.), filósofo, matemático e astrônomo, foi um dos primeiros a calcular a circunferência da Terra, obtendo uma precisão significativa, considerando-se os recursos da época. A partir dessa experiência, Hiparco de Niceia (190-125 a.C.) fez a divisão da circunferência da Terra em 360°, além de calcular paralelos e meridianos equidistantes sobre esse globo (JOLY, 2008).

O mais conhecido desenho do globo terrestre, do período, foi o de Ptolomeu (85-165 d.C.), baseado nos conhecimentos de seus predecessores e aprofundando os estudos sobre a esfericidade da Terra, colocando-a no centro do Universo. O seu *Atlas* está contido na sua obra *Almagesto* (A Grande Síntese Matemática).

Durante a Idade Média, a Cartografia, assim como os demais conhecimentos já adquiridos pela humanidade, é adaptada para atender aos interesses da Igreja Católica, transformando-se em uma representação simbólica de cunho religioso. Segundo Joly (2008), nesse período foram criados os mapas TO, “T dentro do O”, que mostravam a terra circular, dividida em três partes e tendo a cidade de Jerusalém no seu centro.

A partir do século XII, com o incremento das rotas mercantis e do comércio marítimo, foram introduzidos novos aparelhos que facilitavam a navegação, como a bússola e o astrolábio, possibilitando a retomada da construção de mapas mais precisos destinados para estes fins.

Já no século XV, a difusão dos conhecimentos de navegação pela *Escola de Sagres*⁸, em Portugal, possibilitou a melhoria dos

⁸ É possível que a Escola de Sagres nunca tenha existido de fato, chegando alguns a considerarem como uma linha de pensamento difundido por diversos centros ou escolas de navegação da época. Todavia, “A existência ou não da Escola de Sagres já foi amplamente debatida no panorama historiográfico português. Porém, desde o princípio do século XX que a ideia de uma escola náutica fundada pelo Infante D. Henrique, onde se agrupariam os mais variados sábios, de várias partes da Europa, com objectivo de obter uma vasta informação sobre determinadas áreas científicas como a geografia, a astronomia ou a cartografia, se encontra ultrapassada. Esta ideia

sistemas de navegação e de construção de embarcações, que levaram posteriormente os países ibéricos a alcançar rotas mais longas e perigosas, culminando com a Era dos Descobrimentos.

Conforme Martinelli (2003c), os mapas, desde seus primórdios, tiveram sempre a finalidade direcionada à sua praticidade, ligada à manutenção de um poder ou de sua dominação. “Sempre registraram o que mais interessava a uma minoria, fato este que acabou estimulando o incessante aperfeiçoamento deles” (p. 8). Representam um saber socialmente construído no tempo e no espaço, têm um conteúdo histórico, marcado por intencionalidades. Conforme já foi afirmado por diversos autores (LACOSTE, 1997; MARTINELLI, 2006; JOLY, 2008), a produção de um mapa “não é neutra”, e sim ligada à realidade social de seu tempo.

De documento secreto, nos séculos XV e XVI, os mapas são utilizados hoje por uma gama diversa de usuários, com objetivos distintos. Desde um aluno do ensino básico, para suas aulas de Geografia, aos grandes estados para estabelecer metas de controle e planejamento do seu território. O mapa se tornou objeto de uso comum num mundo globalizado, em que a difusão de informações e conhecimento se espalha de forma mais ampla com a ajuda das novas tecnologias, aqui se referindo principalmente ao uso de computadores e à Internet, em graus diferentes de utilização, é claro, considerando o nível de renda e de desenvolvimento científico e tecnológico de cada lugar e de seus habitantes.

A Revolução Industrial e o crescimento das relações capitalistas entre os impérios e suas colônias marcam o crescente interesse pelos mapas, e com isso a necessidade de seu aperfeiçoamento. Eram necessários mapas cada vez mais precisos e que acompanhassem um mundo em expansão. É nesse sentido que Martinelli acentua que:

é sobretudo uma lenda que carece de provas evidentes, devida principalmente a escritores e historiadores ingleses que procuraram promover a figura e a acção do Infante de Sagres. (...) Para a historiografia actual (...), a Escola de Sagres, mais do que uma instituição académica, transformou-se sobretudo num símbolo, símbolo do infante D. Henrique e de todas as actividades relacionadas com as navegações portuguesas do seu tempo. Símbolo da progressão das técnicas de navegação adquiridas empiricamente pelos navegadores que enfrentaram o Atlântico no século XV, e que criaram as bases da navegação astronómica, tal como veio a ser praticada nos séculos subsequentes – no que é aliás uma das consequências mais importantes dos Descobrimentos” (Centro Virtual Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, Ministério dos Negócios Estrangeiros/Portugal. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/navegaport/g19.html>>).

A busca crescente de mapas para registrar o mundo inteiro, bem como a procura de novos tipos de representações para questões específicas forçaram a entrada da cartografia na manufatura, passo decisivo para a integração no processo capitalista de produção. Os mapas confirmaram-se como armas do imperialismo, promovendo a política colonial (MARTINELLI, 2003c, p. 9).

Para atender à demanda dos interesses imperiais e capitalistas, a Cartografia deixa de produzir mapas especificamente topográficos para produzir mapas mais específicos e detalhados. Nesse sentido, a Cartografia Temática surge como um aperfeiçoamento da Cartografia Topográfica, destinada a mapear os recursos naturais e a mão de obra do mundo conhecido, dentro da perspectiva da divisão internacional do trabalho.

É Martinelli (2003) quem enfatiza que essa nova situação de demanda por mapas marca a passagem da Cartografia Topográfica, caracterizada por representar “propriedades apenas vistas”, para uma Cartografia Temática, que salienta propriedades “conhecidas dos objetos”. Segundo Joly (2008, p. 73), ao longo dos séculos XVIII e XIX foram feitos os mais variados mapas temáticos:

(...) mapas da declinação magnética para os navegantes, mapas de rotas e posições militares, mapas das florestas e mapas das águas, mapas das reservas de caças, mapas geológicos, administrativos, políticos, demográficos, agrícolas, industriais etc.

A Cartografia Temática

Um dos maiores difusores das técnicas da Cartografia Temática na Geografia é o professor Marcello Martinelli, da Universidade de São Paulo (USP). Muitos de seus trabalhos procuram propiciar ao educando a possibilidade de aprender Cartografia Temática de forma crítica. Sua base metodológica se propõe a fazer o interessado compreender os mapas a partir de um raciocínio lógico da informação neles contida. Nesse sentido, salienta a importância de conhecer a linguagem da comunicação visual, valorizando assim todo o conteúdo de um mapa: o título, a legenda, a escala geográfica e de análise. Para isso, valoriza o

caráter monossêmico (um só significado) da produção gráfica: aspectos físicos e sociais do espaço geográfico ou mesmo as relações que se travam da natureza com a sociedade (representada na sua cultura e nas relações sociais).

O professor Martinelli (2003) destaca a fase atual do desenvolvimento da sociedade mundial e o uso da Cartografia Temática e sua disseminação:

Atualmente, a Cartografia como um todo entra na era da informática. Com o auxílio de satélites e computadores, a Cartografia Temática torna-se um verdadeiro Sistema de Informações Geográficas, visando à coleta, armazenamento, recuperação, análise e apresentação de informações sobre os lugares, ao longo do tempo, além de proporcionar simulações de eventos e situações complexas da realidade, tendo em vista a tomada de decisões deliberadas (2003c, p. 10).

Assim, a Cartografia torna-se mais complexa, e o uso de tecnologias para a produção de mapas não dispensa a necessidade de conhecimento e aprofundamento da lógica de sua produção, uma linguagem que se utiliza de dados, variáveis e atributos para, ao final, apresentar informações que facilitam a compreensão do espaço geográfico. Martinelli, apoiado em autores como Taylor (1991), lembra que, quanto à produção de mapas temáticos, “não basta que os mapas respondam apenas à pergunta ‘Onde?’. Hoje eles precisam responder também a outras questões como: ‘Por quê?’, ‘Quando?’, ‘Por quem?’, ‘Para que finalidade?’ e ‘Para quem?’” (MARTINELLI, 2003b, p. 16).

Dessa forma, a Cartografia Temática não pode se deter apenas na produção do mapa em si, mas torna-se imperiosa a especificação do evento no tempo e no espaço, sabendo-se que a produção de um mapa não é aleatória, ela tem um objetivo, ou seja, implica uma visão de mundo, política, econômica e social.

Segundo Martinelli (1999), desde o fim do século XVI começam a aparecer mapas com temas mais específicos; no entanto, a consolidação desse ramo da ciência só acontecerá no fim do século XVIII,

(...) com a sistematização dos vários ramos de estudos consolidados a partir de uma divisão do trabalho científico. Passamos a assistir a um paulatino acréscimo de tematismos

à cartografia topográfica eminentemente analógica tomada como base. Essa nova renovação vai se desenvolvendo de forma a romper os liames com o mundo visível, buscando a exploração da variação perceptiva em terceira dimensão visual dissociada do espaço bidimensional intrínseco ao mapa como figura do terreno (MARTINELLI, 1999, p. 227).

Esse período marca a sistematização das várias ciências, ou da Ciência em vários ramos, inclusive a Geografia. A Cartografia sempre esteve associada diretamente ao conhecimento geográfico e a Geografia como ciência. Todavia, os primeiros mapas temáticos foram de Geologia, dada a importância que essa ciência recebeu como instrumento de reconhecimento das riquezas minerais em várias partes do mundo globalizado.

Lacoste (1988) lembra que foi exatamente a partir do século XIX que essa “tarefa essencial” da Geografia, que é representar a Terra em mapas, será dela separada com o nome de Cartografia. Aliás, esse termo substituiu o de *cosmografia* antes empregado (OLIVEIRA, 1987). A produção de cartas cada vez mais especializadas e específicas parece ganhar importância ainda maior para os grandes Estados. Segundo Lacoste:

É nessa época, com efeito que, em Estados cada vez mais numerosos, e por razões econômicas e militares, desenvolve-se maciçamente a produção de cartas precisas, em grande escala, o que exige um grande número de especialistas. É também nessa época que os pesquisadores das diversas ciências naturais e sociais começam a estabelecer cartas especializadas, geológicas, botânicas, climáticas, demográficas, etc. Mas é também nessa época que se desenvolve, por razões ideológicas, o ensino de certos elementos de geografia, na escola primária, nos diferentes níveis do ensino secundário e na Universidade. As representações cartográficas do período, que eram basicamente de cunho qualitativo e ordenadas, graças ao desenvolvimento do tratamento estatístico de dados passaram gradualmente a ser de expressão quantitativa, substituindo o uso de tabelas de dados (1988, p. 3).

Por conta disso, Martinelli (2003b) afirma que, já no final do século XIX,

a cartografia temática já munida de um consistente leque de métodos de representação extravasa uma restrita aplicação científica e técnica para tornar-se progressivamente um meio de educação e de informação geral. Ela passa a ser utilizada nos atlas geográficos, nos livros texto de geografia, e até mesmo na imprensa, engendrando uma verdadeira revolução cartográfica.

Ao longo do século XX a Cartografia Temática foi desenvolvendo-se e assumindo papel importante no entendimento dos territórios, seu potencial econômico, econômico e ambiental e suas qualidades socioambientais.

Segundo Queiroz (2007), foi entre as décadas de 60 e 70 que começou a surgir uma nova corrente do pensamento denominada “comunicação cartográfica”. Segundo a autora, diversas teorias, com diferentes eixos de pesquisa, foram sendo desenvolvidas e vários trabalhos foram apresentados no sentido de buscar uma sistematização no estudo do processo de Comunicação Cartográfica.

Baseado em Ratajski (1978), Queiroz (2007) identifica algumas tendências que influenciaram a produção de mapas com base científica, com destaque para a Teoria da Comunicação, a Teoria da Modelização, a Metaciência, a Teoria da Cognição e a Semiologia.

A Teoria da Informação é uma teoria matemática e destina-se a solucionar o problema da comunicação de sinais por um esquema simples de relações: emissor-mensagem-receptor, assim como dos elementos que atuam nesse processo (ruídos, redundância, variedade ou quantidade de informação). Essa teoria influenciou a produção cartográfica ao ponto de criar nova corrente de pesquisa denominada Comunicação Cartográfica, para a qual o processo de comunicação se origina, é comunicada e produz seu efeito.

A Teoria da Modelização foi primeiro apresentada por Board (1967), que propõe os mapas como modelos que representam o conteúdo essencial da realidade. Posteriormente essa teoria ganha mais espaço com o uso da tecnologia do SIG na produção de mapas.

A preocupação da Metaciência na Cartografia estava ligada ao aprofundamento das bases teóricas da ciência, essência e métodos da Cartografia, não tendo recebido muita atenção dos estudiosos da área.

Já os trabalhos de Bertin sobre a Semiologia Gráfica aplicada à Cartografia ganharam muita repercussão. Este sistematizou a linguagem gráfica como um sistema de símbolos com significado e significante. Na Cartografia esse trabalho estabelece que os mapas constituem a parte racional do mundo das imagens. Para Bertin (1972, 1977), a Cartografia, como linguagem universal, não convencional, é, por excelência, monossêmica.

Explica Martinelli (2003c), com base em vários autores como Bertin (1975), Gimeno (1980), Martinelli (1998, 1990), entre outros, que cabe essencialmente à Representação Gráfica transcrever as três relações fundamentais:

[...] de diversidade, de ordem e de proporcionalidade, que podem ser estabelecidas entre objetos por relações visuais de mesma natureza. A transcrição gráfica será universal, sem ambiguidades.

Assim, a diversidade será transcrita por uma diversidade visual, a ordem, por uma ordem visual, e a proporcionalidade, por uma proporcionalidade visual. Saber coordenar tais orientações significa dominar a sintaxe dessa linguagem (MARTINELLI, 2003c, p. 14).

A Teoria Cognitiva, por sua vez, foi desenvolvida a partir da Psicologia, trazendo conhecimentos importantes para a Cartografia, não só para o ato de conceber o mapa, o que requer uma compreensão cognitiva direcionada para aquele a que se destina, como do usuário receptor, que terá uma importante ferramenta para interpretar a realizada vivida. Evidencia-se, assim, o caráter cognitivo tanto do cartógrafo quanto do propenso leitor/usuário (QUEIROZ, 2007, p. 141).

Vários autores desenvolveram trabalhos sobre o processo cognitivo da produção e do entendimento dos mapas (PETCHENIK, 1977, 1985; OLSON, 1979; LOYD, 1988, 2000; MONTELLO, 2002, entre outros). No Brasil, os trabalhos de Lívia de Oliveira (1978) são pioneiros sobre o ensino da Cartografia para crianças, com fundamentação piagetiana. Depois, o trabalho de Simielli (1993) se notabilizou por sistematizar um conjunto de conceitos relacionados à alfabetização cartográfica, o qual organiza um esquema de representação do espaço geográfico, fundamentado no desenvolvimento cognitivo (QUEIROZ, 2007, p. 141-142). Outros autores trabalham nessa perspectiva, principalmente a partir do avanço das novas tecnologias da educação e da informática.

A Cartografia, de modo geral, é tratada e concebida nos dias de hoje, dentro do que se convencionou chamar Era da Informação. Nesses novos tempos, o uso de computadores e softwares de Sistemas de Informação Geográfica (SIG ou GIS, em inglês: *Geographical Information System*) são muito comuns e amplamente utilizados nos cursos de Geografia e Engenharia Cartográfica. O uso dos SIGs leva a uma agilidade na produção de mapas, principalmente aqueles com finalidade temática. Autores como Martinelli, contudo, têm alertado para o abuso no uso da informática e dos softwares, no sentido de que a grande produção de mapas não significa, necessariamente, qualidade, isto porque a maioria não atenta para a preocupação com processos da lógica da informação, por exemplo. O destinatário final, o usuário, não consegue “ler” o mapa, muito menos “compreender” o mapa, na concepção defendida por Martinelli (2003).

Nesse contexto, isso nos leva à discussão e a um debate sobre o tema da visualização cartográfica, discutido por Taylor (1994). Para o autor, esse é um conceito central, unido à interação e à animação, afetando diretamente a cartografia em três aspectos principais, que são as técnicas de produção cartográfica (com novas técnicas computacionais e de multimídia), a comunicação e a cognição/análise (QUEIROZ, 2007).

Para Taylor (1992, p.16), a “visualização é um instrumento científico, mas demanda habilidades, imaginação e intuição na sua aplicação”.

Figura 16 – Bases conceituais da Cartografia



Fontes: Baseado em Taylor (1992)

Para o autor, se a Cartografia tem de progredir, todos os três lados do triângulo também devem. Para ele, as novas tecnologias

são de grande importância para a Cartografia, mas não podem ser excluídas a cognição e a comunicação.

Taylor finaliza sua discussão com uma afirmação importante:

Com uma base conceitual revitalizada, a Cartografia, evidentemente, tem um futuro promissor. Em alguns aspectos, nós demos uma volta completa. A cartografia moderna cada vez mais se encontrará na interface de arte e ciência, e ambas, criatividade e imaginação, serão exigidas para complementar as técnicas científicas de sofisticação crescente. Ao mesmo tempo, a disciplina cada vez mais se destacará pelo reconhecimento das consequências sociais e culturais dos mapeamentos, e pela necessidade de se examinar mais cuidadosamente todo um conjunto de questões relacionado à Cartografia no seu contexto social, tanto dentro como entre sociedades diferentes (TAYLOR, 1992, p. 18).

Nota-se uma clara divergência teórica das pesquisas em Cartografia baseadas nas concepções acima aludidas. Vista desta forma, parece haver uma oposição entre esses autores e suas teorias no entendimento do processo de comunicação cartográfica. Bertin, por exemplo, diverge dos adeptos da Teoria da Informação, ao formular uma linguagem gráfica que não é regida pela arbitrariedade, nem pela linearidade, como propõe o esquema básico de transmissão da informação (emissor-código-receptor) para a informação cartográfica. Contudo, todas elas têm alguns fatores em comum, como a presença da realidade, o criador dos mapas, o usuário dos mapas e a imagem da realidade, que de uma forma ou de outra, de maneira muito teórica ou prática, têm colaborado para o desenvolvimento da Cartografia Temática (QUEIROZ, 2007).

Martinelli é um dos grandes divulgadores da Teoria da Representação Gráfica. Defende que a produção cartográfica, nessa concepção, deve ser uma linguagem destinada à vista, mais importante que para a leitura. Como linguagem, é um sistema de signos para a comunicação social, porém com um único significado (monossêmico).

A tarefa essencial da Representação Gráfica é transcrever as três relações fundamentais entre objetos (no caso dos mapas são os lugares) por relações visuais de mesma natureza. A

transcrição será universal, sem ambiguidades, como nas equações matemáticas (MARTINELLI, 1994, p. 64).

Rumo a uma Cartografia do Meio Ambiente e do Turismo

A proposição aqui exposta é a de se traçar uma imagem da realidade do município de Parintins a partir da Cartografia, tendo como ideia inicial fazer uma exposição das diversas características físicas, ambientais e socioeconômicas do referido município para depois realizar uma cartografia de síntese, baseada na proposta defendida por Martinelli (2003a, 2003b, 1996, 1994) e Queiroz Filho e Martinelli (2007).

Um dos primeiros problemas enfrentados está na questão da escala. A escala remete a uma relação espacial de grandeza entre o real e o desenho (mapa), e a escala cartográfica representa essa relação proporcional e representa o número de vezes que o espaço foi reduzido no mapa.

O outro sentido de escala se refere à qualidade das informações contidas ou à capacidade que tem o mapa de mostrar a realidade que se quer vislumbrar. Esta escala denomina-se escala de análise ou geográfica.

Para alguns autores, a Geografia tem-se utilizado da escala geográfica, pois esta é uma escala atrelada ao tempo, que valoriza o processo e não a coisa estática, o fenômeno (MACÊDO, 2009).

Nessa perspectiva, a delimitação da área de estudo está bem definida como sendo o município de Parintins. Todavia, na metodologia aqui empregada não se pode perder a noção de que o referido espaço está inserido dentro de um contexto regional, nacional e mesmo mundial.

Em uma discussão durante um Congresso de Cartografia, Zacarias et al. (2009) apontam para a importância de definir a escala de análise geográfica. Para eles, os fenômenos geográficos ocorrem em diversas escalas, mas sua percepção depende da escala em que se trabalha. Essa escala dos fenômenos que se dão no espaço é geográfica, apesar de sua representação ser feita por meio da Cartografia. A compreensão geográfica do fenômeno leva em consideração uma escala espacial, que é a extensão onde o fato ocorreu, como também uma escala temporal, relacionada ao tempo de ocorrência de um fenômeno e ao tempo de resposta que os organismos dão em face deste.

O mapa proposto é um mapa ambiental, por se tratar da representação de uma região reconhecida pela sua grande

biodiversidade, a Amazônia. Um mapa ambiental é mais bem representado em um mapa de síntese. Segundo Martinelli:

A cartografia de síntese concebe mapas ditos de síntese. Eles não trazem mais elementos em sobreposição ou em justaposição como nos mapas analíticos, mas sim a fusão deles em ‘tipos’ – unidades taxonômicas. Estas agrupam lugares caracterizados por agrupamentos de atributos ou variáveis (2003, p. 131).

A região Amazônica, devido a sua extensão, é composta por um intrincado mosaico de ambientes, definido não só pela heterogeneidade dos seus ecossistemas como também pelo processo de ocupação e desenvolvimento. O espaço amazônico pode ser visto como um espaço segmentado e organizado de acordo com usos e processos de ocupação, assumindo, assim, diferentes identidades socioeconômicas e institucionais. É preciso compreender que essa forma de ver a Amazônia é importante nos processos de tomada de decisões no planejamento regional, evitando generalizações e considerando as especificidades locais de cada região.

O objetivo a seguir é mostrar em mapas as características físicas e ambientais do município de Parintins. Os mapas temáticos darão suporte para propor, ao final, um mapa síntese apresentando uma divisão ambiental e turística do município.

Foram utilizadas bases cartográficas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), da Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais (CPRM, 2010), que elaborou um importante documento denominado Biodiversidade do estado do Amazonas com seus resultados e mapas disponíveis em CD, e do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM). Os dados foram trabalhados em um software livre de Sistema de Informação Geográfica (GIS, sigla em inglês), o Quantum Gis, versão 2.7.

Mapa da bacia hidrográfica em Parintins

A grande bacia amazônica já foi bastante estudada e caracterizada (IBGE, 1991; SIOLI, 1985; SALATI, 1983; AB’SABER, 2004, 2008; SOARES, 1991). Ao analisar a expressão continental da Bacia Amazônica, Soares (1991) a classifica como a mais densa e rica rede de drenagem conhecida e que, por conta disso, a região amazônica possui o maior sistema fluvial da Terra, recolhendo grande

parte da precipitação pluvial do globo: “os rios da Bacia Amazônica são permanentemente caudalosos; escoando cerca de um quinto do volume de água doce de todo o planeta, o rio Amazonas é a artéria fluvial de maior vazão já medida, carregando 15% a 20% da água que todos os rios do mundo conduzem aos oceanos” (SOARES, 1991, p. 81).

Posteriormente, a expedição científica coordenada pelo Instituto de Pesquisa Espaciais (INPE) estabeleceu a nascente do rio Amazonas localizada no rio Apurimac, que nasce no Peru, entre os montes Mismi (5.699 m) e Kcahuich (5.577 m), situado ao sul da cidade de Cuzco e próximo do lago Titicaca. Com essa definição do local da nascente do rio Amazonas, segundo Carvalho (2006), sua extensão até a foz foi medida em 7.100 km, passando a ser o maior rio do mundo, não só em volume, mas também em extensão. Em outro documento, da National Geographic Society (2000), a discussão de mais de 60 anos foi superada após a revelação de que o rio Amazonas mede 7.025 km, pelo menos 500 a mais que o Nilo (CUNHA; PASCOALOTO, 2006).

No sítio do INPE a extensão definida é um pouco menor:

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) concluiu as medições com imagens de satélites que indicam o Amazonas como o maior rio do mundo. Segundo a metodologia do trabalho coordenado por Paulo Roberto Martini, da Divisão de Sensoriamento Remoto do INPE, o Amazonas tem 6.992,06 quilômetros de extensão enquanto o Nilo atinge 6.852,15 quilômetros (INPE, 2008).

A extensa bacia amazônica ocupa uma vasta área da América do Sul. São mais de 6,5 milhões de km² de área. Nela estão encaixadas grandes bacias sedimentares do Paleozoico e do Mesozoico com reduzida ação tectônica atual, sendo poucas as manifestações tectônicas desde o Siluriano, tendo sido estabelecido seu equilíbrio por manifestações epirogenéticas e deformações locais por falhamentos de gravidades e abaulamentos. Compreende geograficamente quatro grandes unidades geotectônicas: a Bacia Sedimentar Amazônica; a Cadeia Andina; e os Escudos Cristalinos das Guianas e do Brasil Central (SOARES, 1991).

Ab’Saber (2004) identifica em seu interior um dos grandes domínios morfoclimáticos brasileiros, o *domínio morfoclimático amazônico*, caracterizado por “terras baixas equatoriais florestadas, ou o domínio brasileiro dos ‘tabuleiros’ equatoriais florestados” (p. 31).

O rio Amazonas é o seu rio principal e coletor, caracterizado por Soares como

do tipo sinéclise, evoluída a partir de outra do tipo rift (aulacógeno), produzida em terrenos arqueanos e proterozoicos, que acolheu espessa sequência de sedimentos paleozoicos, mesozoicos e cenozoicos; cavando desde o início o seu leito da imensa bacia detrítica suavemente inclinada para leste (SOARES, 1991, p. 73).

O rio Amazonas “possui uma drenagem nitidamente do tipo exorréico” (SOARES, 1991, p. 82), que viria a se transformar, no decorrer do Quaternário, segundo Ab’Saber, em “um grande rio conseqüente-mestre” (2004, p. 33).

O rio Amazonas foi encaixado em antigos terraços, provavelmente do Pleistoceno, depois do último abaixamento do nível oceânico (SOARES, p. 75). A presença de “vales afogados” ou “rias fluviais” merece importante destaque nessa análise, pois a presença deste é marcante na região e característico de rios de água preta. Foi provocado pelo processo de encaixe do rio Amazonas e de toda a bacia após o último período glacioeustático quaternário. Essas rias fluviais são decorrentes do aprofundamento dos leitos de alguns rios durante a regressão marinha. Todavia, após o estabelecimento do atual nível do mar e seu equilíbrio, os rios tiveram seus vales finais enchidos pelas águas represadas pelo rio principal, além de seus sedimentos colmatarem boa parte de suas bocas, que são responsáveis pela construção das várzeas amazônicas (SOARES, 1991, p. 75-76). A desproporção entre suas larguras na desembocadura, bastante extensa, chegando a quilômetros, e dos cursos de água do qual derivam a jusante, é uma das mais notórias características.

Carvalho explica o processo que dá origem às rias fluviais e das várzeas na Amazônia:

Nos períodos interglaciais o processo é inverso. A elevação da temperatura da Terra provoca derretimento do gelo retido sobre os continentes, lagos e mares glaciados, fazendo aumentar o nível das águas dos oceanos e mares. Ao elevar seu nível de água, os oceanos e mares afogam as bacias exorréicas que apresentam baixa declividade em seu curso inferior, fazendo com

à grande quantidade de sedimentos que transportam. Sioli (1984) caracteriza os rios de *águas brancas* como sendo os

rios de águas turvas, coloração em vários matizes de ocre, ricos em material particulado em suspensão, com quantidade de eletrólitos relativamente alta, pH variando de 6,2 a 7,2, tendo sua origem principalmente nas montanhas Andinas. Predominantemente, são os grandes rios de origem Andina e Sub-Andina. Os exemplos mais notáveis desses rios são o Solimões-Amazonas, Purus, Juruá e o Madeira. No entanto, alguns igarapés (pequenos rios) que drenam áreas carboníferas durante a estação chuvosa, podem apresentar este tipo de água (SIOLI, 1984).

Os rios de *águas claras*, por sua vez, são caracterizados pela transparência e cor esverdeada das suas águas. A origem desses rios provém dos antiquíssimos maciços do Brasil Central, os quais, em virtude do relevo mais regular, não possuem alta capacidade de erosão, embora a região não seja coberta por densa floresta protetora, mas pela vegetação aberta do cerrado. Como estas regiões estão submetidas às estações secas e chuvosas bem marcadas, esses rios só transportam quantidades maiores de material em suspensão no período das chuvas; já na longa e profunda estiagem, especialmente no Brasil Central, tais rios apresentam clareza cristalina e coloração verde-clara (SIOLI, 1984 apud CARVALHO, 2006, p. 31).

Cunha e Pascoaloto (2006), em trabalho sobre a hidroquímica dos rios da região, caracterizam os rios de águas claras como

rios de águas transparentes em vários matizes de verde, devido, em parte, às algas do tipo Cyanophyta, provenientes de terrenos pré-cambrianos; drenam rochas cristalinas dos escudos das Guianas e do Brasil Central. São caracterizados por uma litologia heterogênea, com pouca quantidade de material em suspensão, composição química e pH variável em função do substrato geológico (4,5 a > 7,0), sendo, contudo, mais pobres que os rios de água-branca. Esta categoria é representada pelos rios Tapajós, Trombetas, Xingu e o rio Curuá-Una. Além destes grandes rios, pequenos

rios (igarapés) podem apresentar este tipo de água, predominantemente nas florestas de terra firme e nos campos (p. 27).

A classificação dada aos rios de *águas pretas* se caracteriza pela presença de rios de cor marrom-oliva até marrom-café, devido a substâncias húmicas e fúlvicas dissolvidas, estas decorrentes da vegetação e dos solos arenosos de suas margens. São bastante ácidas (pH 3,8 a 4,9) e bastante empobrecidas em eletrólitos. O maior exemplo desse tipo é o rio Negro. “Sua origem geológica está relacionada a sedimentos terciários e do Pleistoceno (KLINGE, 1967); basicamente a maioria dos igarapés que drenam a terra-firme da Amazônia é de águas-pretas” (CUNHA; PASCOALOTO, 2006, p. 28).

Vários autores divergem dessa classificação por a considerarem simplista, propondo outras variáveis. Todavia, o próprio Sioli explica a profundidade dessa discussão. Para ele, a resposta se revela na medida em que se remonta às nascentes dos rios (SIOLI, 1985). Segundo Carvalho (2006), a tipologia dos rios amazônicos decorre da interação de diversos fatores, como formação vegetal, formação geológica, tipos de solos, entre outros. Para este, apesar da classificação de Sioli ter tido um reconhecimento acadêmico, adverte para o fato de que existem outras especificidades nos rios da região que necessitam de maior aprofundamento, reconhece que a cor das águas não é o único critério existente para caracterizar os tipos de rios, pois há outras propriedades específicas de cada rio, que são igualmente notáveis entre os tipos de rios, como, por exemplo, a morfologia dos leitos.

Até chegar ao tronco principal de uma bacia de drenagem, a água precipitada escoar sobre diversas superfícies, com diferentes tipos de solos, de rochas, de vegetação e percolam subterraneamente e chegam ao rio trazendo as características químicas e físicas por onde passa. Assim, dependendo da área de drenagem do rio, vários fatores podem influenciar e determinar a qualidade da água. Neste sentido, os diferentes tipos rios da bacia amazônica são condicionados pelas formações geológicas, tipos de solos, cobertura vegetal e pela hidrodinâmica do rio. A resultante desse processo se expressa por meio dos rios de água preta, rios de água clara e rios de água branca (CARVALHO, 2006, p. 32).

Observando o mapa 4, podemos perceber que o município de Parintins é cortado pelo rio Amazonas, que o divide basicamente em parte norte e parte sul. Nas áreas de influência do grande rio, paranás e lagos nas planícies de inundação são de águas brancas.

A presença dos rios de água preta é mais significativa ao sul, basicamente o rio Uaicurapá e seus afluentes, como o Tracajá e o Mamuru, que têm suas nascentes nos interflúvios dos planaltos rebaixados da Amazônia (Médio Amazonas), lado sul da sinéclise do rio Amazonas (BRASIL, 1976, p. 148), e ainda rios menores como o Zé Açú e o da Valéria. Ao norte destacam-se os rios Caburi e Mocambo. Esses rios estão assentados em terras altas do platô da formação Alter do Chão, em solos do tipo latossolos.

Os rios de *águas claras* não são encontrados nessa parte da Amazônia.

No tocante ao turismo na região, a cor dos rios faz uma grande diferença. Interessa ao turismo o encontro de águas pretas e brancas, como o dos rios Negro e Amazonas; os rios piscosos para a prática da pesca esportiva são, geralmente, de cor branca, todavia, as áreas de pesca esportiva conhecidas, como a de Barcelos, são em águas pretas. É perceptível a influência que a cor da água causa ao observador-turista, que tudo registra com sua máquina fotográfica ou mesmo na memória.

Mapa da Geomorfologia

A geomorfologia da região amazônica é identificada genericamente por Ab'Saber como “um grande anfiteatro” formado por terras baixas e cercado por formações planálticas ao norte e ao sul (2004).

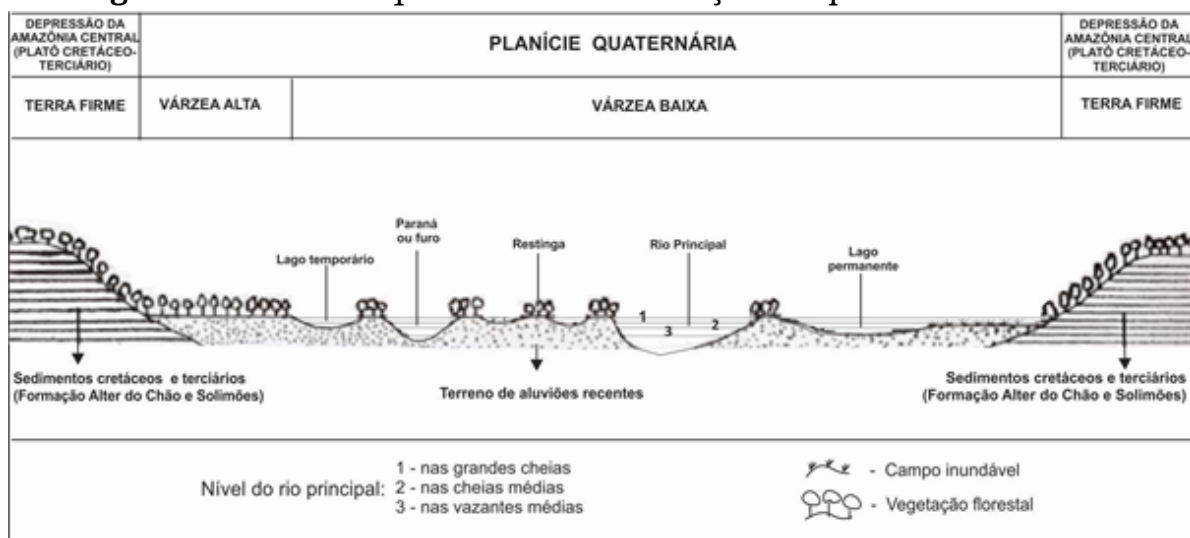
No centro da bacia está encaixado o rio Amazonas, cercado por terras baixas e médias. Para Ross (2005), esta é a planície do rio Amazonas. Para este autor, em visão diferente da de seus antecessores, a região comporta uma parcela significativa de depressões marginais, ficando a planície restrita a uma faixa que acompanha as margens do rio Amazonas e de alguns de seus afluentes; em contato com os terrenos do planalto da Amazônia Oriental, a leste, e da depressão da Amazônia Ocidental, a oeste; sua área mais ampla situa-se na ilha de Marajó (ROSS, 2005).

Sua superfície está coberta por uma mata densa e por áreas alagadas. Nesses trechos inundados, desenvolve-se a mata de igapó e a mata de várzea. Diferentemente das matas de várzea, que ocorrem nas planícies de inundação de águas brancas, as de igapó ocorrem nas terras baixas dos platôs sujeitas a inundações de águas pretas. Essas áreas são consideradas como áreas de proteção permanente (APPs).

A referida planície sofre o processo de alagamento durante a cheia do grande rio: são as várzeas amazônicas. São formações quaternárias resultantes de deposições sedimentares de diferentes idades, a parte superior do terreno abriga as deposições mais recentes. Por conta disso, são encontrados os solos aluviais, gleissolos, argiloso e argilo-arenosos holocênicos (SOUZA, 1991, p. 130-131). Alguns terrenos são mais altos e, por conta disso, nem sempre sofrem o processo de alagamento, exceto quando a cheia é muito grande. Soares (1991) define essas áreas como *restingas*, também conhecidas regionalmente como *tesos* (figura 17).

As terras altas, também denominadas terras firmes, constituem-se de terras de origem pediplanada, dissecadas, dos períodos Cretáceo e Terciário, denominadas como formação *Alter do Chão* (leste) e *Solimões* (mais a oeste). O solo característico dessas formações é o *latossolo*, solo ferruginoso, profundo, pouco fértil e pouco resistente ao intemperismo (SOUZA, 1991, p. 123).

Figura 17 – Perfil esquemático das formações da planície amazônica

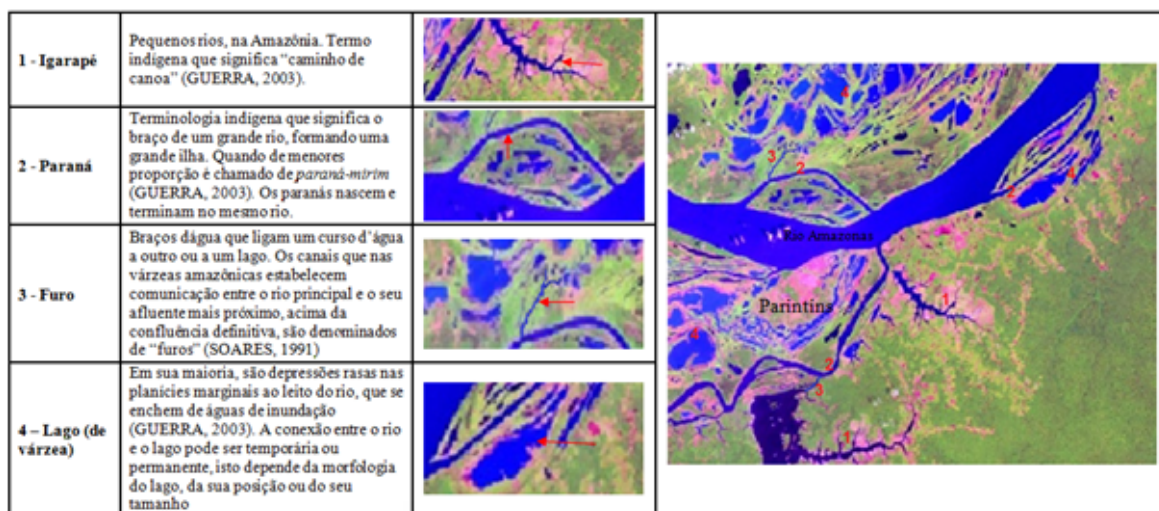


Fontes: Baseado em SOARES, 1991

Em estudo realizado sobre a geodiversidade do estado do Amazonas (CPRM, 2010), o território foi compartimentado em nove domínios geomorfológicos. Destes, apenas três unidades são de interesse desta pesquisa, a planície Amazônica e as duas unidades limites: ao norte, o Baixo Platô da Amazônia Centro-Oriental, e ao sul, o Tabuleiro da Amazônia Centro-Occidental, conforme mapa 5. Destaca-se que para a identificação das unidades geomorfológicas desta pesquisa será adotada a nomenclatura estabelecida pelo trabalho em referência para os domínios existentes no estado do Amazonas.

Segundo Albuquerque (2012), em trabalho recente na região de Parintins, essa unidade geomorfológica está diretamente submetida ao controle da ação do rio Amazonas, que imprime uma dinâmica em seus períodos de água alta e baixa, formando áreas alagadas e inundadas. Em relação à área alagada, verifica-se que, mesmo no período de baixa do nível, o rio permanece com uma pequena lâmina de água recobrando-a. A área inundável só é alagada na época da enchente do rio. Essa variação no nível do corpo hídrico na planície fluvial expõe feições geomorfológicas e morfologias lacustres, tais como ilhas, diques aluviais, bancos de areia, restingas, paranás, furos, igarapés, vales fluviais com foz afogada ou rias fluviais, curso fluviais anastomosados, lagos circulares/ovais, lagos crescentes, lagos compostos, lagos dentríticos e auréola de colmatagem lacustre, dando uma diversidade de paisagem para a várzea (figura 18).

Figura 18 – Ambientes fluviais da Amazônia



Fontes: Organizado pelo autor baseado em Guerra (2003); Soares (1991); imagem LANDSAT TM (1999)

No município de Parintins, como se pode observar no mapa 5, boa parte das terras são baixas, sujeitas à alagação. Ao norte do rio Amazonas somente uma porção mais a noroeste, onde se localizam o distrito do Mocambo e do Caburi, as terras estão fora do alcance das cheias, e na parte ao sul, a cidade de Parintins, a Gleba de Vila Amazônia e região do Uaicurapá, Mamuru e Tracajá.

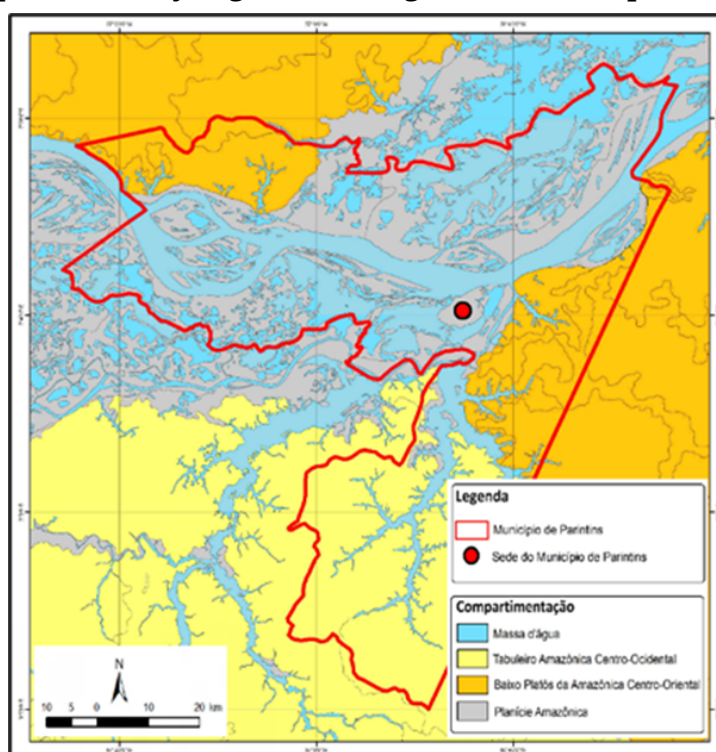
Em lugares pontuais na Amazônia são encontradas as *terras pretas* ou *terras pretas de índio*. As terras pretas são:

Sítios de ocupação humana pré-histórica na Amazônia são comumente encontrados próximos a cursos de água, ocupando várzeas,

elevações marginais adjacentes e a terra firme interior em extensões de menos de um hectare disseminados em solos de terra firme, até vários quilômetros quadrados ao longo dos rios e interflúvios. Entre esses sítios são mais conhecidos os nominados Terra Preta (TP), além de uma variante menos evidente, a Terra Mulata (TM) (KÄMPF et al., 2009, p. 87).

Em Parintins os lugares mais conhecidos como de terra preta são as comunidades de Santa Rita da Valéria e de Terra Preta do rio Mamuru, ambas com presença de fragmentos cerâmicos, ou seja, são sítios arqueológicos.

Mapa 5 – Compartimentação geomorfológica do município de Parintins, 2013



Fontes: CPRM (2010); IBGE (2010). Organizado pelo autor

Mapa dos aspectos físicos de Parintins: a vegetação

Já se falou da imensa diversidade da floresta tropical amazônica e também de que, apesar de, ao se olhar de cima, ter-se a impressão de uma homogeneidade, a floresta é um imenso mosaico de formações vegetais e ecossistemas diversos.

Desde a caracterização das florestas formadoras da *Hyleia* amazônica, por Humboldt e Bomplant (século XIX), “uma grande

diversidade de domínios florísticos foi revelada; em consequência, limites foram retificados, novos ‘tipos de vegetação’ foram identificados e tiveram de ser revistos” (BOHRER; GONÇALVES, 1991, p. 137).

Segundo Boher e Gonçalves (1991), baseados em Drude (1889), a vegetação da Amazônia está inteiramente situada dentro da Zona Neotropical, do hemisfério sul.

Apresenta seu sistema ecológico vegetal adaptado a um clima atual definido essencialmente pela temperatura média em torno de 25°C e pelas chuvas torrenciais bem distribuídas através do ano, sem déficit hídrico mensal no balanço ombrotérmico anual. São exceções as áreas planálticas elevadas, que tem a sua temperatura amenizada pela altitude e, em consequência, tem a sua umidade aumentada, bem como as áreas menos úmidas à ‘sombra’ das serras (BOHRER; GONÇALVES, 1991, p. 137).

Como já foi colocado anteriormente, desde a chegada dos colonizadores a esta região no século XVI, a Amazônia vem sendo cobiçada pelo imaginário de riquezas encobertas e pelo interesse de pesquisadores, naturalistas dos mais diversos ramos, do país e, principalmente, do exterior, muitos deles dedicando-se quase que exclusivamente à parte físico-botânica.

Por interesse da Coroa portuguesa, Alexandre Rodrigues Ferreira, natural da Bahia, educado em Portugal, filósofo, naturalista, foi incumbido pelo governo português de comandar uma expedição científica, a primeira desse nível, entre 1783 e 1789, que percorreu a Amazônia da ilha de Marajó ao alto Rio Negro e seus tributários fronteiriços como o Uaupés, o Içana, o Ixiê e o Dimite (BOHRER; GONÇALVES, 1991, p. 139).

Porém, a mais notável expedição científica à Amazônia foi, segundo outros estudiosos, a realizada por Spix e Martius, de Belém até o Alto Rio Negro, entre 1819 e 1820.

Nessa viagem Martius colhe 6500 espécies vegetais, núcleo inicial da obra monumental que é a Flora Brasiliensis (Mello-Leitão, 1941). A Martius deve-se ainda a elaboração do primeiro mapa fitogeográfico do Brasil e pode-se notar que, ainda hoje, em linhas gerais, prevalece a sua divisão esquemática. Nesse mapa a Amazônia e, por extensão, a Região

Norte são denominados de Nayades (cálido-quente), nome tirado da Mitologia Grega (BOHRER; GONÇALVES, 1991, p. 139).

Várzea e terra firme

As planícies de inundação ou várzeas amazônicas são elementos importantes na geomorfologia e na sociodiversidade da região. Segundo Carvalho (2006), é nessa unidade geomorfológica que a dinâmica fluvial se manifesta com maior intensidade, quer seja pela erosão ou deposição de sedimentos dentro do canal, como pelos efeitos dos transbordamentos periódicos. No entanto, é nessa mesma unidade que historicamente se encontra a maior densidade da população ribeirinha (CARVALHO, 2006, p. 40).

Essa expressiva planície holocênica, formada ao longo do curso médio e inferior dos principais rios de águas brancas, tem como maior expressão o rio Amazonas, que controla essa unidade geomorfológica através da sua dinâmica e do regime fluvial, que ao transbordar deposita grandes volumes de sedimentos sobre a planície.

Carvalho (2006), baseado em Soares (1989, p. 102), afirma que essa atual planície de inundação, conhecida regionalmente por várzea amazônica, forma extensas áreas baixas ao longo da calha do rio Solimões/Amazonas, perfazendo uma área estimada em 64.400 km², o correspondente a 1,5% da Amazônia em território brasileiro.

Gatto (1991) chama as planícies de inundação de *Planícies Interioranas*. Para ele,

as Planícies Interioranas são áreas de deposição fluviais holocênicas com dimensões expressivas, localizadas ao longo dos grandes rios. De maneira geral ocorrem em todos os rios, mas assumem proporções transversais quilométricas em casos como o rio Amazonas, Juruá, Purus, Madeira e Negro (GATTO, 1991, p. 58).

As planícies, em referência, são formadas por argilas e siltes depositados por colmatagem nos lagos e terrenos periodicamente inundados, podendo apresentar também características arenosas nos diques marginais, pestanas ou *pointbars*, constituídos e reconstituídos a cada cheia (GATTO, 1991).

No mapa 6 é possível perceber que boa parte do município é formada por áreas de várzea, isolando um bloco de terras altas a noroeste

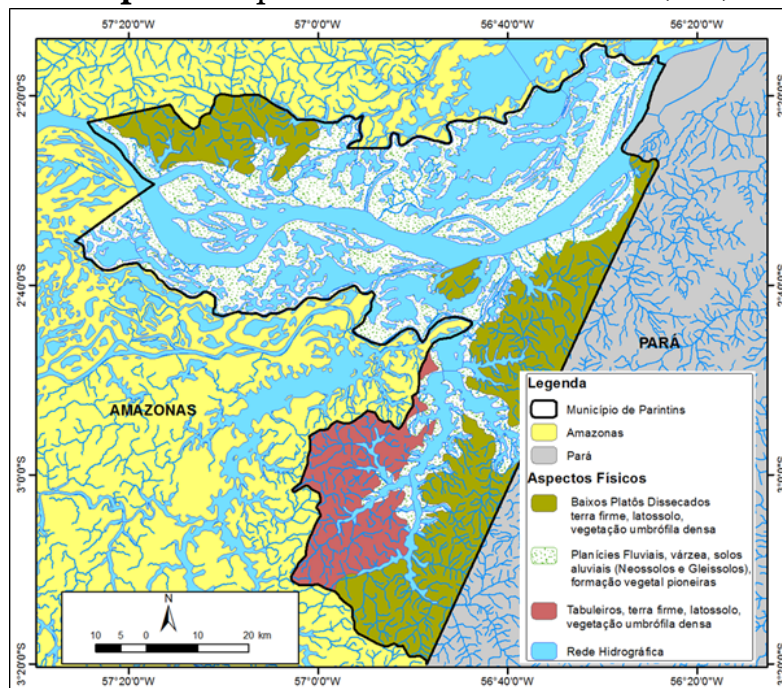
e outro a sudeste (Vila Amazônia) e sul (rio Uaicurapá). A cidade de Parintins, assentada numa ilha de terra firme, destaca-se no meio da área de várzea, na ponta a jusante da grande ilha de Tupinambarana.

A várzea tem uma importância significativa para o homem amazônico, pois é nela que este encontra boa parte do meio de subsistência na vasta região. Boa parte do seu tempo de trabalho anual é dedicada à várzea. Além do cultivo de culturas temporárias, a criação de animais e a pesca é praticada. Durante a cheia é possível a prática da pesca, todavia, alguns transmigram para áreas de terra firme.

Porro (1995) acentua que os primitivos habitantes da região ocupavam vasta área das várzeas, chegando a um cálculo aproximado de mais de 950 mil habitantes ao período do contato com os colonizadores e um total aproximado de 2 milhões para toda a Amazônia, no século XVI.

No município de Parintins, durante a cheia, período compreendido, geralmente, entre os meses de março a outubro, o rio Amazonas transborda e alaga a vasta área baixa do seu entorno. Cerca de 30% do município é formado por áreas de várzea.

Mapa 6 – Aspectos físicos de Parintins (AM)



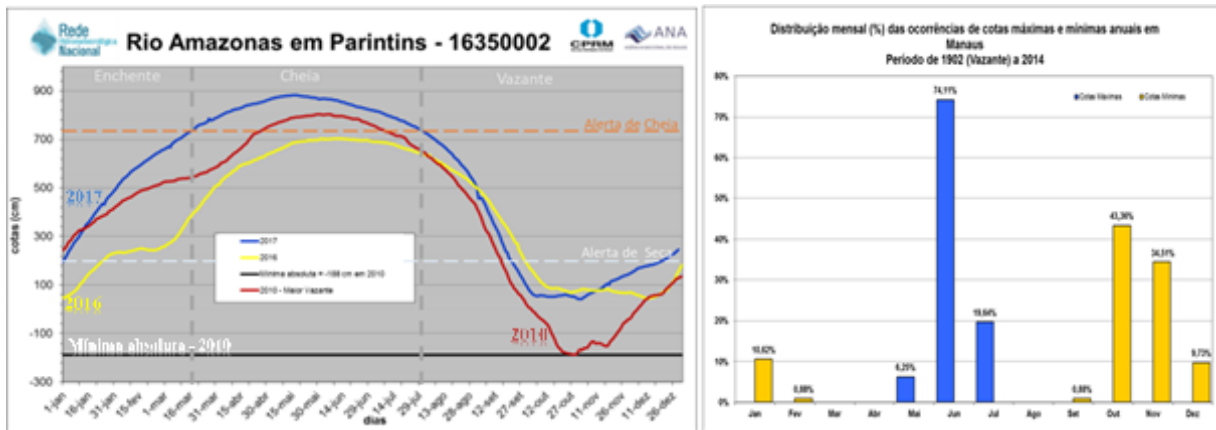
Fonte: CPRM (2010); IBGE (2010). Organizado pelo autor

Nos gráficos da figura 19, referente ao ano 2016 e 2017, é possível perceber que o período em que se começa a encher é o mês de outubro, ocorrendo o seu ápice no mês de maio. O transbordamento do rio Amazonas, quando começa a ocupar furos e lagos, dá-se entre os meses de abril/maio até agosto/setembro. Na série histórica de medição, o

pico da enchente ocorreu com mais frequência no mês de junho (74%) e o de vazante, entre os meses de outubro (43%) e novembro (34%).

Teoricamente, a enchente refere-se ao período que o rio começa a encher até o limite de alerta da cheia e a vazante quando o rio começa a baixar, após o atingir o limite da faixa de enchente. A cheia é o período em que a água se mantém acima da faixa de enchente.

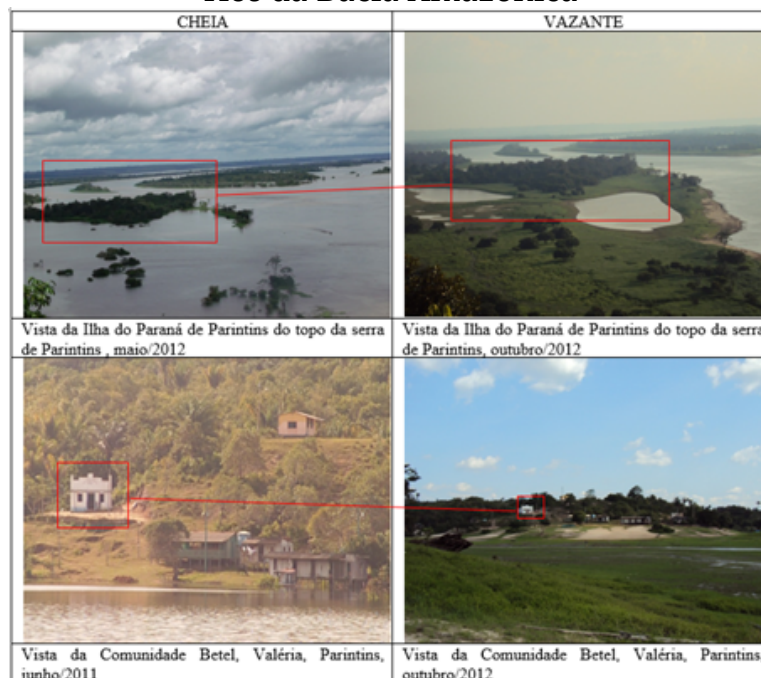
Figura 19 – Cota d’água do rio Amazonas em Parintins, ano 2016-2017 e Cotas Mínimas e Máximas



Fontes: ANA/CPRM/SIPAM, Boletins de Monitoramento, n. 52, 2017. Adaptado pelo autor

Na figura 20, observa-se os contrastes entre o período da cheia e da vazante na região:

Figura 20 – Parintins: distinção entre o período da enchente e da vazante dos rios da Bacia Amazônica



Fontes: Acervo do autor

Os lagos de várzea formados nos baixios do rio Amazonas têm como característica ser área de reprodução de peixes durante a cheia e ficar isolados durante a vazante, chegando alguns a secar totalmente. Nesse contexto, destaca-se o complexo de lagos do Macuricanã, localizado ao norte do rio Amazonas, em boa parte dentro da Área de Proteção Ambiental do Nhamundá.

Vale ressaltar que o período da enchente dá às localidades amazônicas uma característica cênica impressionante, pois permite um acesso maior e mais rápido aos diversos pontos desse espaço, além de permitir uma percepção maior da presença da flora e da fauna da região. Os ribeirinhos por sua vez, em boa parte, deixam a área de várzea e procuram meios de sobrevivência na cidade ou em áreas de terra firme.

Mas não se pode pensar que o período de vazante é um momento negativo ou infeliz da região. A vazante também tem sua beleza, pois ocorre nesse período a formação de lagos em toda a região, favorecendo a aves e outros animais procriarem devido à facilidade de encontrar alimento, principalmente os peixes. As várzeas são abundantes e fartas, a presença de animais de criação nestas áreas é notória. A pesca é um dos pontos fortes desse período, e a agricultura de ciclo curto, como a de melancia, feijão, milho, e a agroindustrial, tal qual a de juta e malva, é praticada nas áreas de várzea.

Assentamento rural

Para pensarmos em uma atividade turística voltada ao meio rural, torna-se relevante analisar a organização de assentamentos rurais no município. O município de Parintins possui dois assentamentos rurais promovidos pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O primeiro é o Projeto de Assentamento de Vila Amazônia (PA Vila Amazônia), constituído em 1988, em uma área de 76.107 hectares e 1777 famílias assentadas (INCRA, 2011), com o objetivo de assentar 2478 famílias. O PA Vila Amazônia está localizado em uma extensão de terras altas a jusante da cidade de Parintins, na confluência da desembocadura do paraná do Ramos com o rio Amazonas, estendendo-se até os limites com o estado do Pará. A Vila Amazônia tem sua história associada ao assentamento destinado aos migrantes japoneses nos anos 1920, e que se estendeu até o período da Segunda Guerra Mundial, quando o governo Vargas mandou extinguir o assentamento e prender os japoneses. O período de ocupação da vila pelos japoneses é caracterizado pela introdução e desenvolvimento da cultura da juta na região (mapa 7).

Quadro 2 – Projetos de Reforma Agrária – INCRA – Parintins (AM)

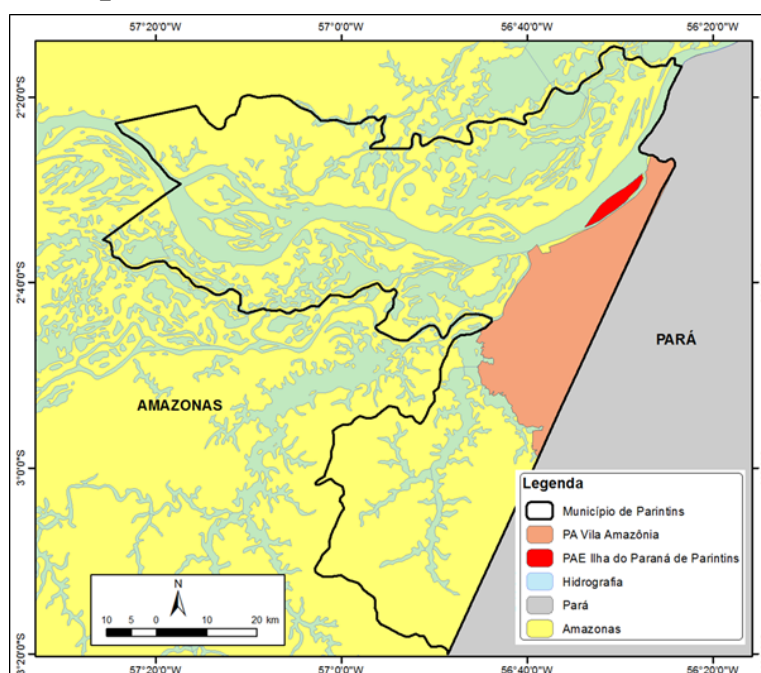
Nome do Projeto	PA VILA AMAZÔNIA	PAE ILHA DO PARANÁ DE PARINTINS
Área (ha)	76.107	2.163
Nº de Famílias (capac.)	2.478	60
Famílias Assentadas	1.777	53
Tipo	Portaria	Portaria
Nº	1404	061
Data	26/10/1988	06/12/2007
Forma	Desapropriação	Desapropriação
Data	25/09/1987	25/09/1987

Fontes: MDA/INCRA, relatório nº. 0227, 18/08/2011

O segundo é o Projeto de Assentamento Agroextrativista da Ilha do Paraná de Parintins (PAE Ilha do Paraná de Parintins), criado em 2007 em uma porção de terras de várzea localizadas em uma ilha entre o rio Amazonas e o paraná de Parintins, a jusante da cidade de Parintins, a cerca de 15 km. Como pode ser observado no quadro 2, a área corresponde a 2.163 hectares de terra, com 53 famílias assentadas (INCRA, 2011). Segundo Pereira (2004), dedicam-se à agricultura, à criação de bovinos e de abelhas.

Os projetos de assentamento do INCRA são as áreas principais, quando se refere a essa modalidade de planejamento e uso da terra. Todavia, a história de ocupação do município deu às vilas de Mocambo e Caburi a categoria de “agrovilas”, com assentamento de famílias para a produção e o abastecimento da cidade de Parintins e outras cidades próximas. Apesar de hoje as duas vilas não produzirem o suficiente nem para abastecer suas sedes, que já se tornaram grandes para os padrões do município e reivindicam o título de “cidade”, as duas comunidades formam o Distrito do Mocambo, criado em 1991, por ato constitucional.

Mapa 7 – Assentamentos rurais em Parintins



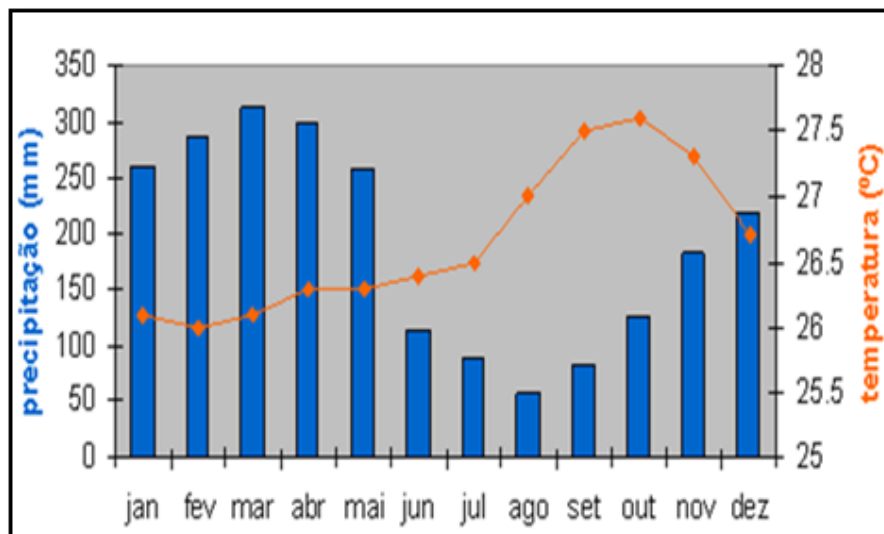
Fonte: CPRM (2010); IBGE (2010). Organizado pelo autor

Mapa climático

O clima da região Amazônica está classificado, pelo método de Köppen, como do tipo Af (sempre úmido), Am (curta estação seca), Aw (inverno seco) e caracterizado como equatorial quente, superúmido (sem seca e subseca) a úmido (um a três meses secos), conforme classificação das Unidades Climáticas do Brasil (IBGE, 1990). Este clima é resultante da combinação de diversos fatores, dos quais o mais importante é a disponibilidade de energia solar, através do balanço de energia. Medidas realizadas na Amazônia Central (Manaus, AM) indicam que os maiores totais de radiação que chegam à superfície ocorrem nos meses de setembro/outubro, sendo que os mínimos se dão nos meses de dezembro a fevereiro.

A distribuição sazonal da precipitação pluviométrica na Amazônia apresenta diferenças marcantes, principalmente, entre o norte e o sul, mas também entre o leste e o oeste. A precipitação média é da ordem de 2200 mm/ano, e o máximo pluviométrico é observado de dezembro a março (figura 21).

Figura 21 – Variação sazonal da temperatura e precipitação na cidade de Parintins

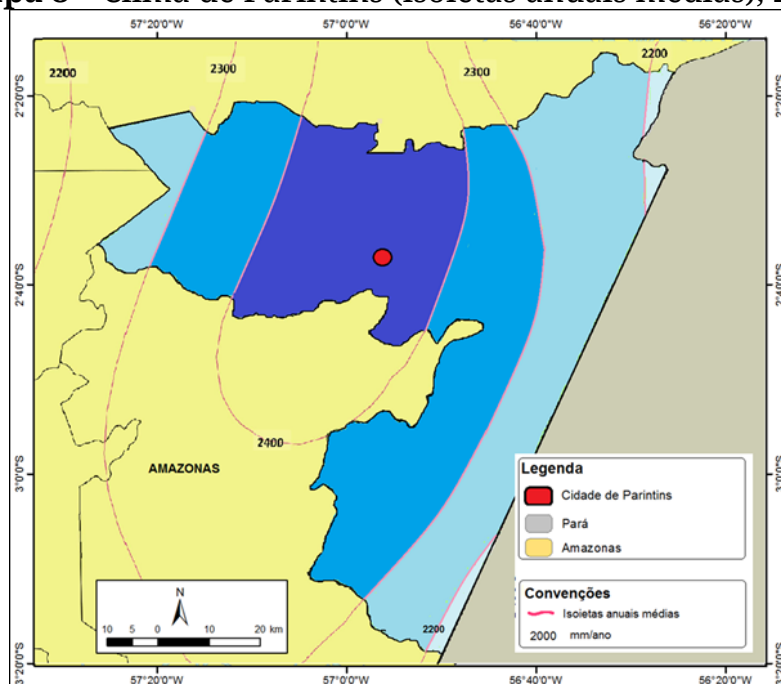


Fontes: INMET, 2011

Segundo a classificação de Köppen, o clima do tipo “Am”, apresenta estação seca de pequena duração, mas que não tem nenhuma influência significativa no comportamento da vegetação, em consequência dos elevados totais de precipitação que permitem uma distribuição uniforme e suficiente da umidade necessária ao desenvolvimento e manutenção das florestas tropicais. No período de estiagem, observa-se, pela manhã, água nas folhas da vegetação, caracterizando a influência do orvalho da noite na manutenção da umidade das plantas.

Em Parintins, o período das chuvas se intensifica geralmente em janeiro e se prolonga até abril (mapa 8). A temperatura média das máximas é de 31,7° C, a mínima de 24,1° C, e a média de 27,1° C; a precipitação anual está em torno de 2.200 mm (CPRM, 2005).

Mapa 8 – Clima de Parintins (isoietas anuais médias), 2013



Fontes: CPRM (2010); IBGE (2010). Organizado pelo autor

Áreas protegidas: unidades de conservação e terras indígenas em Parintins

O conceito de áreas protegidas ainda carece de melhor definição e uma regulamentação legal. Quando se referem às áreas protegidas, os especialistas englobam as unidades que compõem o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), as terras indígenas e terras tradicionais de quilombolas e outras áreas públicas e privadas que em diversos graus possuam uma diversidade ecológica, biológica e etnológica.

No município de Parintins há somente uma unidade de conservação, a Área de Proteção Ambiental Estadual do Nhamundá (APA Nhamundá), criada em 1990.

Uma área de proteção ambiental (APA) é uma categoria de unidade de conservação de uso sustentável caracterizada por área extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos naturais ou culturais importantes para a qualidade de vida das populações humanas, cujos objetivos são: proteger a diversidade biológica, disciplinar a ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso de recursos naturais; visitação permitida; terras públicas ou privadas (a Lei nº 9.985/2000 instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação).

Criada por meio do Decreto nº 12.836, de 9 de março de 1990, com uma área de 195.900 hectares, a APA Nhamundá se localiza no

extremo leste do estado do Amazonas, em um espaço físico ao norte do município de Parintins e ao sul do município de Nhamundá. Contém dois ecossistemas distintos, um de terra firme (15%) e outro de várzea (85%).

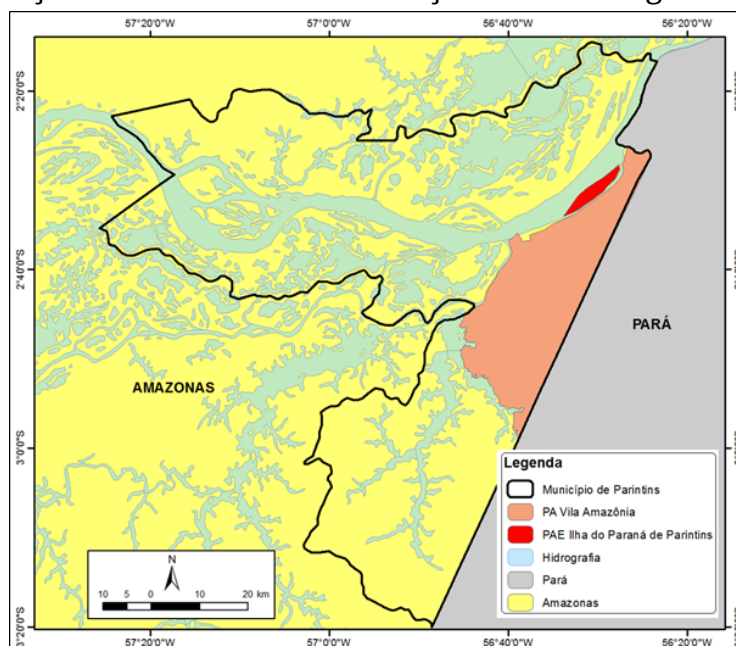
A APA Nhamundá ainda não possui um plano gestor e conseqüentemente, um plano de manejo dos recursos naturais. No entanto, é um dos lugares em que a população local optou por um acordo de pesca, trabalho que foi coordenado pelo IBAMA. Os lagos mapeados pelo Provárzea/IBAMA foram 94, sendo que 45 estão destinados à manutenção (subsistência das famílias, com a venda do excedente dentro das próprias comunidades); 22 para procriação, destinados unicamente à reprodução das espécies, onde a pesca fica proibida por tempo indeterminado; e 27 são comerciais, destinados à pesca de subsistência e à pesca comercial.

A várzea, o mais rico ecossistema da bacia amazônica, predomina na referida APA. Sua paisagem se sobressai sob duas formas: uma representada pelas restingas, igarapés, furos e lagos, onde estão localizadas 25 comunidades ribeirinhas e os moradores dispersos, e a outra, formada por áreas inundadas, mesmo no período da estiagem, que são os lagos e baixios, ricos em espécies aquáticas. Essa formação é conhecida como complexo Macuricanã (AMAZONAS, 2008).

A biodiversidade da APA é de grande relevância para a conservação da biota aquática da Amazônia. Seus variados lagos são importantes abrigos para aves como o socó-boi e o arapapá; mamíferos aquáticos como o peixe-boi, ameaçado de extinção, e várias espécies de quelônios. Também é área de procriação de pirarucu e de jacarés.

Quanto aos aspectos naturais da APA, está localizada sobre a planície fluviolacustre formada no encontro dos rios Nhamundá e Amazonas. Sua vegetação é predominante de Floresta Ombrófila densa, fortemente influenciada pelo regime de inundação dos rios. As espécies da flora local apresentam adaptações que permitem suportar meses de alagamento e/ou submersão. Destaca-se ainda um conjunto de lagos de rara beleza denominado Complexo do Macuricanã (mapa 9).

Mapa 9 – Localização de Unidade de Conservação e Terra Indígena em Parintins (AM)



Fontes: CPRM (2010); IBGE (2010). Organizado pelo autor

Na cidade de Parintins, o Plano Diretor define 3 áreas de proteção ambiental: o lago Macurany, o lago da Francesa e o Parananema, mas nenhum desses ganhou status de área protegida, pois nenhuma lei ordinária foi criada para definir sua área ou como será implantada.

Outro tipo de área protegida existente no município é a Terra Indígena Andirá Marau. A TI Andirá Marau compreende uma grande extensão de território (8.031,9 km²), distribuída entre terras do Amazonas e do Pará. Essas terras estão distribuídas entre os municípios de Barreirinha, Maués e Parintins, no Amazonas, e Aveiro e Itaituba, no Pará. Cerca de 3,3% das terras, apenas, estão no município de Parintins.

A TI Andirá Marau foi demarcada em 1983 e homologada em 1986, abrigando a etnia Sater-maw.

A Constituio Federal estabelece a possibilidade de explorao econômica da terra indígena, desde que autorizada pelo Congresso Nacional e ouvidas as comunidades envolvidas. Nesse sentido, tem havido iniciativas por parte de algumas comunidades em abrir parte de suas terras para visitao turística. No Amazonas essa iniciativa ainda é incipiente.

reas urbanizadas e distribuo da populao

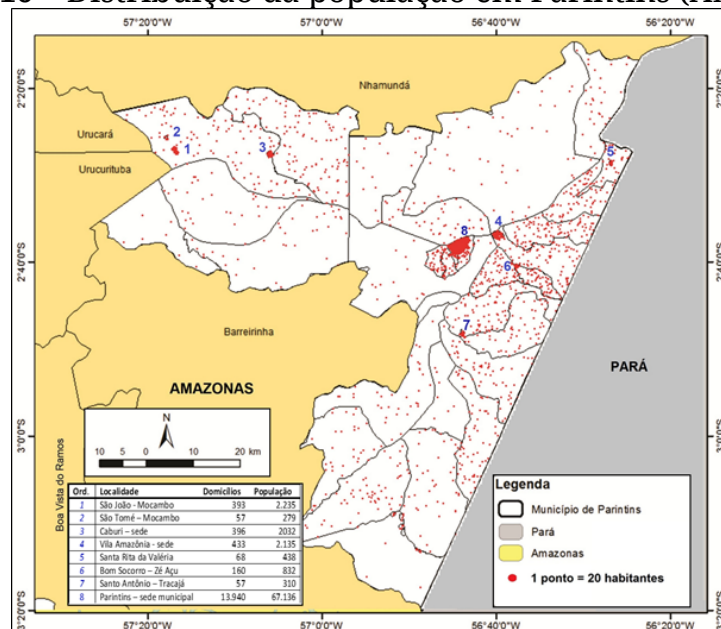
A rea urbana de Parintins, conforme o IBGE, compreende a sede do município, a Vila Amazônia, a Vila do Mocambo e a do Caburi. Nessa rea moram cerca de 72% da populao do município (102.033

habitantes, em 2010). Os demais se espalham em moradias dispersas e pela área rural e em pequenas vilas, aqui chamadas *Comunidades*.

A cidade de Parintins conta com 67.000 habitantes (IBGE, 2012). Sua área restringe-se à ilha que tem o seu nome. Conforme o Plano Diretor do Município (PARINTINS, 2006), a área da ilha está dividida entre o perímetro urbano e a área de expansão da cidade, não havendo, portanto, setores rurais nesse espaço.

O mapa mostra a distribuição da população pelo município. As áreas de maior concentração são, além da sede municipal, as comunidades de Vila Amazônia, Mocambo e Caburi, São Tomé do Mocambo, Santa Rita de Cássia e Santo Antônio do Tracajá (mapa 10).

Mapa 10 – Distribuição da população em Parintins (AM), 2010



Fontes: CPRM (2010); IBGE (2010). Organizado pelo autor

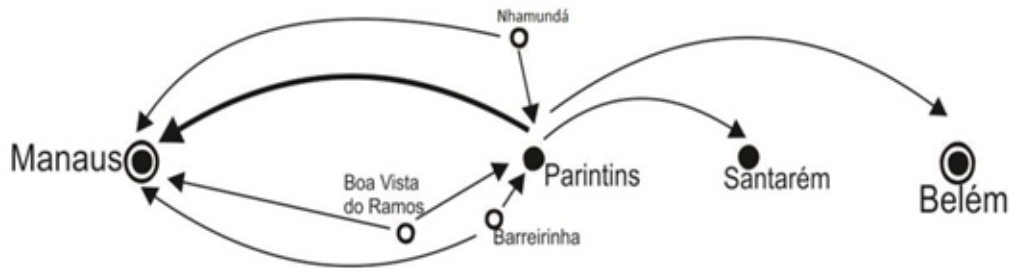
O mapa apresenta uma distribuição aleatória dos pontos com população pelos setores censitários conforme definidos pelo IBGE, não representando a realidade, visto que a população, geralmente, localiza-se em margem de rios e pequenas comunidades em vários pontos do território.

Podemos observar, ainda, uma forte presença da população na área de assentamento da Vila Amazônia (leste/sudeste) e no distrito de Mocambo, principalmente da parte norte. Os maiores vazios estão nas áreas de várzea e no extremo sul do município em terras indígenas.

No nível da rede urbana, Parintins mantém intensa relação com a sede do estado, Manaus. Como centro local, estabelece forte atração para os municípios do entorno como Nhamundá, Barreirinha e Boa Vista do Ramos. Por outro lado, de modo menos intenso,

recorre ao vizinho estado do Pará para atender a algumas demandas, primeiramente a Santarém e depois a Belém (figura 22).

Figura 22 – Rede urbana da Amazônia



Fontes: Organizado pelo autor, baseado em Correa (1991)

O mapa do meio ambiente e turismo

Considerando os diversos aspectos naturais e sociais do município apresentados nos mapas anteriores, é possível sugerir um mapa de síntese delimitado por sua diversidade natural e pela importância turística.

Baseado nos ensinamentos de Martinelli (2003), podemos dar luz à representação da realidade através de um único mapa. Todavia, antes é preciso fazer algumas considerações acerca das possibilidades de idealizar um mapa capaz de representar as diversas facetas que o movimento da sociedade representa. O próprio autor argumenta que isso não é um trabalho fácil, pois os mapas são produto da mente humana e designam produtos ausentes, além de, como já falamos, tentar representar uma sociedade em constante transformação.

Quadro 3 – Características socioambientais das sub-regiões de Parintins, 2013

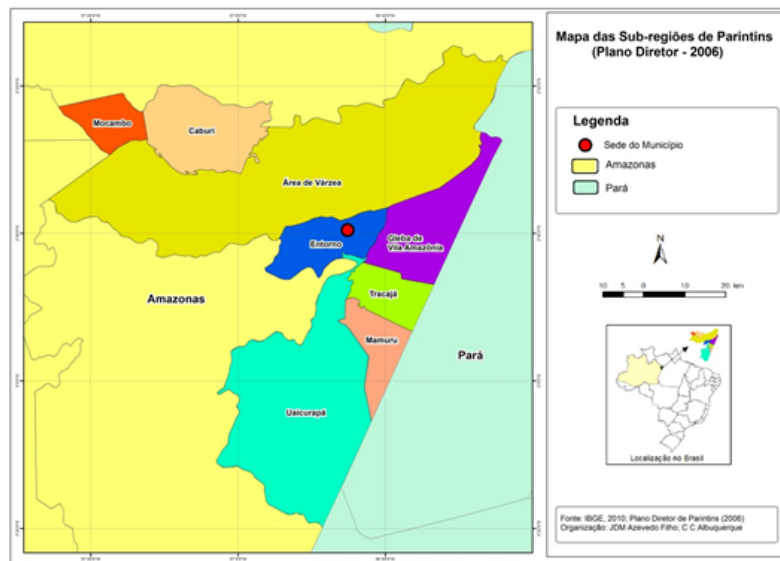
SUB REGIÃO	Geomorfologia	Clima	Vegetação	Densidade demográfica	Nível desmatamento	Tipo de rio	Nível do Turismo	Potencial turístico	UC
Entorno	V e TF	Quente e chuvoso	Mata pioneira/campinarana	Alta	Alto	Branca	Alto	Alto	Nd
Gleba de vila Amazônia	TF		Floresta densa	Alto	Médio	Branca (rio Amazonas); preta (interior)	Médio	Alto	Nd
Área de várzea	V		Mata pioneira	Baixo	Baixo	Branca	Médio	Alto	APA
Mocambo	TF		Floresta densa	Médio	Médio	Preta	Baixo	Médio	Nd
Caburi	TF		Floresta densa	Médio	Médio	Preta	Baixo	Médio	Nd
Mamuru	TF		Floresta densa	Baixo	Baixo	Preta	Baixíssimo	Médio	Nd
Tracajá	TF		Floresta densa	Baixo	Baixo	Preta	Baixíssimo	Médio	Nd
Uaicurapá	TF		Floresta densa	Baixo	Baixo	Preta	Baixíssimo	Médio	TI

Legendas: V (várzea); TF (terra firme); APA (área de proteção ambiental); TI (terra indígena); Nd (nenhuma)

Fonte: organizado pelo autor com base em Divisão Regional do Plano Diretor de Parintins (2006)

Por isso, o primeiro passo ainda é sobrepor os mapas analíticos já expressos, tentando neles encontrar as bases para uma cartografia de síntese. O quadro 3 expressa essa sobreposição, pois reúne as características físicas, sociais e turísticas do município. Utiliza-se aqui a divisão geográfica definida no Plano Diretor de Parintins. São 8 sub-regiões, baseadas, principalmente, pela densidade de ocupação e importância econômica e política no contexto do município (mapa 11).

Mapa 11 – Divisão Regional de Parintins segundo o Plano Diretor, 2006



Fonte: CPRM (2010); IBGE (2010); Plano Diretor de Parintins (2006). Organizado pelo autor

No quadro, verifica-se que a maioria das regiões está localizada em terra firme. Com efeito, sabemos que cerca de 70% das terras do município são dessa formação. O clima da região, definido genericamente como quente e chuvoso, é empregado para todas as regiões, pois nos faltam mecanismos técnicos para uma definição mais precisa.

O tipo de vegetação retrata, também de forma genérica, a rica diversidade florística da região. As áreas de floresta densa são encontradas em região de terra firme, porém é comum encontrar áreas de floresta rasa, denominada campinarana, comumente encontrada onde há a presença de solos arenosos, drenados a bastante drenados, enquanto nas áreas de várzeas encontramos, além das matas pioneiras, densas ou pouco densas, grandes áreas de campos de várzea, que se formam nos períodos de vazante. Em ambas as formações é possível encontrar áreas bastante alteradas, seja pela presença de cultivos ou pelo desmatamento para plantação de capim para o gado.

A densidade populacional foi calculada de acordo com os dados do Censo de 2010 do IBGE. A área aproximada de cada região foi calculada de acordo com a área definida no Plano Diretor. Apesar de abarcar 42% da área do município, a região de Várzea é a que possui a menor densidade (1,8 hab/km²). A região do Uaicurapá, ao sul do município, também tem pouca densidade, apesar de ocupar 24,6% do município. Como se sabe, a concentração populacional se faz na sede do município e em seu entorno, com cerca de 67% da população vivendo na área urbana e periurbana. A sub-região do Caburi possui a maior densidade das áreas rurais, com 24,5 hab/km² (quadro 4).

Quadro 4 – Parintins: população, área e densidade demográfica por sub-regiões (2010)

SUB-REGIÃO	População	Área (km ²)	Densidade (hab/km ²)
Entorno ⁹	67.438	303,2	222,4
Gleba de Vila Amazônia	11.136	500,6	22,2
Área de várzea	4.517	2.494,9	1,8
Mocambo	3.478	522,5	6,7
Caburi	5.106	208,0	24,5
Mamuru	2.497	233,6	10,7
Tracajá	2.865	221,8	12,9
Uaicurapá	4.255	1.468,0	2,9

Fonte: IBGE, 2011. Organizado pelo autor

A construção de um mapa ambiental e do turismo é ainda mais complicada. Tomamos, novamente, os ensinamentos do Martinelli (2001a), nos quais se coloca que a metodologia mais adequada para uma cartografia ambiental é a que parte de um raciocínio de síntese.

Para o autor, a Cartografia Ambiental, como um setor específico da Cartografia Temática, tem de se defrontar com a realidade, articulando as diversas e, muitas vezes, divergentes maneiras de ver dos vários ramos científicos, cada um induzindo a uma representação cartográfica específica, envolvendo uma escala espaço-temporal adequada.

Dessa forma, é necessário conceber uma cartografia que articule esses diferentes níveis de análise, considerando tanto as ordens de grandeza em que os fenômenos se manifestam quanto as combinações e contradições que se dão entre conjuntos espaciais definidos pelos fenômenos sob apreciação, num mesmo nível espaço-temporal.

A ampliação do tempo livre, característica marcante dos tempos atuais, resultado das conquistas trabalhistas e da melhoria da qualidade de vida de vários povos, agora está incorporada ao sistema capitalista, que cria novas necessidades, as de lazer, forjando sempre nova demanda turística em busca do exótico e de ambientes naturais.

Tal relação, motivada por essa demanda, converge para um imaginário em que a natureza é o objeto de contemplação e a produção de novos espaços turísticos.

Contudo, a exploração dessa diversidade natural dos ecossistemas e da multiplicidade cultural das sociedades, que constituem um enorme potencial de recursos para a implementação das atividades turísticas, muitas vezes não leva em consideração sua fragilidade, tanto ambiental como social.

⁹ No Plano Diretor do Município (PARINTINS, 2006), o Entorno refere-se à cidade de Parintins e áreas próximas.

Nessa direção, Martinelli (2001b) coloca o ecoturismo como uma forma de fazer turismo de forma consciente, caracterizado pelo acesso às áreas protegidas, patrimônios, não só da natureza, mas também da cultura e da história, com o objetivo específico de contemplar o conteúdo de sua paisagem, bem como de estudá-la, engendrando um consumo produtivo do espaço, mediante sua consciente apreensão e respeito.

Poucos autores têm trabalhado numa cartografia do turismo sem se referir a uma imagem do espaço, a fim de que o turista saiba encontrar o que deseja, cuja função básica seja a de registro e orientação de itinerários, um mapa para atender a interesses comerciais. Martinelli, em um artigo que trata da Cartografia do turismo e do imaginário, destaca que, nesse sentido, a paisagem passa a ter um destaque no mundo das imagens do turismo:

Torna-se um recurso. É vendida com forte dose de fantasia. Negocia-se o verde da floresta, o cume das montanhas, o pôr do sol dourado, a praia ensolarada com o mar azul engastado por coqueiros. Esse imaginário, quanto mais distante de nós, mais exótico se torna. Exerce maior encanto, mistério e estímulo. Cada cultura, no entanto, enaltece seu arquétipo (2001a, p. 161).

Mas a proposta aqui apresentada é uma Cartografia do meio ambiente com ênfase no turismo, considerando que na Amazônia, de modo geral, essa atividade tem forte ligação com a natureza. Tanto é assim, que Martinelli destaca o ecoturismo como o turismo adequado nessas condições.

Como já foi colocado, nessa perspectiva nos direcionaremos a uma cartografia de síntese, como propõe Martinelli. Isso nos leva a uma cartografia que representa conjuntos espaciais que são agrupamento de lugares caracterizados por agrupamentos de atributos. Contemplando a inter-relação com o turismo ou o ecoturismo, esse agrupamento deve representar unidades de paisagem dotadas de potencial turístico (MARTINELLI, 2001a).

O resultado contido no mapa de síntese busca representar a expressão da realidade concreta, contida nas unidades propostas. De certa forma, nelas estão contidas as diversas características espaciais do município, como os aspectos naturais, vegetação, hidrografia, clima e também sociais reportados aqui e acolá, direta ou indiretamente, contidos nos dados oficiais ou de conhecimento empírico, resultado das várias experiências e vivência na área de estudo.

O quadro 5, a seguir, sintetiza as características comuns e aspectos naturais e culturais e a intensidade do turismo para, depois, conceber um mapa de síntese.

Quadro 5- Quadro síntese dos agrupamentos dos lugares - Parintins

Agrupamentos/ lugares	Área – km²	População	Dens. Demog. Hab/km²	Várzea(V) ou Terra firme (TF)	Aproveitamento Econômico	Fragilidade Ambiental	Potencial Turístico
- Natureza bastante degradada com turismo modesto. Vila Amazônia e entorno	308,9	8.812	28,53	TF	Produção agrícola/ pecuária; Piscicultura; Extrativismo	Ravinhas e voçorocas; Solo arenoso; desmatamento e queimadas.	Sítios arqueológicos; monumentos históricos e culturais (japoneses); áreas de lazer; turismo rural
- Natureza com avançado processo de degradação; turismo em expansão. egião da Valéria e Paraná de Parintins	145,2	2.527	17,40	TF e V	Produção agrícola/ pecuária; Piscicultura; Pesca de subsistência; extrativismo; criação de abelhas	Enchente; vazante; queda de barranco; pisoteamento do solo por bovinos e bubalinos.	Beleza cênica; Ecoturismo; turismo rural; pesca esportiva. Parada de cruzeiros.
- Natureza com moderado processo de degradação e turismo fraco. Bacia do Uaicurapá	1996,6	9.617	4,82	TF	Produção agrícola/ pecuária; Piscicultura; extrativismo	Enchente; vazante; desmatamento de APPs; desmoronamento de encosta; pisoteamento do solo por bovinos; infestação de insetos (pium)	Beleza cênica; praia fluvial; Ecoturismo; turismo rural. Terra indígena
- Área protegida, natureza impactada, turismo fraco. APA Nhamundá e entorno	1443	2.780	1,93	V	Produção agrícola/ pecuária; pesca de subsistência; pesca comercial;	Pisoteamento do solo por bovinos e bubalinos; desmatamento; exploração de lagos de reprodução de peixes; queda de barranco	Beleza cênica; UC de uso sustentável; turismo rural; turismo ecológico e ecoturismo; pesca esportiva; passeio fluvial
- Área de várzea reduzida ocupação, natureza pouco impactada; turismo fraco. Paraná do Limão e Entorno	984,3	1.534	1,56	V	Produção agrícola/ pecuária; produção de hortaliças; pesca de subsistência; pesca comercial;	Pisoteamento do solo por bovinos e bubalinos; desmatamento; exploração de lagos de reprodução de peixes; queda de barranco	Beleza cênica; turismo rural; turismo ecológico e ecoturismo; pesca esportiva; passeio fluvial

- Área urbanizada; natureza com forte antropização; turismo em franco desenvolvimento. Parintins e entorno	310	67.438	217,54	V e TF	Comércio e Serviços urbanos; produção agrícola de subsistência (hortifrutigranjeiros); indústrias; pecuária leiteira; piscicultura	Poluição urbana; RSU sem destino adequado (lixão a céu aberto); falta de arborização	Festival Folclórico; Festa Religiosa (NS do Carmo) ; Carnaval de rua; Turismo urbano ; sítio histórico urbano; monumentos urbanos de relevância; infraestrutura urbana e turística; passeio fluvial; parada de cruzeiros.
- Área em processo de urbanização; natureza com pouco impacto; turismo fraco e sazonal. Mocambo e Caburi	770,2	8584	11,15	TF	Produção agrícola/pecuária; hortaliças; Extrativismo Comércio e Serviços urbanos; pecuária leiteira;	Vazante (dificuldade de acesso); desmatamento de APPs; desmoração de encosta; pisoteamento do solo por bovinos	Beleza cênica; praia fluvial; Ecoturismo; turismo rural; Festival folclórico; Festival de Verão; passeio fluvial.

Baseados nisso, podemos propor esse agrupamento espacial para Parintins, considerando seu potencial ambiental e turístico (mapa 12):

1. Natureza bastante degradada com turismo modesto (Vila Amazônia e seu entorno):

Essa área é caracterizada pela presença de uma forte concentração populacional na agrovila e de produção agrícola na área de assentamento. A agrovila é lembrada pela presença histórica da ocupação japonesa entre as décadas de 1920 e 1940, guardando ainda hoje alguns poucos prédios daquela época. Possui uma estrada de chão batido ligando as diversas comunidades e assentamentos, bem como a outras comunidades do estado do Pará, no município de Juruti. Possui praticamente toda sua área em terra firme, cortada por igarapés; possui alguns lagos.

2. Área urbanizada; natureza com forte antropização; turismo em franco desenvolvimento (Parintins e seu entorno):

A cidade de Parintins comporta basicamente todo o serviço e infraestrutura disponível no município. Aeroporto, bancos, escolas, centros médicos e todos os mais importantes serviços estão localizados na sua sede. Na sede também é realizado o Festival Folclórico de Parintins e todas as atividades culturais e artísticas dos Bois-Bumbás Garantido e Caprichoso. É ainda importante destacar o Carnailha, carnaval de rua da cidade, e a festa religiosa de Nossa Senhora do Carmo, no mês de julho.

3. Natureza com avançado processo de degradação e turismo em expansão (região da Valéria e paraná de Parintins):

Lugar de visitação de navios transatlânticos. A região possui grande beleza cênica caracterizada pelo contraste entre as terras baixas de várzea e as formações onduladas e elevadas da terra firme, que dão origem às serras, ali encontradas. A presença de sítios arqueológicos também chama a atenção, principalmente na comunidade de Santa Rita. O paraná de Parintins guarda as características próprias do modo de vida em área sujeitas a alagações. O artesanato e a pesca são as atividades importantes e em períodos diferentes.

4. Natureza com moderado processo de degradação e turismo fraco (Bacia do Uaicurapá):

Compreende uma vasta área ao sul do município e de sua sede. Formada basicamente pelo rio Uaicurapá e seus afluentes de águas pretas. Caracterizado pela presença de praias fluviais durante o período de vazante dos rios. Durante esse período é realizado o festival de Verão do Uaicurapá (setembro). Comunidades indígenas habitam o extremo sul da área.

5. Área protegida, natureza impactada, turismo fraco (APA Nhamundá e entorno):

Como em todas as áreas protegidas, existem restrições ao seu uso. Todavia, ainda não existe um plano gestor da referida área, o que possibilita a ocupação desordenada, inclusive para criação de bovinos e bubalinos que causam severos impactos já comprovados. Possui um complexo de lagos, furos e paranás propícios à pesca esportiva e passeios fluviais de observação de flora e fauna.

6. Área de várzea com reduzida ocupação, natureza pouco impactada; turismo fraco (paraná do Limão e entorno):

O paraná do Limão é um importante divisor do território municipal. Localizado totalmente na várzea, é ocupado por famílias que aprenderam a lidar com a produção de hortaliças na várzea, em canteiros suspensos, por causa dos períodos de enchente. Possui, também, grande quantidade de lagos, furos e outros paranás, propícios para a pesca esportiva e passeios fluviais para observação da flora e da fauna.

7. Área em processo de urbanização; natureza com pouco impacto; turismo fraco e sazonal (Mocambo e Caburi):

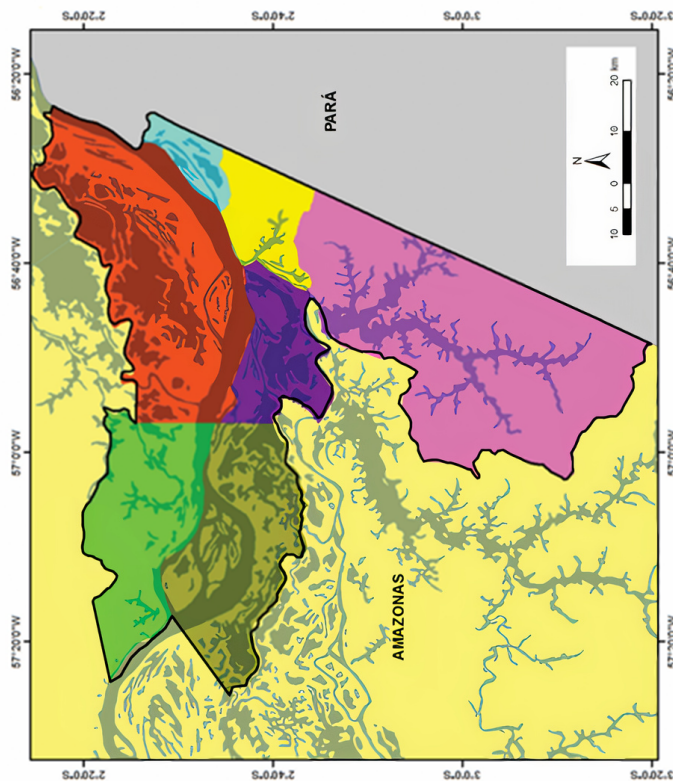
As duas agrovilas formam o distrito de Mocambo. Estão assentadas em áreas de terra firme. Suas sedes têm características de cidades pequenas. São realizados festivais folclóricos, festas religiosas, festival de verão e de pesca do peixe liso. Seus principais visitantes são os moradores de Parintins e comunidades próximas.

A proposta da construção de um mapa de síntese ambiental e turística no município deve ser entendida como uma contribuição

para a sociedade começar a discutir uma política turística que leve em consideração os diversos aspectos locais e o interesse da população que ali vive. Longe de querer dar respostas definitivas, o mapa é uma ferramenta para o início de uma reflexão sobre o futuro do turismo em Parintins e na região.

Mapa 12:

Mapa Ambiental e Turísticos de Parintins - Amazonas 2013



Fonte: IBGE (2010); CPRM (2010)
Organizado por JD AZEVEDO FILHO (2013)

Área em processo de urbanização; natureza com pouco impacto; turismo fraco e sazonal (Mocambo e Cabuni):

As duas agrovilas formam o distrito de Mocambo. Estão assentadas em áreas de terra firme. Suas sedes têm características de cidades pequenas. São realizados festivais folclóricos, festas religiosas, festival de verão e pesca do peixe liso. Seus principais visitantes são os moradores de Parintins e comunidades próximas.



Área protegida, natureza impactada, turismo fraco (APA Mhamundá e entorno):

Como em todas as áreas protegidas existem restrições ao seu uso. Todavia, ainda não existe um Plano gestor da referida área, o que possibilita a ocupação desordenada, inclusive para criação de bovinos e bubalinos que causam severos impactos já comprovados. Possui um complexo de lagos, rios e paranás propícios à pesca esportiva e passeios fluviais de observação de flora e fauna.



Área de várzea com reduzida ocupação, natureza pouco impactada; turismo fraco (Paraná do Limão e entorno)

O Paraná do Limão é um importante divisor do território municipal. Localizado totalmente na várzea é ocupado por famílias que aprenderam a lidar com a produção de hortaliças na várzea, em cancheros suspensos, por causa dos períodos de enchente. Possui, também, grande quantidade de lagos, rios e outros paranás, propícios para a pesca esportiva e passeios fluviais para observação da flora e da fauna.



Área urbanizada; natureza com forte antropização; turismo em franco desenvolvimento (Parintins e seu entorno):

A cidade de Parintins comporta basicamente todo o serviço e infraestrutura disponível no município. Aeroporto, bancos, escolas, centros médicos e todos os mais importantes serviços estão localizados na sua sede. Na sede também é realizado o Festival Folclórico de Parintins e todas as atividades culturais e artísticas dos bols-bumbás Garantido e Caprichoso. É ainda importante destacar o Carnavalha, carnaval de rua da cidade e a Festa religiosa de Nossa Senhora do Carmo, no mês de julho.



Natureza com avançado processo de degradação e turismo em expansão (Região da Valéria e Paraná de Parintins):

Lugar de visitação de navios transatlânticos. A região possui grande beleza cênica caracterizada pelo contraste entre as terras baixas de várzea e as formações onduladas e elevadas da terra firme, que dão origem às serras, ali encontradas. A presença de sítios arqueológicos também chama a atenção, principalmente na comunidade de Santa Rita. O Paraná de Parintins guarda as características próprias do modo de vida em área sujeitas às alterações. O artesanato e a pesca são as atividades importantes e em períodos diferentes.



Natureza com avançado processo de degradação e turismo em expansão (Região da Valéria e Paraná de Parintins):

Lugar de visitação de navios transatlânticos. A região possui grande beleza cênica caracterizada pelo contraste entre as terras baixas de várzea e as formações onduladas e elevadas da terra firme, que dão origem às serras, ali encontradas. A presença de sítios arqueológicos também chama a atenção, principalmente na comunidade de Santa Rita. O Paraná de Parintins guarda as características próprias do modo de vida em área sujeitas às alterações. O artesanato e a pesca são as atividades importantes e em períodos diferentes.



Natureza com moderado processo de degradação e turismo fraco (Baía do Uaicurapá):

Compreende uma vasta área ao sul do município e de sua sede. Formada basicamente pelo rio Uaicurapá e seus afluentes de águas pretas. Caracterizado pela presença de praias fluviais durante o período de vazante dos rios. Durante esse período é realizado o festival de Verão do Uaicurapá (setembro). Comunidades indígenas habitam o extremo sul da área.





5

O TURISMO NA REGIÃO DA VALÉRIA

CAMINHOS PARA UM TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

O Turismo de Base Comunitária é um conceito novo, mas que tem sido utilizado como referência para um turismo envolvendo a inserção das comunidades no turismo. Para Bartollo Júnior e colaboradores (2009), entende-se por *turismo comunitário* qualquer forma de organização empresarial baseada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, envolvendo as práticas de cooperação e equidade no trabalho e distribuição dos benefícios resultantes da prestação de serviços turísticos.

Para esses autores, o que diferencia o turismo comunitário dos demais “é sua dimensão humana e cultural, vale dizer, antropológica” (BARTOLLO JÚNIOR et al., 2009, p. 31), que tem como objetivo o incentivo ao diálogo entre os membros da comunidade e encontros interculturais de qualidade com os viajantes – turistas –, buscando uma inter-relação entre os interlocutores, conhecendo e aprendendo com sua diversidade.

É nesse sentido que Bartollo Júnior et al. (2009) defendem o conceito de *turismo alternativo de base comunitária* como uma tentativa de se contrapor ao turismo massificado, pois esse tipo de turismo requer “menor densidade de infraestrutura e serviços, buscando valorizar uma vinculação situada nos ambientes naturais e na cultura de cada lugar” (p. 86). Segundo eles, o turismo alternativo de base comunitária é uma nova forma de pensar a visita e hospitalidade, sendo “diferenciado em relação ao turismo massificado, ainda que por ventura se dirija a um mesmo destino” (p. 86).

Nas comunidades da Valéria, o desenvolvimento de um turismo de base comunitária ainda não foi discutido profundamente, persistindo um distanciamento entre as comunidades envolvidas e os interesses pessoais e de grupos. A existência de conflitos diversos pode ser notada no acompanhamento das diversas atividades de preparação e realização do receptivo turístico. Todavia, já existe a iniciativa de alguns grupos, organizados em associação, de tentar

discutir, principalmente com as universidades e o poder público, iniciativas que caminhem para um turismo mais organizado e em base comunitária.

As comunidades da região da Valéria

A região da Valéria compreende várias comunidades localizadas na parte mais a leste do município. O Plano Diretor do Município (PARINTINS, 2006) define que essa área corresponde à sub-região de Vila Amazônia, que compreende toda a área dentro do Projeto de Assentamento de Vila Amazônia, de responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

A área delimitada neste estudo corresponde ao espaço definido no mapa ambiental e turístico, tratado no capítulo 4, como “Natureza com avançado processo de degradação e turismo em expansão”, correspondente à região da Valéria e paraná de Parintins. Essa área é constituída por 9 comunidades. Conforme os resultados do Censo de 2010, a população de toda a região era de 2.527 habitantes em 509 domicílios. A maior comunidade é Santa Rita de Cássia da Valéria, com 30% da população total, seguida das comunidades de São Paulo e Bete Semes. A tabela 4 apresenta as comunidades selecionadas com população estimada par 2017. As quatro maiores comunidades acumulam mais de 66% da população.

Tabela 4 – Comunidades da região da Valéria e paraná de Parintins Estimativa de População e porcentagem – 2017

Comunidade	População	%
Santa Rita de Cássia	584	29,7
São Paulo	263	13,4
Bete Semes	257	13,1
Betel	208	10,6
Nossa Senhora do P Socorro	176	9,0
Menino Deus	162	8,3
Samaria	128	6,5
Santa Maria do Murituba	107	5,5
Ssma Trindade do Laguiño	78	4,0
Total	1964	100,0

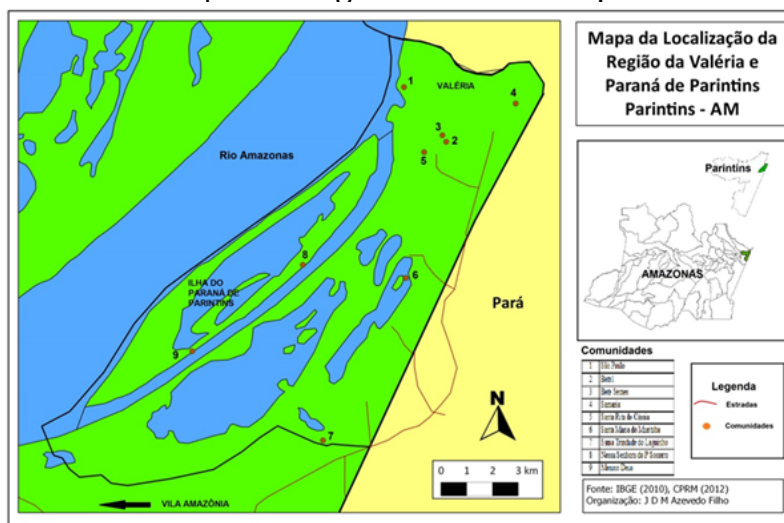
Fonte: Estimativa do autor para 2017, base Censo de 2010 (IBGE, 2011)

Comunidade de várzea do paraná de Parintins

As comunidades de Menino Deus e Nossa Senhora do Perpetuo Socorro, no paraná de Parintins, estão totalmente localizadas em região de várzea (mapa 13).

Albuquerque (2012), em estudo na região, indica que a principal atividade produtiva dessa zona  a agropecuária extensiva de bovinos, seguida pela agricultura de ciclos rápidos, com destaque para mandioca, melancia, milho e hortaliças, a produção de mel em 23 propriedades e a pesca.

Mapa 13 – Localização da região da Valéria e paraná de Parintins



Fonte: CPRM (2010); IBGE (2010). Organizado pelo autor

Essas atividades se instalaram em detrimento da cobertura vegetal, provocando desequilrios que exigiram ações e mudanças por parte dos comunitários e do poder público para conservação e recuperação do ambiente – ações como a criação de uma ONG denominada Grupo Ambiental Natureza Viva (GRANAV), instituição composta de agentes ambientais voluntários formados pelos moradores. A transformação da área em projeto de assentamento extrativista pelo Governo Federal contribuiu para reduzir os impactos ambientais na rea (ALBUQUERQUE, 2012).

A pesca constitui uma atividade tradicional dessa zona, sendo predominantemente exercida no rio Amazonas e no paraná. Essas áreas estão no acordo de pesca elaborado pelas comunidades. Contudo, tem-se registrado uma diminuição na produção, em decorrência da pesca predatória feita por barcos regionais de porte médio do Pará e Amazonas na forma de “arrasto”, com redes de grande dimensão, e falta de controle da pesca pelos órgãos governamentais. Segundo

Albuquerque (2012), os principais problemas ambientais relacionam-se principalmente à pesca predatória, ao desmatamento nas margens dos rios, paranás, lagos e furos; lixo despejado nas margens do paraná e do rio Amazonas, esgotamento sanitário feito de forma precária no sistema de fossa negra – que durante o período de cheia fica submerso – ou diretamente no paraná, e a prática da pecuária bovina extensiva nas áreas de sedimentação nas margens dos lagos.

Albuquerque (2012) propõe um zoneamento ambiental da área em estudo, correspondente à área de várzea. Pelo zoneamento proposto, a área seria delimitada em *zona de preservação*, zonas de uso restrito comunitário, destinado às atividades dos comunitários, incluindo os lagos de pesca; *zona de preservação integral ambiental*, para proteção da ictiofauna e áreas sensíveis de várzea (APP); e uma *zona de uso produtivo* e de difícil controle, como o grande rio Amazonas e o paraná de Parintins.

A experiência do turismo no paraná de Parintins está ligada a visitas que os turistas de cruzeiros fazem à área, vindos da Boca da Valéria. Em tempos recentes, eram comuns visitas de pesquisadores que vinham verificar as atividades desenvolvidas pelo projeto.

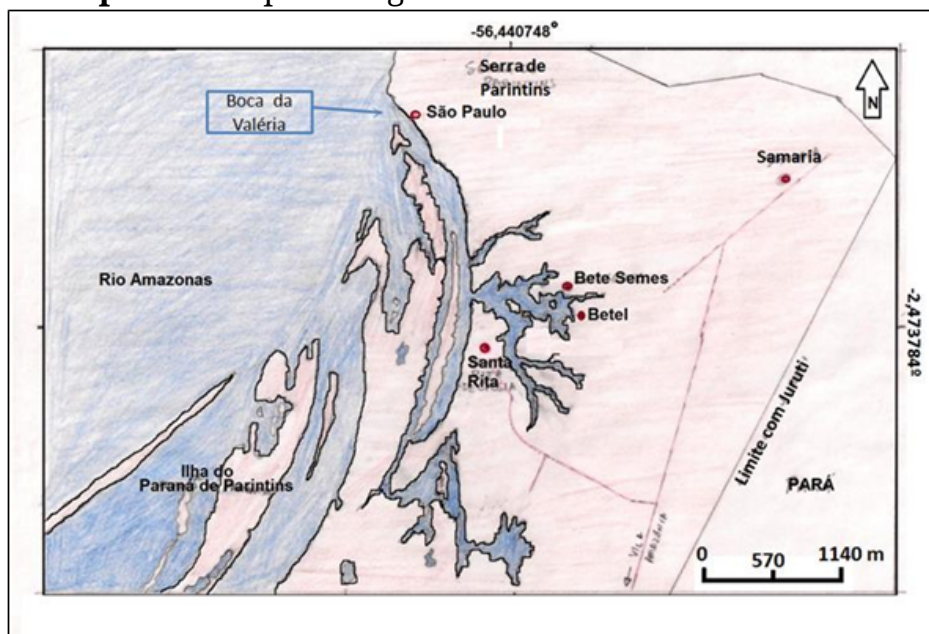
A “Boca da Valéria”, um novo espaço turístico

“Boca da Valéria” é o termo turístico utilizado para denominar o espaço visitado pelos turistas que viajam em cruzeiros pelo rio Amazonas. O termo *boca* é usado regionalmente para designar a entrada de um determinado rio ou paraná. Nesse sentido, o termo sempre foi usado para designar a entrada da região pelo lago da Valéria, na parte mais oriental do município de Parintins.

A apropriação do nome parece ser uma estratégia de *marketing* para *vender*, turisticamente falando, esse espaço.

Na boca da Valéria está localizada a Comunidade de São Paulo. Na historiografia do lugar, essa região sempre foi citada pelos primeiros viajantes devido à presença da serra de Parintins, que marca os limites territoriais entre o Amazonas e o Pará. Em 1806, a região foi o local escolhido para um posto de fiscalização de mercadorias que eram transportadas de barco em direção ao Grão-Pará. O posto funcionou até 1824 (SAUNIER, 2003).

Mapa 14 – Mapa da região da Valéria – “Boca da Valéria”



Fonte: Organizado pelo autor a partir de imagem do Google Earth

Contam os antigos moradores que, nos anos 1970, devido à visita dos primeiros transatlânticos, alguns moradores da Comunidade de Santa Rita de Cássia mudaram-se para a boca da Valéria, dando origem à Comunidade de São Paulo.

A região da Valéria é composta por 5 comunidades (mapa 14). A maior delas é a Comunidade de Santa Rita, com 68 famílias e uma escola municipal com 6 salas de aula. É ligada por estrada à Vila Amazônia, que dispõe de serviço de transporte até Parintins por meio de balsa tipo *ferryboat*.

Além da floresta, a região é formada pelos lagos Murituba, lago Grande e lago Pequeno, sendo uma região famosa pelos sítios arqueológicos nela localizados e suas serras (morros) (figura 23).

A região da Valéria é uma área de terras altas correspondentes a formações dissecadas da formação Alter do Chão, com altitudes que podem chegar a 100 metros. A Serra de Parintins é o maior exemplo, com 115 metros.

Figura 23 – Transatlântico em frente à serra de Parintins na “Boca da Valéria”
– Parintins (AM)



Fonte: Acervo do autor

As características da região não diferem das do restante do município. A população afirma, no entanto, que as temperaturas são amenizadas pelos ventos que sopram no local e devido à presença da vegetação. Afirmam também que é uma região em que chove muito.

Segundo dados climáticos, as temperaturas médias da região atingem 26 °C e as chuvas chegam a 2200-2300 mm (CPRM, 2010).

As atividades econômicas desenvolvidas em toda a região da Vila Amazônia estão voltadas principalmente à agricultura, sendo praticadas também a pecuária e a pesca.

Na região da Valéria, o turismo tem crescido principalmente pela visita, no período de outubro a abril, dos cruzeiros de transatlânticos, que param em frente à serra de Parintins, tendo como ponto de desembarque a Comunidade de São Paulo.

As comunidades visitadas são as comunidades de São Paulo, Bete Semes, Betel, Santa Rita de Cássia e Menino Deus do Paraná de Parintins.

Comunidade de Santa Rita de Cássia

A comunidade de Santa Rita de Cássia é a maior de todas na localidade. São 68 domicílios e 438 habitantes, conforme o IBGE (2011). Está basicamente assentada no topo de um platô de 82 m de altura. Chega-se a Santa Rita por barco ou por estrada de chão batido (piçarra) que leva até a Vila Amazônia.

A origem da comunidade remonta aos anos 1920; todavia, há resquícios arqueológicos da ocupação por vários povos na localidade em vários períodos.

Pesquisas realizadas pela Universidade do Estado do Amazonas (SILVA; SOUZA; FONSECA, 2010) sobre a presença dos artefatos arqueológicos na Comunidade de Santa Rita apontam algumas respostas para o processo de ocupação da região e a produção cerâmica.

De acordo com Neves (2006), dados sobre o início da produção cerâmica na Amazônia mostram que as datas mais antigas estão em torno de 5.000 e 3.500 a.C., bem antes da adoção da agricultura. As cerâmicas mais antigas das Américas estão localizadas no Baixo Amazonas, próximo à Santarém. No Baixo Amazonas há um trecho que vai do rio Trombetas e Amapá à leste, até a região das cidades de Nhamundá, Parintins e Maués no Amazonas, a oeste, onde é possível encontrar sítios com cerâmicas de grande beleza pertencentes à chamada tradição Incisa e Ponteadada, datados do ano 1.000 a.C a 1.500 d.C., ou seja, até o início da colonização europeia. Eles podem ser bastante grandes, com vários hectares de área e terras pretas antrópicas, indicando que eram grandes aldeias sedentárias ocupadas por populações numerosas. Neves (2006) salienta que talvez as cerâmicas mais conhecidas dessa tradição sejam as cerâmicas tapajônicas ou de Santarém (p. 81).

Os autores procuram aproximar ainda mais as características cerâmicas com as das encontradas na região.

Outras cerâmicas que pertencem à tradição Incisa e Ponteadada foram identificadas próximo à Santarém, na região dos rios Nhamundá e Trombetas, assim como na região de Parintins, e são conhecidas como Kondori. Essas cerâmicas apresentam uma decoração modeladas em motivos antropomórficos e zoomórficos. A diferença das cerâmicas tapajônicas é que os vasos são geralmente maiores. Os fragmentos desses vasos são denominados pelos moradores locais como “caretas” e frequentemente encontradas em áreas de terra preta e roças por toda a região do Baixo Amazonas (SILVA; SOUZA; FONSECA, 2010, p. 81).

Segundo os autores, não se pode afirmar, dados os níveis do conhecimento até agora adquirido, quais os povos que ocuparam a região e deixaram os vestígios. Apontam poder tratar-se dos Tupinambá, que se casaram e se aparentaram com os índios Aratu, Apoicuitara, Godui, Yara e Curiatós que habitaram a margem esquerda do rio Amazonas (SILVA; SOUZA; FONSECA, 2010, p. 81-82).

Segundo relatos dos moradores mais antigos, a vila se formou aos poucos depois de uma grande seca.

“- eu tinha, eu nem me lembro mais, quando eu vim pra cá meu filho mais velho tinha 3 meses, hoje ele tem 41 [em 1972]. Não morava muita gente por aqui. Nós viemos pra cá mesmo, mas a gente ia lá pra Colônia [Assentamento] fazer roça. A gente ia morar pra lá com os moradores de lá. O lugar lá era chamado naquele tempo Miritizal seco. (...) O pessoal convidava, vamo fazer doce, vamo fazer roçado. Quando fica secando o roçado, vocês vêm imhora. A gente queima e a gente manda chamar vocês. Aí já fica difícil a gente ficar vindo e voltando. E aí a gente fez roçado, o pessoal chamou a gente pra fazer farinha. O marido foi buscar uma ceivadeira grande que a gente tinha (...) e um catitu* [*equipamentos pra fazer farinha] ele foi também buscar. A gente fazia farinha lá. Aí a gente num voltou mais, o meu marido vendeu tudo lá... Fiquemo... e aí a gente fez uma barraquinha aqui, a gente vinha fim de semana assistir à missa aqui, já tinha a igreja aqui. Já tinha umas pessoas aqui, acho que já tinha bem umas 30 famílias aqui, sim. Só que aumentou muito, tinha muitos filhos e foi crescendo, se espalhando”,* conta dona RX, 70 anos, aposentada.

Hoje a comunidade atende os moradores do entorno com sua pequena infraestrutura. A escola municipal recebe inclusive alunos das comunidades próximas do vizinho estado do Pará. No entanto, carece de um posto de saúde, todo o atendimento é realizado na Vila Amazônia, cerca de 20 km por estrada de chão batido.

As atividades principais são a agricultura e a pecuária. Todavia, como em todas as comunidades da região, alguns se especializaram na confecção de artesanato dirigido aos turistas de cruzeiros.

Segundo PR, 40 anos, são cerca de 400 artesãos que obtêm uma renda extra complementar à atividade de agricultor ou criador. Segundo ele, *“- a safra de turistas aqui na Valéria ela tem uma demanda muito grande de material de fabricação [artesanato], é uma economia que fica na região, bem grande; por exemplo, nós temos aqui na Valéria mais de 400 artesões, então esses artesões na safra, em média, eles conseguem fazer 50 mil dólares por cada artesão, cada um em toda safra, né [de outubro a abril], então é uma economia muito grande. O pessoal até de Parintins, quando o pessoal comenta isso, por aí era tudo isso? Mas se*

você for conferir que um artesão por safra, por encosta do transatlântico, cada artesão ele consegue fazer 300 dólares, só os artesãos que tem material pra vender, fora os caras que vão nas trilhas [guias], que tem o rabeta [passeio de canoa], sabe que ali a pessoa que tá vendendo o colar, tem um animal que eles simpatizam, a pessoa sempre leva pra ali algum papagaio¹⁰, essas coisas aí, então é uma economia muito grande que fica na região da Valéria, a partir de setembro a maio de todos os anos [é possível que a estação se prolongue de setembro a maio]”.

Apesar de haver um erro de cálculo do entrevistado, quando ele afirma que os artesãos chegam a ganhar 50 mil dólares, que, na verdade, considerando que ganham por parada de navio 300 dólares e são entre 10 e 15 paradas de navios, é provável que ganhem entre 3.000 e 4.500 dólares por estação de cruzeiros, é significativa a importância dessa renda extra para as famílias das comunidades envolvidas com o receptivo turístico.

Figura 24 – Santa Rita de Cássia da Valéria: estrada, comunidade, escola e acesso por rio



Fonte: Acervo do autor

10 O entrevistado cita a presença de animais durante as visitas dos turistas, o que pode ser caracterizado como ato ilegal de venda de animais silvestres, mas foi observado que eles levam alguns animais “domesticados” para exposição e registro fotográfico, o que dá renda aos seus donos. Apesar disso, o ato pode ser considerado incorreto, à vista da lei.

No entanto, os artesãos afirmam que nem sempre as vendas são boas. Quando começaram a exigir que a madeira fosse certificada, muitos navios começaram a avisar seus passageiros sobre a dificuldade de transportar material não certificado, além de uma melhor consciência ecológica por parte dos turistas que se viam na obrigação de recusar qualquer produto feito a partir de exploração ilegal, animais silvestres ou por serviço de menor ou escravo. Ainda perdura esse cuidado, necessitando que haja um diálogo entre os artesãos, órgãos ambientais e agentes de viagem.

Os primeiros turistas visitavam a região no período da cheia dos rios, adentrando a região com seus próprios barcos. A comunidade de Santa Rita, que fica mais para dentro, era a mais visitada, pois de suas encostas era possível ver o rio Amazonas e parte do complexo de lagos e floresta. Além do mais, chamava a atenção a quantidade de artefato cerâmico que aflorava do chão, a que os habitantes locais não davam muita importância. Até que pedaços cerâmicos começaram a ser vendidos como souvenir aos turistas, por até um dólar, ou trocado por bolachas, chocolate, brinquedos com as crianças.

Quem afirma isso é dona RX: *“- olhe, esses navios começaram a chegar aqui quando nós já morava aqui. Eles num encostava assim na bera, eles ficava rodando. Olha, quando nós morava lá no Miritizal seco, os meninos vinha estudá aqui, eles [os barcos dos turistas] encostava lá, eles davam ovo cozido, eles davam espelho, eles davam pente... agradavam... e outras coisa, eles botavam nas mãos deles. Olha, quando eles chegavam lá no centro com nós, eles chegavam muito alegre: ‘olha, nós ganhomo isso, o motorista deu isso pra nós, ele me deu pente, ele me deu lápis, me deu ovo cozido, me deu pão’... chegavam muito alegre”*.

Posteriormente, por iniciativa de um historiador que ocupou a coordenação do CAT, no final dos anos 1990, houve uma maior atuação da Amazonastur na região, oferecendo cursos e palestras. Nesse momento, com ajuda de antropólogos convidados pela referida agência, foi colocada a importância do artefato como bem cultural, histórico e de patrimônio da União, sendo ilegal a sua comercialização. As “caretinhas”, como são chamadas por apresentarem características amorfas semelhantes a animais e rostos, deixaram de ser vendidas, chegando-se, inclusive, a ter a iniciativa de criar um museu desses objetos. O lugar escolhido foi um antigo escritório do INCRA abandonado, que durou pouco tempo (figura 25).

Figura 25 – Artefatos cerâmicos de Santa Rita da Valéria expostos em local improvisado



Fonte: Acervo do autor

Comunidade de São Paulo da Valéria

A Comunidade de São Paulo é composta por cerca de 20 famílias, com uma população aproximada de 200 pessoas (2012). Está localizada no sopé da serra de Parintins, na boca da Valéria. São os primeiros a ter contato com os turistas visitantes. É em São Paulo que outros membros se reúnem para preparar o receptivo, como capinar, limpar, armar ou reparar o porto improvisado de madeira onde as lanchas vão aportar, além de definir os lugares de cada um e suas barracas.

Os primeiros turistas que chegam pelo mês de outubro experimentam o período da vazante dos rios da Amazônia; basicamente, até dezembro é quase impossível fazer passeio de canoa (figura 26).

A Comunidade de São Pedro restringe-se a uma pequena extensão de terras, aproximadamente 100 metros, caracterizando uma ocupação desordenada e fora da área de assentamento do PA de Vila Amazônia, apesar de o INCRA já ter feito o assentamento desses nos seus pequenos lotes. Isso tem causado alguns conflitos com os proprietários de terras assentados mais antigos e com lotes maiores que se estendem até o local.

Figura 26 – Comunidade de São Paulo: receptivo na vazante e na cheia



Fonte: Acervo do autor

Dona VR, 50 anos, agricultora e artesã de São Paulo, conta sobre a dificuldade de preparar a área para o receptivo e os conflitos: *“não, essa parte aí é frente do (fulano)... a comunidade é pequena, é 100 metros só, só um pedacinho... só 100 metros de frente a comunidade... essa parte todinha é deles... da AC [assentada], né... é eles que organizam essas barraquinhas aí [construídas para o receptivo e alugadas]... porque se fosse pertencer pra comunidade, era nós que organizava, mas só que ... aí fica difícil de organizar... essa parte de lá da comunidade... que tem o marco pra cá é meu, é meu terreno, mas só que essa parte pra cá os turistas já tão acostumados e vão só pra estrada e pro lado de lá, pra cá bem pouco eles anda... aí fica difícil organizar pra cá, talvez, se organizasse, era capaz de virem turistas pra cá, pra esse lado também, mas que fica difícil, fica, porque eles tão acostumados mais em ir pra estrada, e aí pra banda da escola da Samaria... aí fica difícil de organizar nesse sentido, porque se fosse assim, pertencesse tudo pra comunidade, ficava mais fácil de organizar melhor esse problema aí”*.

Os conflitos não se resumem somente a essa questão. Tem crescido o número de canoeiros para passeios nos lagos, ocasionando

conflitos e ciúmeiras. Os mais antigos reclamam de que os novatos não respeitam os preços estabelecidos, e a competitividade causa conflitos.

“- o cara consegue 50 dólares num rabeta, ali fazendo catraia (passeio), uma catraia, essas coisas aí é dinheiro”, afirma PR, da comunidade de Santa Rita.

O preço estabelecido fica entre 5 e 10 dólares por pessoa, dependendo do tempo do passeio, a média é 1 hora. Alguns canoieiros dizem que cobram mais caro pelo peso, pois os turistas tendem a ser pesados.

“- mas nós cobra assim, se for um grandão, não dá prá levar muita gente, e então é mais caro, eles pagam... sabem que é pesado”, afirma NO, 25 anos, da Comunidade Betel.

A Comunidade também começou a surgir depois das visitas dos transatlânticos. As poucas famílias que moravam na região não ocupavam o local onde é hoje São Paulo. Logo algumas famílias se deslocaram de Santa Rita para a boca da Valéria, formando a Comunidade de São Paulo. A igreja foi construída com ajuda financeira dos transatlânticos.

Dona VR faz referência aos primeiros transatlânticos a parar na “Boca da Valéria” e às estratégias para tornar a região ponto de recepção de turistas: *“- eles começaram a vir, no tempo do seu Rosset [provavelmente um guia ou o oficial de cabotagem brasileiro], uns 30 anos que ele veio, (...) ele parou, aí perguntou como ele podia ajudar a comunidade, e era a primeira vez que ele tava vindo, aí a gente conversou com ele nessa época, não era ainda comunidade, era um núcleo... ele era brasileiro, (...) o núcleo ainda pertencia a Santa Rita, mas a gente já tinha um culto, mas era mais pra lá, Santa Rita era a principal comunidade, aí foi o tempo que eles desembarcaram. Ele pediu pra ajudarem assim, aí ele pediu que a gente fizesse uma urna, essa urna foi feita pra angariar recursos pra fazer a igreja, foi feita uma igreja de madeira, e depois de madeira já ficou sendo de alvenaria, e assim que começou, e aí começou os navios, né, aí depois desse navio já vieram muitos navios, que todos paravam aqui”*.

As comunidades evangélicas de Bete Semes e Betel

As comunidades de Bete Semes e Betel são duas comunidades separadas por um pequeno riacho bem no centro da área dos lagos, é um lugar de belas paisagens (figura 27). Sua característica principal, e que as diferencia das demais, é que são comunidades que se formaram em torno de uma igreja evangélica, na realidade duas. A Comunidade

Os artesãos sempre reivindicam uma maior participação do poder público, principalmente na realização de cursos e aperfeiçoamento profissional; cursos de línguas estrangeiras também são solicitados para os mais novos.

Os comunitários conhecem bem a região, como pode ser observado no mapa desenhado por moradores de Santa Rita (mapa 15). Isso por si já indica que há muitas possibilidades de aproveitamento dos jovens como guias turísticos, por exemplo.

O mapa apresenta detalhes da região e suas comunidades, colocando a comunidade de Santa Rita como o centro de toda a área. Talvez por sua posição, em cima de um platô, ou por sua importância como maior comunidade e que apresenta melhor infraestrutura.

CONCLUSÃO

Nestes novos tempos, descritos como um período de paz mundial, as melhorias nas condições de renda dos trabalhadores, graças ao aumento do número de empregos e o aumento do tempo-livre, possibilitaram um investimento maior do capital no setor de turismo, situação que já vinha desenhando-se desde o fim da Segunda Grande Guerra, principalmente nos países desenvolvidos, e que agora atinge um número maior da população mundial. Nem mesmo as crises econômicas, a partir dos anos 1980, e os atentados de 11 de setembro de 2001 e suas consequências, conseguiram reduzir o crescimento do setor, que nos últimos anos apresenta crescimento ascendente.

Novas formas de turismo surgiram e outras cresceram, sempre em busca do diferente, do exótico, do fora do cotidiano. As discussões em torno das questões ambientais também elevaram o nível de conscientização pela proteção do planeta e dos seus ecossistemas, valorizando ainda mais esses nichos de turismo e possibilitando um aporte maior de capital ao setor. O que era novo deixou de ter importância, e a busca por novidades é cada vez maior. O que pode ser novo nesses tempos de informação em tempo real?

Vendem-se os espaços como se vende uma mercadoria, já disse Carlos (1996). Mas essa forma de reprodução do capital não é nova. Há muito se vendem as grandes cidades, os grandes monumentos, os grandes centros comerciais, as grandes paisagens como mercadoria a ser consumida pelo mercado turístico.

A imagem que o turista tem dos lugares na Amazônia não é a mesma, pois difere dentro do tempo e do espaço. Ao longo do tempo nos deparamos com diversos conceitos ou pré-conceitos atribuídos e aplicados à Amazônia e a seus diversos espaços. Isso implica também reconhecer que a Amazônia não é homogênea, nem física nem socialmente. Seus diversos ecossistemas envolvem uma multiplicidade de interações e inter-relações já bastante estudadas. Seus habitantes diferem justamente porque se adaptam e interagem com o meio em que vivem, modificam-no e encontram sempre novas formas de sobrevivência na floresta e na água.

Existem formas de exploração da floresta muito degradantes e que acabam atingindo a Amazônia, se considerada como uma reserva de recursos. A exploração mineral e madeireira, sem dúvidas, é uma das principais causas de degradação ambiental, e por que não dizer,

social, na região. O garimpo, apesar de proibido, porque degradante e poluente, continua a ocorrer na região. As mudanças climáticas também têm provocado alterações nos processos ambientais de vazante-enchente, de chuva-calor (precipitação-temperatura), com queimadas sazonais, que afetam o comportamento dos habitantes da região, o que implica o incremento das desigualdades e dos conflitos socioambientais na região.

As formas de exploração com a floresta em pé, já defendidas por cientistas como Lutzenberger, Ab'Saber e Gonçalves, dentre outros, são uma alternativa viável para a manutenção das populações locais, preservando o meio ambiente em que vivem. Sem falar naqueles que, inclusive, foram martirizados na luta em defesa dessas ideias, como Chico Mendes, Dorothy Stang e tantos outros.

Formas sustentáveis de vida na floresta, e não necessariamente o conceito sustentável dos que não conhecem a Amazônia, podem resultar em bons frutos para as sociedades locais. Exemplos como os sistemas agroflorestais sustentáveis (SAS), reservas extrativistas, praticados em várias áreas da Amazônia e no Cerrado, dão conta de como é possível explorar os recursos naturais sem depredar o meio em que se vive. O turismo também se coloca como um desses exemplos, desde que desenvolvido de modo a que se preserve não só o meio, mas também as formas de vida da sociedade e suas culturas. Exemplos não faltam, apesar de serem poucos, fazendo com que se perceba a necessidade de apreender e aprofundar as experiências nesse campo.

Como exemplo de turismo de base comunitária, pode-se citar o município de Silves, no Amazonas, onde uma comunidade local, com o apoio de uma ONG e da Igreja Católica, criou a Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural (ASPAC), que conseguiu, junto à Câmara de Vereadores, a proibição da pesca comercial e a implantação do manejo da pesca artesanal por meio de proteção dos lagos. O programa comunitário de educação ambiental criado, denominado “Caravana Mergulhão”, valorizou e mobilizou a participação e o debate sobre a importância do respeito às normas e à legislação municipal sobre conservação da pesca. Paralelamente ao trabalho de educação ambiental e conservação dos recursos pesqueiros, a ASPAC, com apoio do World Wild Found (WWF), optou pelo desenvolvimento do turismo como alternativa econômica para as comunidades ribeirinhas. Foi construída uma pousada (Aldeia dos Lagos) onde há participação intensa das comunidades ribeirinhas, tanto na atividade de hospedagem como nas atividades de lazer oferecidas ao turista. Os turistas conhecem como vive o ribeirinho, como ele pesca, planta, faz a farinha, faz o peixe para comer, além de fazer os passeios dentro

da floresta e na cidade, deixando divisas para o município (VALENTE; AZEVEDO FILHO, 2011).

Em Parintins, o foco do turismo está direcionado ao seu Festival Folclórico, que ganhou dimensões mundiais após sua midiatização nos anos 1990. Todos os esforços são realizados para tornar o “período do boi” um forte atrativo para turistas do Brasil e do mundo. São três dias de intenso movimento, mas uma preparação que dura o ano todo e se intensifica nos três meses que antecedem o grande evento, realizado no último fim de semana de junho. Pode-se pensar esse tipo de turismo sob diversos ângulos, seja como uma aventura, que se define pelas dificuldades que são impostas ao turista, que tem que viajar em embarcação regional, aventurando-se pelo rio Amazonas, e ao mesmo tempo, pelas dificuldades durante a estada na cidade e pelo caos provocado pela grande quantidade de pessoas que vêm para Parintins. Em tal situação, nem mesmo toda a estrutura de serviços empregada pelo Estado é suficiente para atender a todas as demandas. Também é possível percebê-lo como uma grande experiência cultural e de lazer, cujo diferencial é estar em contato com uma cultura diferente, com lugares diferentes e com atividades diferentes daquelas do cotidiano do visitante.

Mas Parintins tem um grande potencial turístico, além do festival. Existem ali outros eventos que lhe dão notoriedade regional, mas que ainda são pouco explorados, como o Carnaval, a Festa da Padroeira Nossa Senhora do Carmo e a visitação por turistas de transatlânticos. Além desses, há possibilidades de exploração da atividade turística nas comunidades rurais, dada suas características peculiares de trabalhadores-ribeirinhos e produtores rurais, que interessam a uma atividade turística comunitária.

Os turistas de cruzeiros já conhecem a “Boca da Valéria”, na região da Valéria, interação com a população local, visitam a floresta e compram artesanato, mas não é uma relação saudável de troca de conhecimentos e experiências entre turistas e comunidade local. É necessário avançar nessa discussão, a fim de tornar esse tipo de turismo um exemplo para a Amazônia como um todo. Essa discussão deve abranger todas as comunidades envolvidas, os agentes de turismo e o poder público, de modo a buscar caminhos que possibilitem a convivência da população com o turista, sem que haja perda de suas características culturais tradicionais, sejam eles pescadores, agricultores ou artesãos.

Desta feita, é preciso (re)pensar o turismo para a região, e em particular para o estado do Amazonas e para Parintins. O turismo tem de deixar de ser aquela atividade de momento, independente e

desarticulada do todo. O todo é o cotidiano do lugar, o cotidiano da sociedade, o seu dia a dia, suas relações com o meio ambiente, suas manifestações simbólicas, culturais, religiosas, artísticas, políticas e econômicas. O turismo tem de perpassar o sentido de ser da população local, caso queira permanecer como uma atividade importante para o município (e para o estado). É preciso repensá-lo e planejá-lo adequadamente, implicando envolver toda a sociedade nisso. Esse envolvimento não pode ser de mero coadjuvante, mas sim o ponto central da atividade, para que os bons frutos advindos da atividade turística possam ser colhidos pelos diversos atores, inclusive pelos que são afetados diretamente pela presença dos turistas.

O pecado do Poder Público é pensar que o turismo se faz apenas no mês do festival. Uma cidade que se quer turística pode ser objeto de visitação o ano todo, mesmo que em torno do festival. Uma política de turismo consistente deve ser planejada para atrair e atender aos turistas que venham visitar a cidade durante todo o ano.

Durante o II Fórum de Turismo de Parintins e IV Encontro de Turismo Comunitário da Amazônia, realizados em novembro de 2014, no Centro de Estudos Superiores de Parintins, da Universidade do Estado do Amazonas, com a participa o de diversos seguimentos ligados ao turismo,   comunidade acad mica e à sociedade parintinense, foram apresentadas propostas para ser consideradas em políticas públicas locais.

Uma das propostas aponta a necessidade de planejar justamente a Política Municipal de Turismo, neste sentido, reestruturando e restabelecendo o Conselho e o Fundo Municipal de Turismo, e no mesmo caminho promovendo a cria o de uma Secretaria exclusiva de Turismo, capaz de atender às demandas locais desse seguimento e de gerir o próprio festival. Foi muito questionado o controle da gestão do Festival Folclórico pelo governo estadual. Ficou claro que os participantes compreendem que outras esferas de governo, estadual e federal, devem participar com financiamento e outros apoios, mas a gestão deve caber ao governo local, por meio da Secretaria de Turismo e das agremia es envolvidas.

Não isoladamente, a defini o de uma Política Municipal de Turismo, construída com a participa o das organiza es ligadas ao turismo, de empresários, dos comunitários, de agentes públicos, do Ministério Público, da Câmara Municipal e dos três níveis do Poder Público, deve orientar os caminhos a serem seguidos e o apoio devido àqueles que querem participar dessa atividade importante para o município e o estado.

Nesse sentido, tais ações devem estar articuladas à formação de mão de obra, desde o ensino médio até o ensino superior, sendo apontada ainda a ausência de um curso de graduação nessa área.

Por fim, os itens apresentados acima, e outros, indicam a necessidade de repensar o turismo em Parintins. A dinamicidade dessa atividade econômica é demonstrada pelo processo que faz com que, em 2013, já tenha havido uma significativa reforma na estrutura do Bumbódromo, que passou a abrigar 16.500 pessoas para assistir ao espetáculo, além de outras comodidades.

O turismo na região não está isolado do seu todo, ou seja, das políticas do turismo para a Amazônia e o Brasil. Mas se consolida em várias partes do país, inclusive na região, uma maior valorização do turismo de base comunitária, que, mesmo sem todo o apoio do Estado, consegue superar barreiras, divergências e interesses pessoais, constituindo uma prática na qual a sociedade envolvida também é valorizada, seja com sua permanência no local, seja na sua cultura, e provendo uma renda extra para associar às demais atividades desenvolvidas tradicionalmente.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, Aziz N. *Amazônia do discurso à práxis*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

AB'SABER, Aziz N. *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. 5. ed. Cotia: Ateliê, 2008. 159 p.

ALBUQUERQUE, Carlossandro Carvalho de. *Análise geoecológica da paisagem de várzea na Amazônia Central: um estudo estrutural e funcional no Paraná de Parintins-AM*. Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia, da Faculdade de Geociências, da Universidade Federal do Ceará. Ceará, 2012.

AMARAL, Rita de Cássia de Mello Peixoto. *Festa à Brasileira: significados do festejar, no país que “não é sério”*. Tese (Doutorado em Antropologia). Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

AMAZONAS. Amazonastur. *Síntese dos Indicadores de turismo do Amazonas 2003-2011*, Manaus, 2012. Disponível em: <<http://amazonastur.am.gov.br>>. Acesso em: 23 set. 2012.

AMAZONAS. Amazonastur. *Síntese dos Indicadores de turismo do Amazonas 2004-2014*. Manaus, 2015. Disponível em: <<http://www.amazonastur.am.gov.br/indicadores-de-turismo>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

ANDRADE, Larissa da Silva; CARNEIRO, Paulo. *História e Memória Política do Município de Parintins 1977 a 1988*. Parintins: Câmara Municipal de Parintins, 2012.

ANDRADE, Terence K.; TAVARES, Maria Goretti. O projeto de integração amazônica visto pela turistificação dos lugares. *Revue franco-brésilienne de géographie / Revista franco-brasileira de Geografia*, n. 14, 2012.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *No Rio Amazonas (1859)*. Tradução Eduardo de Lima Castro. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

AZEVEDO FILHO, João D’Anuzio M. *O impacto da poluição do ar sobre a incidência de doenças respiratórias na população de Manaus: o caso do bairro do Mauzinho entre 2000 – 2003*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e Sustentabilidade da Amazônia – PPG CASA/CCA/UFAM. Manaus, 2004.

BARTHOLO JR, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (Orgs.). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. v. 1. 508 p. Disponível em: <<http://www.ivt-rj.net/ivt/bibli/Livro%20TBC.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2011.

BATISTA, Ieda Hortêncio. *Urbanização e Ambiente: Análise dos indicadores da qualidade de vida na Cidade de Parintins*. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

BECKER, Bertha K. *Amazônia*. 3. ed., São Paulo: Ática, 1994 (série Princípios).

BOHRER, Claudio Belmont de A.; GONÇALVES, Lucia Maria C. Vegetação. In: IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Geografia do Brasil. Região Norte*. v. 3. Rio de Janeiro: IBGE, 1991, p. 137-168.

BRAGA, Sergio Ivan Gil. *Os Bois-Bumbás de Parintins*. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Lúcia Aparecida Montes. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP, Rio de Janeiro: Funarte: EDUA, 2002.

BRAGA, Sérgio I. G.; FERREIRA, Hueliton S. Por uma antropologia do espaço social: os ensaios de Garantido e Caprichoso em Manaus. *Revista Somanlu*, Manaus, v. 1, 2004, p. 139-161.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. DNPM. *Projeto Radambrasil*. v. 10. Folha SA21. Rio de Janeiro: IBGE, 1976.

BURSZTYN, Ivan (Orgs.). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 92-107. Disponível em: <<http://www.ivt-rj.net/ivt/bibli/Livro%20TBC.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2011.

BUTEL, Irian; BUTEL, Larice; CURSINO, Jucielle. *História e Memória Política do Município de Parintins 1964 a 1976*. Parintins:

Câmara Municipal de Parintins, 2012. Disponível em: <<http://www.camaraparintins.am.gov.br/>>.

BUTEL, Larice et al. *História e Memória Política do Município de Parintins: 1º legislatura de 1947 a 1941*. Parintins: Câmara Municipal de Parintins, 2011. Disponível em: <<http://www.camaraparintins.am.gov.br/>>.

CARLOS, Ana Fani A. O Turismo e a produção do Espaço. *Revista Geografia e Ensino*. Belo Horizonte-MG, v. 8, n. 1, p. 47-56, 2002.

CARLOS, Ana Fani A. O turismo e a produção do não-lugar. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani A.; CRUZ, Rita de Cássia A. (Orgs.). *Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura*. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 25-39.

CARVALHO, José Alberto Lima de. *Terras caídas e consequências sociais: Costa do Micarauera - Paraná da Trindade, município de Itacoatiara - AM, Brasil*. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2006.

CASIMIRO FILHO, Francisco. *Contribuição do turismo à economia brasileira*. Tese (Doutorado em Ciências) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2002.

CASTRO, Iná Elias de. Paisagem e Turismo. De Estética, Nostalgia e Política. In: YÁZIGI, Eduardo (Org.). *Paisagem e Turismo*. São Paulo: Contexto, 2002.

CORRÊA, Roberto Lobato. *A Tradição geográfica*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1986. (2002).

COSTA, João Batista S.; BEMERGUY, Ruth Léa; HASUI, Yociteru et al. Neotectônica da região amazônica: aspectos tectônicos, geomorfológicos e deposicionais. *Geonomos*. n. 4, v. 2, p. 23-44, 1996.

COSTA NOVO, Cristiane Barroncas M. O território do turismo de base comunitária na Amazônia: a experiência da pousada Aldeia dos Lagos em Silves – AM. *Anais do XI Encontro Nacional de Turismo de Base Local: Turismo e Transdisciplinaridade: novos desafios*. Niterói, 12-14 abr. 2010, p. 1154-1172.

CPRM. Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais. Serviço Geológico do Brasil. *Geodiversidade do Estado do Amazonas*. Organização: Maria Adelaide Mansini Maia & José Luiz Marmos. Manaus, 2010 (CD-Room).

CPRM. Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais. Serviço Geológico do Brasil. *Avaliação da qualidade das águas subterrâneas da cidade de Parintins*. Relatório Técnico. Manaus, 2005.

CRUZ, Rita de Cássia A. Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual: para pensar a realidade brasileira. In: BARTHOLO JR, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; CRUZ, Rita de Cássia A. *A geografia do turismo: de lugares a pseudo-lugares*. São Paulo: Rocca, 2007.

CRUZ, Rita de Cássia A. *Introdução à geografia do turismo*. 2. ed. São Paulo: Rocca, 2003.

CUNHA, Hillândia B.; PASCOALOTO, Domitila. *Hidroquímica dos rios da Amazônia*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas; Secretaria de Estado da Cultura; CCPA, 2006. v. 01. 127 p. Disponível em: < http://www.povosdamazonia.am.gov.br/pdf/hid_qui.pdf >.

DIEGUES, Antonio Carlos S. *Mito moderno da natureza intocada*. 3. ed. São Paulo: Hucitec/NAPAUB-USP, 2000.

FRAXE, Therezinha J. P. *Homens anfíbios: etnografia de um campesinato das águas*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 2000.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GASTAL, Suzana. *Turismo, imagens e imaginários*. São Paulo: Aleph, 2005 (Col. ABC do turismo).

GATTO, Luiz Carlos S. Relevo. In: IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Geografia do Brasil. Região Norte*. v. 3. Rio de Janeiro: IBGE, 1991, p. 47-60.

GOMES, Paulo Cesar da C. *Geografia e modernidade*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

GONÇALVES, Carlos Walter P. *Amazônia, Amazônias*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

GONDIN, Neide. *A invenção da Amazônia*. 2. ed. Manaus: Valer, 2007.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006 (Col. Geografia e Adjacências).

HARVEY, David. *Informações sobre as cidades*, 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>.

HARVEY, David. *Resultados Preliminares do Censo de 2010*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_preliminares/default_resultados_preliminares.shtm>. Acesso em: 02 jun. 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Geografia do Brasil. Região Norte*. v. 3. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação*. MRA: INCRA/DT. Relatório 0227, 18 ago. 2011.

INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. *Estudo do INPE indica que o rio Amazonas é 140 km mais extenso do que o Nilo*. 01 jul. 2008. Disponível em: <http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=1501>.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário Básico de Filosofia*. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

JOLY, Fernando. *A Cartografia*. Trad. Tania Pellegrini. 19. ed. São Paulo: Papirus, 2011.

JORNAL DO BRASIL, Internacional. Disponível em: <<http://www.jb.com.br>>. Acesso em: 07 abr. 2013.

KÄMPF, Nestor; WOODS, William; KERN, Dirse C.; CUNHA, Tony J. Classificação das Terras Pretas de Índio e Outros Solos Antrópicos. In: TEIXEIRA, Wenceslau G.; KERN, Dirse C.; MADARI, Beata; LIMA, Hedinaldo N.; WOODS, William (Edit. Téc.). *As Terras Pretas de Índio da Amazônia: sua caracterização e uso deste conhecimento na criação de novas áreas*. Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental, 2009, p. 87-102.

KNAFOU, Remy. Turismo e Território: por uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, Adyr A. B. *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001, p. 62-74.

LACOSTE, Yves. *Geografia, isso serve, em primeiro lugar, pra fazer a guerra*. Tradução Maria C. França. 4. ed. Campinas: Papyrus, 1997.

LACOSTE, Yves. Os objetos geográficos. *Seleção de Textos*. São Paulo: AGB, n. 18, p. 3-9, 1988.

LOHMANN, Guilherme; PANOSSO NETTO, Alexandre. *Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas*. São Paulo: Aleph, 2012.

LUCHIARI, Maria Tereza D. P. Turismo e meio ambiente na mitificação dos lugares. *Turismo em análise*. São Paulo: ECA/USP, v. 1, n. 1, p. 35-43, 2000.

LUSTOSA, Cesar Augusto. Milton Santos e o método de pesquisa em geografia. *Tempo - Técnica – Território*. Brasília: UNB/DEGEO, v. 2, n. 1, p. 49-59, 2011. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ciga/index.php/ciga>>.

MARTINELLI, Marcello. *Cartografia Temática: caderno de mapas*. São Paulo: EDUSP, 2003.

MARTINELLI, Marcello. *Os mapas da Geografia*. Congresso Brasileiro de Cartografia. São Paulo, 2003b.

MARTINELLI, Marcello. A cartografia do meio ambiente: a cartografia de tudo? In: *Mesa Redonda: Cartografia do Meio Ambiente*, 10º Encontro Nacional de Geógrafos, AGB, Recife, 1996.

MARTINELLI, Marcello. A representação cartográfica do mundo e dos lugares. In: Santos, M. (org.). *O novo mapa do mundo: problemas geográficos de um mundo novo*. 4. ed. São Paulo: Editora Annablume/Hucitec, 2002. p. 321-323.

MARTINELLI, Marcello. *As representações gráficas da Geografia: os mapas temáticos*. Tese (livre-docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

MARTINELLI, Marcello. Cartografia ambiental: uma cartografia diferente? *Revista do Departamento de Geografia*. USP, São Paulo. n. 7, p. 61-80, 1994.

MARTINELLI, Marcello. *Curso de Cartografia Temática*. São Paulo: Editora Contexto, 1991.

MARTINELLI, Marcello. *Mapas da Geografia e cartografia temática*. São Paulo: Contexto, 2003c.

MARTINELLI, Marcello. A imagem figurativa e a imagem cartográfica do turismo. In: FARIA, Ivani F. (Coord.). *Turismo: lazer e políticas de desenvolvimento local*. Manaus: EDUA, 2001b, p. 159-173.

MARTINELLI, Marcello. Cartografia do turismo e imaginário. In: RODRIGUES, Adyr B. (Org.). *Turismo rural: práticas e perspectivas*. São Paulo: Contexto, 2001, p. 151-170 (Col. Turismo Contexto).

MARTINELLI, Marcello; Pedrotti, M. A Cartografia das unidades de paisagem: questões metodológicas. *Revista do Departamento de Geografia*. São Paulo: USP, n. 14, p. 39-46, 2001.

MATURANA, Humberto. *A ontologia da realidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997.

MELO, Mario L.; MOURA, Hélio A. *Migrações para Manaus*. Recife: Massangana, 1990.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. Tradução Carlos Alberto de Moura. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MOLINA, Fabio S. *Turismo e produção do espaço – o caso de Jericaguara – CE*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MORAES, Antonio Carlos R. de. *Geografia, pequena história crítica*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

MORAES, Antonio Carlos R.; COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Crítica: a Valorização do espaço*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

OLIVEIRA, C. de. *Dicionário cartográfico*. 3. ed. Rio de Janeiro: FIBGE, 1987.

OMT. Organização Mundial do Turismo. World Tourism Organization (UNWTO). *World tourism barometer*. v. 11, 2013. Disponível em: <<http://www.unwto.org/facts>>.

OMT. Organização Mundial do Turismo. World Tourism Organization (UNWTO). *Tourism Highlights*. 2012 Edition. Disponível em: <<http://mkt.unwto.org/en/barometer>>.

OMT. Organização Mundial do Turismo. World Tourism Organization (UNWTO). *International Tourism Highlights*. 2019 Edition. Disponível em: <<https://www.e-unwto.org/doi/book/10.18111/9789284421152>>.

PEARCE, Douglas G. *Geografia do Turismo: fluxos e regiões no mercado e viagens*. Tradução Saulo Krieger. São Paulo: Aleph, 2003.

PEREIRA, Henrique dos S. *Iniciativas de co-gestão dos recursos naturais da várzea*, Estado do Amazonas. Manaus: IBAMA/Pró-várzea, 2004.

PEREIRA, Simone Rocha; ROBLES, Léo Tadeu. Cruzeiros Marítimos: O Turismo de Viagem e o Porto de Santos. *Anais do XIII Seminário em Administração – SEMES*. São Paulo: FEA/USP, 9 - 10 set. 2010. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/13semead/>. Acesso em: jun. 2011.

PORRO, Antonio. *O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Edusp, 1995.

PRINCESS Cruises (site). Disponível em: <http://www.princess.com/learn/ports/south_america/ports/BV1.html>. Acesso em: mar. 2010.

QUAINI, Massimo. *Marxismo e Geografia*. Tradução Liliana L. Fernandes. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

QUEIROZ FILHO, Alfredo P.; MARTINELLI, Marcello. Cartografia de análise e de síntese na Geografia. *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo, n. 87, p. 7 - 43, 2007.

QUEIROZ, Denise Regina Elias. Cartografia Temática: evolução e caminhos de pesquisa. *Boletim de Geografia*. Ano 25, v. 1, p. 137-150, 2007.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, Arthur César F. *A origem de Parintins*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1967, p. 1-57.

ROSS, Jurandyr L. S. (Org.). *Geografia do Brasil*. 6. ed. São Paulo: EDUSP, 2005.

SALATI, Enéas. O Clima atual depende da floresta. In: SALATI, Enéas; SCHUBART, H. O. R.; WOLFGAN, J.; OLIVEIRA, A. E. *Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 45-100.

SALATI, Enéas; SCHUBART, H. O. R.; WOLFGAN, J.; OLIVEIRA, A. E. *Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e Emoção*. 4. ed. 1ª reimp. São Paulo: EDUSP, 2004 (Col. Milton Santos).

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997 (Coleção Espaços).

SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade*. Petrópolis - RJ: Vozes, 1979.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. 6. ed. São Paulo: EDUSP, 2008 (Col. Milton Santos).

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: EDUSP, 2002.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 16. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2004b.

SAUNIER, Tonzinho. *Parintins: memórias dos acontecimentos históricos*. Manaus: Valer, 2003.

SDS. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. *Plano de Proteção: Área de Proteção Ambiental Nhamundá*. Manaus, 2008.

SILVA, Armando Corrêa da. *Fenomenologia e Geografia*. Orientação - Instituto de Geografia-Departamento de Geografia, USP, São Paulo, n. 7, p. 53-56, 1986.

SILVA, Adriana G.; FONSECA, Antonio P.; SOUZA, Amecy B. Sítios arqueológicos e patrimônios culturais da serra da Valéria: um estudo etno-histórico da identidade local. *Marupiara*, ano 4, n. 4, p. 77-93, jul./dez. 2010.

SILVA, Marilene Corrêa da. *O Paiz do Amazonas*. Manaus: Valer/Governo do estado do Amazonas/Uninorte, 2004.

SIOLI, H. *Amazônia: fundamentos de ecologia da maior região de florestas tropicais*. Petrópolis: Vozes, 1985.

SIOLI, H. The Amazon and its main affluents: Hydrography, morphology of the river courses; and river types. In: SIOLI, H. (Ed.). *The Amazon*.

Limnology and Landscape Ecology of a might Tropical River and its Basin. Dordrecht: Dr. W. JUNK Publishers, 1984, p. 127-165.

SOARES, Lúcio de Castro. Hidrografia. In: IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Geografia do Brasil. Região Norte*. Rio de Janeiro, v. 3, p. 73-121, 1991.

SOJA, E. W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Celso Gutemberg. Solos. In: IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Geografia do Brasil. Região Norte*. Rio de Janeiro, v. 3, p. 123-136, 1991.

SPOSITO, Eliseu Savério. *Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

TUAN, Yi-fu. *Paisagens do medo*. Tradução Livia de Oliveira. São Paulo: UNESP, 2005.

TUAN, Yi-fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Tradução Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

TUAN, Yi-fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo/ Rio de Janeiro: DIFEL, 1980.

URRY, John. *O olhar do turista, lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. Tradução de Carlos Eugenio M. de Moura. 2. ed. São Paulo: SESC/Studio Nobel, 1996

VALENTE, Isabel Farias; AZEVEDO FILHO, J. D. M. Levantamento das potencialidades turísticas na região do Paraná do Espírito Santo, APA Nhamundá, Amazonas. *Marupiara*, ano 4, n. 5, p. 88-104, jan./jun. 2011.

VALENTIN, Andreas. *Contrários: a celebração da rivalidade dos Bois-Bumbás de Parintins*. Manaus: Valer, 2005.

XAVIER, Herbe. *A percepção geográfica do turismo*. São Paulo: Aleph, 2007 (série Turismo).

WOOD, Robert E. Caribbean cruise tourism: globalization at sea. *Annals of Tourism Research*. v. 27, n. 2, p. 345-370, 2000. Disponível em: <<http://www.elsevier.com/locate/atoures>>. Acesso em: 20 maio 2012.

ZACARIAS, Andrea A; MARTINELLI, Marcello; CUNHA, Cenira Maria L.; PIROLI, Edson Luiz. A Cartografia de Síntese no planejamento e gestão ambiental. *Anais XIII Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada* (Comunicação Coordenada). Viçosa: UFV, 06-10 jul. 2009.

GLOSSÁRIO DE TERMOS DO FESTIVAL DE PARINTINS

Alegoria	Cenografias espetaculares que recriam as lendas, fábulas e ritos indígenas, concebidas sob o efeito tecnológico da engenharia da arte parintinense.
Amo do Boi	No Auto do Boi este personagem é o dono da fazenda. Tem por função proteger o boi e tirar versos, abordando temas variados, com ênfase no folclore e na Amazônia.
Apresentador	É a pessoa que conduz a festa. Tem como funções principais narrar e animar o espetáculo. É quem apresenta os outros itens.
Batucada	É o conjunto de tocadores do boi Garantido, responsável pelo som e ritmo peculiares que acompanham as toadas.
Boi	Refere-se ao Boi-Bumbá Garantido ou ao Boi-Bumbá Caprichoso.
Boi de rua	Festa tradicional dos Bois de Parintins caracterizada pelo desfile do Boi pelas ruas localizadas no lado da cidade destinado a cada um, respectivamente.
Bumbódromo	Centro de Convenções, palco da exibição do Festival Folclórico de Parintins. Em sua arena ocorre o confronto dos bois Garantido e Caprichoso.
Contrário	É a forma como, na época do Festival, os brincantes e populares referem-se ao boi adversário. O “outro” boi é o contrário. Durante a apresentação do Boi no Bumbódromo, toda referência ao boi adversário é feita com essa expressão.
Cunhã-Poranga	É a índia mais bela da tribo (e do Boi). Sua dança é um rito que fascina e encanta a aldeia. Personagem inserida no contexto da Lenda Amazônica ou Ritual Indígena por sua ligação com o universo mítico indígena.

Curral	Local destinado exclusivamente aos ensaios dos Bois-Bumbás, sendo composto por palco para a apresentação da banda oficial do boi, espaço para a dança em frente ao palco, bar com mesas e cadeiras e camarotes para acomodação dos membros da Diretoria. A Festa de cada Boi é realizada no seu curral.
Ensaio	Constitui-se de espaços musicais, destinados exclusivamente aos brincantes dos bois-bumbás, onde as letras das novas toadas são aprendidas, os passos são treinados e as coreografias para cada toada são criadas pelos grupos de brincantes.
Galera	É como é chamada a torcida de cada Boi-Bumbá. É formada pelos admiradores do boi que, durante o espetáculo, vibram e cantam com a alma nas arquibancadas do Bumbódromo.
Itens do Boi	São as figuras folclóricas do boi-bumbá como a Sinhazinha da fazenda, Cunhã-poranga, Porta estandarte, Pajé, entre outras.
Levantador	É o cantor das toadas, que envolvem e fazem vibrar brincantes e espectadores do Festival.
Mãe Catirina	Personagem do Auto do Boi, é a mulher do vaqueiro que, estando grávida, manifesta ao marido o desejo de comer a língua do boi de seu patrão, levando o marido, Pai Francisco, a matar o boi mais querido da fazenda.
Marujada	É o conjunto de tocadores do boi Caprichoso, responsável pelo som e ritmo peculiares que acompanham as toadas.
Pai Francisco	Personagem folclórico do Auto do Boi, Pai Francisco é o vaqueiro que para satisfazer o desejo da esposa grávida, mata um boi da fazenda de seu patrão.
Pajé	É o principal item do Ritual Indígena. É o feiticeiro, o curandeiro da tribo, que por sua intercessão junto aos espíritos do sobrenatural e o uso de inalações, beberagens e chocalhos, domina os espíritos maus que assombram os índios da aldeia.
Porta Estandarte	É a índia guerreira que defende o pavilhão do Boi-Bumbá. O estandarte é o símbolo maior que sintetiza todo o amor pelo Boi.

Ritual	Teatralização e desenhos coreográficos que proporcionam uma viagem cênica ao mundo sobrenatural onde habitam os mitos indígenas e para os quais são realizados os ritos em defesa da cultura ancestral e do estabelecimento do bem sobre o mal para guardar o bem-estar das tribos.
Sinhazinha da Fazenda	Personagem que, junto com o Amo, simboliza a participação do branco no Auto do Boi. É a doce, singela e encantadora menina, filha do dono da fazenda que tem o boi como seu animal de estimação.
Toada	É a base do espetáculo, pois é a partir dela que se constrói a dramaturgia e a partitura musical com a qual todos os elementos do grande espetáculo se desenvolvem. É a musicalidade que encanta com seus passos “dois pra lá dois pra cá”.
Tribo	Personagens que encenam o rico mundo étnico brasileiro. Por meio da teatralização dos ritos, momentos xamânicos e cenas do cotidiano indígena, retratam a cultura e a diversidade desses povos.
Praça dos Bois	É a praça que fica atrás do Bumbódromo, construída em 2004. De um lado o Azul, do Caprichoso e do outro, o Vermelho do Garantido, com bares e lanchonetes, quadras de esporte etc.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHIMOC	Administração das Hidrovias da Amazônia Ocidental
AM	Estado do Amazonas
ANA	Agência Nacional das Águas
APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Proteção Permanente
CAT	Centro de Atendimento do Turista
CESP	Centro de Estudos Superiores de Parintins
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
DETRAN	Departamento Estadual de Trânsito
DINTER	Doutorado interinstitucional
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
FAPEAM	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas
FES	Formação Econômica e Social
GGI	Gabinete de Gestão Integrada
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária
LIBLOC	Liga dos Blocos Carnavalescos de Parintins
MAG	Movimento Amigos do Garantido
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MINTER	Mestrado interinstitucional
MTur	Ministério do Turismo
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PA	Projeto de Assentamento
PAE	Projeto de Assentamento Agroextrativista
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo

PNT	Plano Nacional de Turismo
PROECOTUR	Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia
SDS	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SICTUR	Secretaria Municipal da Indústria, Comércio e Turismo de Parintins
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
UNWTO	United Nations World Tourism Organization
USP	Universidade de São Paulo
ZFM	Zona Franca de Manaus

SOBRE O AUTOR



JOÃO D'ANUZIO MENEZES DE AZEVEDO FILHO

Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP) em 2013. Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas (1992). Bacharel em Geografia também pela UFAM (1996). Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pelo Centro de Ciência do Ambiente (CCA) da UFAM (2004). Atualmente é professor adjunto do Centro de Estudos Superiores de Parintins da Universidade do Estado do Amazonas (CESP/UEA). Tem experiência na área de Geografia Humana, com ênfase em Geografia do Meio Ambiente, Geografia do Turismo e atua também em Geografia Física, ministrando disciplinas como Geomorfologia, Geografia Física da Amazônia, Hidrografia da Amazônia e Cartografia Temática. Tem desenvolvido pesquisas na área de Turismo e Sustentabilidade na Amazônia; Sociedade e Espaço na Amazônia. Lidera o grupo de pesquisa Sociedade, Meio Ambiente, Cultura e Ensino das Ciências na região do Baixo Amazonas. Professor efetivo do Mestrado em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos (PROFAGUA/UEA).

Dezembro de dois mil e vinte um, cento e quarenta anos da
elevação de Parintins à categoria de cidade.



para conhecer mais a *editora*UEA e suas publicações, acesse o site e nos siga
nas redes sociais

editora.uea.edu.br

ueaeditora



O objetivo é compreender a realidade do turismo na Amazônia, levando em consideração suas características e tem como campo de estudo o município de Parintins, que não é um lugar qualquer na Amazônia, pois não passou despercebido pelos viajantes que adentraram a região desde tempos coloniais. Constituiu-se como cidade e como município e se transformou num importante polo econômico na região do Baixo Amazonas. O turismo aqui é compreendido como uma atividade econômica e um fenômeno espacial. Na lógica capitalista, o turismo se apropria dos lugares como uma mercadoria, que vendida gera lucro. Todavia, é uma mercadoria especial, pois para se apropriar dessa mercadoria o turista tem que se deslocar e usufruir dela apenas por um período. A força de seu povo, formado sempre por “gente da terra” e por aqueles que de alguma forma a adotaram como materna, forjou um novo ritual de tradições e miscigenação de culturas dando origem aos Bois-bumbás Garantido e Caprichoso, que pela sua beleza e identidade deram origem ao Festival Folclórico de Parintins, o maior do interior do estado do Amazonas e que transformou a cidade no principal centro de turismo no período das festas juninas.

O autor

O livro de João D’Anuzio trata exatamente disso. Ao eleger um lugar do mundo para sua pesquisa, procurou demonstrar como esse lugar se projeta para o mundo. Esse lugar é o município de Parintins, no meio da floresta amazônica, onde a natureza, a história e a cultura construíram um vínculo de intimidade que a fez surgir como particularidade.

O livro, cujo tema central é o turismo em Parintins, apresenta inicialmente as referências próprias ao estudo da atividade do turismo apontando os dilemas teóricos e as perspectivas metodológicas de como abordar este fenômeno que se expande pelo mundo. Além de demonstrar as dimensões envolvidas nesta atividade, como o planejamento, as políticas, as infraestruturas, D’Anuzio procura ressaltar a perspectiva do visitado e não apenas do visitante, o ser óbvio dos estudos do turismo, para quem todas as ações são direcionadas.

Ricardo Nogueira

